

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações – MCTIC

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico – FNDCT



## **Científico e Tecnológico - FNDCT**

### **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU 154, de 19 de outubro de 2016, da Decisão Normativa TCU 156, de 30 de novembro de 2016 e Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e das orientações do órgão de controle interno.

#### **Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:**

Departamento de Planejamento (DPLAN)

Área de Planejamento (APLA)

**Rio de Janeiro**

**2016**

**LISTA DE SIGLAS**

<b>ACOT</b>	Área de Controladoria
<b>Adin</b>	Ação Direta de Inconstitucionalidade
<b>ANP</b>	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
<b>APLA</b>	Área de Planejamento
<b>ASCOF</b>	Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais
<b>AT</b>	Ação Transversal
<b>AUDI</b>	Auditoria Interna
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BNDE</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social
<b>C&amp;T</b>	Ciência e Tecnologia
<b>C,T&amp;I</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
<b>CCF</b>	Coordenação dos Fundos Setoriais
<b>CD</b>	Conselho Diretor
<b>CG</b>	Comitê Gestor
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CIDE</b>	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
<b>CNEN</b>	Comissão Nacional de Energia Nuclear
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CTMSP</b>	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
<b>CTPII</b>	Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>DAGI</b>	Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação
<b>DFIP</b>	Departamento de Investimento em Fundos e Participações
<b>EMBRAPA</b>	Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>ENCTI</b>	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>Finep</b>	Financiadora de Estudos e Projetos
<b>FIP</b>	Fundo de Investimento em Participação
<b>FNDCT</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>FNS</b>	Fundo Nacional de Saúde
<b>FS</b>	Fundo Social
<b>FUNTEC</b>	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico
<b>FVA</b>	Fundo Verde e Amarelo
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>ICTs</b>	Instituições de Ciência e Tecnologia
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INCT</b>	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
<b>IPI</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>ITA</b>	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
<b>ITNO</b>	Instituto de Tecnologia Naval e Oceânica
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>MDIC</b>	Ministério da Indústria e do Comércio

<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>NC</b>	Nota de Crédito
<b>NE</b>	Nota de Empenho
<b>OB</b>	Ordem Bancária
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
<b>P,D&amp;I</b>	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
<b>PAC</b>	Plano de Aceleração do Crescimento
<b>PADSTI</b>	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação
<b>PAINT</b>	Plano Anual de Auditoria Interna
<b>PBDCT</b>	Plano Básico Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>PCI</b>	Programa de Capacitação Institucional
<b>PDTI</b>	Plano Diretor da Tecnologia da Informação
<b>PE</b>	Private Equity
<b>PF</b>	Programação Financeira
<b>PI</b>	Plano Anual de Investimento
<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PNI</b>	Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
<b>PO</b>	Plano Orçamentário
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPP</b>	Plano de Providências Permanente
<b>PRH-ANP</b>	Programa de Recursos Humanos da ANP
<b>RMB</b>	Reator Multipropósito Brasileiro
<b>RP</b>	Restos a Pagar
<b>SBPC</b>	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>SIBRATEC</b>	Sistema Brasileiro de Tecnologia
<b>SIOP</b>	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
<b>SNTCI</b>	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>TR</b>	Termo de referência
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>UGO</b>	Unidade Gestora Orçamentária
<b>UO</b>	Unidade Orçamentária
<b>USAID</b>	United States Agency for International Development
<b>VC</b>	Venture Capital

## Lista de tabelas

<u>Tabela I – VALORES INICIAIS, REMANEJAMENTOS E VALORES FINAIS DO ORÇAMENTO DO FNDCT EM 31-12-2016 – UO 24901- PROGRAMA 2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....</u>	<u>21</u>
Tabela II – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	25
Tabela III – ORÇAMENTO POR NATUREZA DE DESPESA.....	26
<u>Tabela IV – ORÇAMENTO AUTORIZADO E UTILIZADO POR GRUPO DE AÇÕES.....</u>	<u>27</u>
Tabela V – ORÇAMENTO UTILIZADO POR TIPO DE DOCUMENTO.....	27
Tabela VI – EXECUÇÃO DOS RECURSOS DESCENTRALIZADOS.....	28
<u>Tabela VII – PAGAMENTO POR NATUREZA DE DESPESA (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES).....</u>	<u>55</u>
Tabela VIII – PAGAMENTO POR TIPO DE DOCUMENTO (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES).....	55
Tabela IX – PAGAMENTOS POR GRUPO DE AÇÃO (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES).....	56
Tabela X – EVOLUÇÃO RESTOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – SALDO FINAL 2016.....	59
Tabela XI – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	60
Tabela XII – ARRECADAÇÃO DISCRIMINADA POR FUNDO/TIPO DE RECEITA – 2011 A 2016.....	61
<u>Tabela XIII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....</u>	<u>63</u>
Tabela XIV - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	64
Tabela XV – RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS ATENDIDAS PELA CGU POR ASSUNTO.....	72
<u>Tabela XVI - RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS NÃO ATENDIDAS PELA CGU POR ASSUNTO.....</u>	<u>73</u>

## Lista de quadros

Quadro I – LEGISLAÇÃO DO FNDCT.....	13
Quadro II – NORMAS EMITIDAS PELO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT.....	13
Quadro III – REGULAMENTAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS (por ordem cronológica de criação).....	14
Quadro IV – MACROPROCESSOS DO FNDCT.....	16
<u>Quadro V – PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO DO FNDCT – 2016.....</u>	<u>22</u>
Quadro VI – AÇÃO 2095 - CT-Infra.....	30
Quadro VII – AÇÃO 2113 - CT-Verde Amarelo.....	31
Quadro VIII – AÇÃO 2119 - CT-Mineral.....	32
Quadro IX – AÇÃO 212I - CT-INOVAR-AUTO.....	33
Quadro X – AÇÃO 2189 - CT-Energ.....	34
Quadro XI – AÇÃO 2191 - CT-Transporte.....	35
Quadro XII – AÇÃO 2223 - CT-Hidro.....	36
Quadro XIII – AÇÃO 2357 - CT-Espacial.....	37
Quadro XIV – AÇÃO 2997 - CT-Saúde.....	39
Quadro XV – AÇÃO 4031 - CT-Biotecnologia.....	40

<a href="#">Quadro XVI – AÇÃO 4043 - CT-Agronegócio.....</a>	<a href="#">41</a>
<a href="#">Quadro XVII – AÇÃO 4053 - CT-Aeronáutico.....</a>	<a href="#">42</a>
<a href="#">Quadro XVIII – AÇÃO 4156 - CT-Petro.....</a>	<a href="#">43</a>
<a href="#">Quadro XIX – AÇÃO 4185 - CT-Info.....</a>	<a href="#">44</a>
<a href="#">Quadro XX – AÇÃO 4949 - CT-Amazônia.....</a>	<a href="#">45</a>
<a href="#">Quadro XXI – AÇÃO 8563 - CT-Aquaviário.....</a>	<a href="#">46</a>
<a href="#">Quadro XXII – AÇÃO 20I4 - Ação Transversal.....</a>	<a href="#">49</a>
<a href="#">Quadro XXIII – AÇÃO 0A29 - Subvenção.....</a>	<a href="#">50</a>
<a href="#">Quadro XXIV – AÇÃO 0741 - Equalização.....</a>	<a href="#">51</a>
<a href="#">Quadro XXV – AÇÃO 0745 - Investimento.....</a>	<a href="#">52</a>
<a href="#">Quadro XXVI – AÇÃO 4947 - Fomento a projetos institucionais de C&amp;T.....</a>	<a href="#">53</a>
<a href="#">Quadro XXVII – AÇÃO 12P1 - REATOR MULTIPROPÓSITO BRASILEIRO.....</a>	<a href="#">54</a>
<a href="#">Quadro XXVIII – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (NÃO INCLUI CRÉDITOS RECEBIDOS).....</a>	<a href="#">57</a>

### Lista de gráficos

<a href="#">Gráfico I – ORÇAMENTO 2015 X PLOA 2016 X ORÇAMENTO 2016.....</a>	<a href="#">25</a>
<a href="#">Gráfico II – ORÇAMENTO AUTORIZADO X UTILIZADO X LIMITE (2015 e 2016).....</a>	<a href="#">26</a>
<a href="#">Gráfico III – PAGAMENTOS X LIMITES 2015-2016.....</a>	<a href="#">56</a>
<a href="#">Gráfico IV – PAGAMENTOS TOTAIS EFETUADOS (RESTOS + ANO).....</a>	<a href="#">57</a>

### Lista de figuras

<a href="#">Figura I – FLUXO DO PROCESSO DECISÓRIO DO FNDCT.....</a>	<a href="#">17</a>
<a href="#">Figura II – FLUXO DE ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA DAS AÇÕES VERTICAIS.....</a>	<a href="#">18</a>
<a href="#">Figura III – FLUXO DE ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA DAS AÇÕES TRANSVERSAIS.....</a>	<a href="#">18</a>
<a href="#">Figura IV – FLUXO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA.....</a>	<a href="#">19</a>
<a href="#">Figura V – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO FNDCT.....</a>	<a href="#">66</a>

### Lista de anexos e apêndices

Anexo I - FUNDOS SETORIAIS

Anexo II – FUNDOS DE INVESTIMENTO APOIADOS PELA FINEP

Anexo III – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2016 POR AÇÃO

Anexo IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Anexo V – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>VISÃO GERAL DA UNIDADE</b> .....	<b>12</b>
<b>FINALIDADE E COMPETÊNCIAS</b> .....	<b>12</b>
<b>NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE</b> ....	<b>13</b>
<b>BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE</b> .....	<b>15</b>
<b>ORGANOGRAMA</b> .....	<b>16</b>
<b>MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b> .....	<b>16</b>
<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS</b> .....	<b>20</b>
<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>20</b>
<b>Descrição sintética dos objetivos do exercício</b> .....	<b>22</b>
<b>FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS</b> .....	<b>23</b>
<b>DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</b> .....	<b>24</b>
<b>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</b> .....	<b>29</b>
<b>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</b> .....	<b>58</b>
Restos a pagar de exercícios anteriores.....	<b>58</b>
<b>Informações sobre a realização das receitas</b> .....	<b>60</b>
<b>Informações sobre a execução das despesas</b> .....	<b>63</b>
<b>GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	<b>65</b>
<b>DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</b> .....	<b>65</b>
<b>GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	<b>66</b>
<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b> .....	<b>68</b>
<b>GESTÃO DE PESSOAS</b> .....	<b>68</b>
<b>Estrutura de pessoal da unidade</b> .....	<b>68</b>
<b>Demonstrativo das despesas com pessoal</b> .....	<b>68</b>
<b>Gestão de riscos relacionados à pessoal</b> .....	<b>68</b>
<b>Contratação de pessoal de apoio e estagiários</b> .....	<b>68</b>
<b>GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	<b>68</b>
<b>Principais sistemas de informações</b> .....	<b>68</b>
<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b> .....	<b>69</b>
<b>CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO</b> .....	<b>69</b>
<b>MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE</b> .....	<b>69</b>
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (INCLUIR DEMONSTRAÇÕES)</b> .....	<b>70</b>
<b>DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO</b> .....	<b>70</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS</b> .....	<b>70</b>
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b> .....	<b>71</b>
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b> .....	<b>71</b>
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b> .....	<b>72</b>

## APRESENTAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, é um fundo de natureza contábil que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País, não possuindo pessoal e estrutura física própria. A gestão e operacionalização do FNDCT é compartilhada entre o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que cumpre o papel de secretaria executiva e de agência de fomento, e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), na qualidade de agência de fomento.

Os recursos que compõem o FNDCT e permitem o cumprimento de sua missão são oriundos de parcela sobre o valor de royalties sobre a produção de petróleo ou gás natural; percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica; percentual dos recursos decorrentes de contratos de cessão de direitos de uso da infraestrutura rodoviária para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações; percentual dos recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; percentual das receitas destinadas ao fomento de atividade de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor espacial; as receitas da contribuição de intervenção no domínio econômico; percentual do faturamento bruto de empresas que desenvolvam ou produzam bens e serviços de informática e automação; percentual sobre a parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM que cabe ao Fundo da Marinha Mercante – FMM; o produto do rendimento de suas aplicações em programas e projetos, bem como nos fundos de investimentos; recursos provenientes de incentivos fiscais; empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades; contribuições e doações de entidades públicas e privadas; o retorno dos empréstimos concedidos à Finep; e, eventualmente, recursos do Tesouro. Esses recursos são aplicados em operações reembolsáveis (crédito a empresas), não reembolsáveis (financiamento de projetos de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), subvenção econômica e equalização de encargos financeiros nas operações de crédito) e investimento.

No ano de 2016, os recursos arrecadados pelo FNDCT totalizaram R\$ 3.479,5 milhões, sendo R\$ 1.654,7 milhões provenientes da CIDE, R\$ 1.317,1 milhões referentes a outras fontes de recursos vinculadas aos Fundos Setoriais, R\$ 507,3 milhões oriundos das amortizações e juros pagos pela Finep relativos aos empréstimos concedidos pelo FNDCT à Financiadora para realização do apoio reembolsável à inovação nas empresas, e R\$ 0,5 milhões provenientes do Tesouro. Enquanto a arrecadação dos fundos setoriais caiu 11,6% em relação a 2015<sup>1</sup>, os recursos provenientes da Finep para o Fundo cresceram 15,1%.

O total de recursos arrecadado reflete o orçamento autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que contemplou o FNDCT com o valor de R\$ 2.663,8 milhões além dos R\$ 909,8 milhões referente a ação de Empréstimo à FNDCT a Finep. No entanto, dos R\$ 2.663,8 milhões do orçamento autorizado para o Fundo, R\$ 1.000,3 milhões foram destinados para os compromissos do Fundo e R\$ 1.663,6 milhões para compor a reserva de contingência imposta pelo Tesouro para o ajuste fiscal da União no início do exercício. Desta

<sup>1</sup> A partir de 2016 até 2023, sob efeito da Emenda Constitucional nº 93 de 2016, o percentual de desvinculação de receitas do Fundo subiu de 20% para 30% da arrecadação. Este fato explica a queda na arrecadação dos fundos

reserva, foram posteriormente descontingenciados R\$ 50 milhões para apoio a projetos de combate ao vírus Zika. A título de comparação, o limite de empenho do Fundo ao final de 2015 foi de R\$1.789,3 enquanto o de 2016 foi de R\$1.050,3 – numa redução de 41,3%.

O contingenciamento de 61% do valor total do orçamento dificultou a assunção de novos compromissos. Em 2016 foram lançadas, pela Finep e pelo CNPq, oito chamadas públicas (sendo duas delas voltadas para arboviroses e uma em parceria com a Agência Sueca de Inovação, Vinnova), quatro encomendas e uma carta-convite.

Ao final de 2016 o FNDCT desembolsou 93,4% do total pago em 2015 e executou 95,5% do limite financeiro disponibilizado. No final do ano houve um crescimento acentuado dos pagamentos, devido à disponibilização pela Secretaria do Tesouro Nacional de limite de pagamento extra ao FNDCT, em função da distribuição entre os ministérios da União de recursos repatriados. Nas duas últimas semanas do ano foram recebidos R\$ 675,8 milhões e pagos R\$ 638,7 milhões, correspondendo a 34% de todos os pagamentos do FNDCT realizados no ano.

Mesmo com o baixo comprometimento de recursos orçamentários e financeiros com ações lançadas em 2016 e com os recursos extraordinários mencionados acima, não foi possível arcar com grande parte dos compromissos assumidos em anos anteriores, com efeitos diretos tanto sobre o apoio a novos projetos estruturantes de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) capazes de dinamizar a economia e trazer benefícios para a sociedade como um todo, quanto sobre a manutenção das atividades de C,T&I realizadas em universidades, institutos de pesquisa, empresas e outras instituições. A interrupção de projetos em andamento e a redução da atividade de pesquisa no país foi inevitável e representa grande retrocesso para o país. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de descontingenciamento dos recursos FNDCT.

Também é indispensável a revisão da estrutura de governança do Fundo. O relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal sobre avaliação de políticas públicas, em especial dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico<sup>2</sup>, é categórico a respeito desse ponto - sobremaneira quando sugere que é preciso “restaurar o poder decisório sobre a aplicação dos recursos arrecadados aos Comitês Gestores de cada Fundo Setorial” e “garantir ao Conselho Diretor do FNDCT estrutura administrativa dedicada e compatível com as suas atribuições”. A constatação de que, em 2016, não houve reunião dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e só ocorreu uma reunião do Conselho Diretor – em dezembro – reforça essa necessidade.

O Fundo deve ser gerido com foco estratégico em ações estruturantes para o desenvolvimento brasileiro. Assim, em paralelo ao resgate da capacidade de investimento do FNDCT, é preciso avançar no aprimoramento de seus mecanismos de gestão, sobretudo a partir da (1) implementação de metodologia de avaliação de resultados e impactos, com vistas a dar mais transparência e demonstrar o valor agregado pelo Fundo à sociedade, além de a metodologia ser um importante instrumento para reforçar o aprendizado contínuo e melhorar a alocação dos recursos; (2) revisão da estrutura de governança; e (3) integração das informações relativas ao FNDCT entre Finep, CNPq e o MCTIC.

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?8&reuniao=5698&codcol=1363>

O presente Relatório apresenta de forma detalhada o conteúdo sintetizado nessa apresentação. As informações estão estruturadas conforme a definição do sistema e-contas e com base na Decisão Normativa TCU nº 154 de Outubro de 2016 e Portaria TCU nº 59 de Janeiro de 2017, sendo obrigatória a apresentação dos seguintes itens:

- a) Apresentação
- b) Visão geral
- c) Planejamento organizacional e resultados
- d) Governança e gestão de riscos e controles internos
- e) Áreas especiais da gestão
- f) Relacionamento com a sociedade
- g) Desempenho financeiro e informações contábeis
- h) Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle
- i) Anexos e apêndices

Alguns subitens obrigatórios não serão apresentados por não serem aplicáveis à natureza jurídica do FNDCT e serão devidamente justificados.

No item Visão geral são apresentadas informações relativas a finalidade e competências, e a normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do FNDCT. É feito um breve histórico do FNDCT, bem como apresentados o organograma e os macroprocessos finalísticos.

O item Planejamento organizacional e resultados trata das informações sobre o planejamento organizacional, os objetivos do exercício, as formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados do planejamento, o desempenho orçamentário, a execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual, os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, os restos a pagar de exercícios anteriores, bem como as informações sobre a realização das receitas e despesas.

No item Governança e gestão de riscos e controles internos é apresentada a estrutura de governança do FNDCT e mecanismos de gestão de risco e controles internos.

O item Áreas especiais da gestão contém subitens que não são aplicáveis à natureza jurídica do FNDCT, tais como: Gestão de Pessoas; Estrutura de Pessoal da Unidade; Demonstrativo das Despesas com Pessoal; Gestão de Riscos Relacionados à Pessoal; e Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários. Os subitens Gestão da Tecnologia da Informação e Sistemas de Informações descrevem estruturas que a Finep, enquanto Secretaria Executiva do FNDCT, utiliza para operação do FNDCT.

No item Relacionamento com a sociedade são descritos os canais de acesso e os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do FNDCT.

No presente relatório as informações relacionadas ao desempenho financeiro foram detalhadas no item Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional. As Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas e a Declaração do Contador Responsável, por sua vez, integram os Anexos IV e V.

No item Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle são apresentadas as informações sobre o tratamento das determinações e recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) e das determinações e recomendações do órgão de controle interno.

Nos Anexos, além das demonstrações contábeis obrigatórias, são apresentadas informações complementares sobre os Fundos Setoriais, os Fundos de Investimentos e a execução Orçamentária e Financeira por Ação.

## VISÃO GERAL DA UNIDADE

### Finalidade e competências

O FNDCT tem como objetivo, desde sua criação, financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A Finep tem a função de Secretaria Executiva, responsabilizando-se por todos os atos de natureza técnica e administrativa necessários à gestão do FNDCT.

A regulamentação do Fundo ocorreu a partir da publicação da Lei nº 11.540/2007 e do Decreto nº 6.938/2009. Essa regulamentação estabeleceu, entre outros, o modelo de gestão e governança do FNDCT, que define sua administração por um Conselho Diretor (CD) vinculado ao MCTIC.

No que concerne às modalidades de apoio, os recursos do FNDCT podem ser aplicados das seguintes formas:

- a) não reembolsável, para financiamentos de projetos de ICTs, projetos de cooperação entre ICTs e empresas, projetos de subvenção econômica para empresas e equalização de encargos financeiros nas operações de crédito;
- b) reembolsável, destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo;
- c) aporte de capital mediante participação societária em empresas inovadoras e em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O artigo 15 da Lei nº 11.540/2007 estabelece que a Finep, Secretaria Executiva do FNDCT, poderá aplicar os recursos destinados às operações reembolsáveis, oriundos de empréstimos do FNDCT, devendo o produto das aplicações ser revertido à conta do Fundo. Com isso, foi garantida ao FNDCT a acumulação de ativos e patrimônio, permitindo que este começasse a ser estruturado como fundo de natureza contábil, com receitas próprias.

Em seu início, não era atribuída ao FNDCT nenhuma receita vinculada a taxas ou impostos. Visando garantir uma arrecadação própria para o FNDCT, foi estabelecido, a partir de 1997, um conjunto de ações programáticas setoriais, os Fundos Setoriais, destinadas a vincular receitas e garantir uma arrecadação. As receitas que alimentam os Fundos Setoriais têm diversas origens, tais como: *royalties*, parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, CIDE, compensação financeira, direito de passagem, licenças e autorizações, doações e empréstimos.

## Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

As normas e regulamentos relativos à criação e ao funcionamento do FNDCT encontram-se listados a seguir nos Quadros I e II.

Quadro I – LEGISLAÇÃO DO FNDCT

Legislação	Objeto
Decreto-Lei nº 719/1969	Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências
Decreto nº 1.808/1996	Aprova o Estatuto da Finep
Lei nº 11.540/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.938/2009	Dispõe sobre o FNDCT

Fonte: www.mcti.gov.br

Quadro II – NORMAS EMITIDAS PELO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT

Normativo	Objeto
Instrução Normativa nº 1, de 25/06/2010	Estabelece normas e diretrizes para transferência, utilização e prestação de contas dos recursos do FNDCT na modalidade não reembolsável, por meio de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação celebrados pela Finep ou outra Agência de Fomento.
Instrução Normativa nº 2, de 22/12/2010	Dispõe sobre o detalhamento das atribuições das diversas instâncias da estrutura organizacional, da operação e funcionamento do FNDCT.
Instrução Normativa nº 3, de 22/12/2010	Estabelece procedimentos para elaboração do plano anual de investimento, o detalhamento das suas ações e termos de referência que orientam a alocação dos recursos do FNDCT nas diversas modalidades, não reembolsável e reembolsável, de aplicação de recursos.
Instrução Normativa nº 1, de 02/04/2012	Dá nova redação ao art. 15º da Instrução Normativa nº 2, de 22/12/2010.
Instrução Normativa nº 2, de 16/08/2012	Dá nova redação ao art. 3º e adiciona o art. 44-A na Instrução Normativa nº 1, de 25/06/2010.
Instrução Normativa nº 1, de 11/12/2015	Altera a nomenclatura do instrumento de descentralização de crédito na Instrução Normativa nº 1, de 25/06/2010, expedida pelo Conselho Diretor do FNDCT, passando a ser denominado como "termo de execução descentralizada" e dá outras providências.

Fonte: www.mcti.gov.br

A origem dos recursos que constituem cada um dos Fundos Setoriais que integram o FNDCT, seus objetivos, a nomenclatura e acrônimos utilizados para designá-los, assim como as diferentes formas de aplicação dos recursos encontram-se apresentados no Anexo I.

Cada Fundo Setorial possui uma legislação própria que estabelece as finalidades, as fontes de recursos, a destinação ao FNDCT e institui os mecanismos de financiamento a serem aplicados. A legislação dos respectivos Fundos encontra-se discriminada no Quadro III.

Quadro III – REGULAMENTAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS (por ordem cronológica de criação)

<b>Fundo Setorial</b>	<b>Acrônimo</b>	<b>Legislação</b>
Fundo Setorial da Amazônia	CT-Amazônia	Lei nº 8.387, de 30/12/1991, Lei nº 10.176, de 11/1/2001, Decreto nº 6.008, de 29/12/2006, lei nº 11.077, de 30/12/2004.
Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural	CT-Petro	Lei nº 9.478, de 6/8/1997, Lei nº 11.921, de 13/4/2009, Decreto nº 2.455, de 14/1/1998, Decreto nº 2.705, de 3/8/1998, Decreto nº 2.851, de 30/11/1998, Decreto nº 3.318, de 30/12/1999, Decreto nº 3.520, de 21/6/2000, Lei nº 12.351, de 22/12/2010, Lei nº 12.858, de 9/9/2013.
Fundo Setorial de Energia	CT-Energ	Lei nº 9.991, de 24/7/2000, Lei nº 10.848, de 15/3/2004, Lei nº 12.212, de 20/1/2010, Lei nº 12.111, 9/12/2009, Decreto nº 3.867, de 16/7/2001.
Fundo Setorial Mineral	CT-Mineral	Lei nº 9.992, de 24/7/2000, Decreto nº 4.324, de 6/8/2002.
Fundo Setorial de Recursos Hídricos	CT-Hidro	Lei nº 9.993, de 24/7/2000, Decreto nº 3.874, de 19/7/2001.
Fundo Setorial Espacial	CT-Espacial	Lei nº 9.993, de 24/7/2000, Decreto nº 3.866, de 16/7/2001.
Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários	CT-Transporte	Lei nº 9.994, de 24/7/2000, Decreto nº 3.915, de 12/9/2001.
Fundo Verde Amarelo	CT-Verde Amarelo ou FVA	Lei nº 10.168, de 29/12/2000, Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.195, de 11/4/2002, Portaria nº 173, de 23/4/2004.
Fundo Setorial de Tecnologia da Informação	CT-Info	Lei nº 10.176, de 11/1/2001, Lei nº 10.644, de 22/4/2003, Lei nº 11.077, de 30/12/2003, Lei Complementar nº 11.452, de 27/2/2007, Decreto nº 5.906, de 26/9/2004, decreto nº 6.008, de 29/12/2006, Decreto nº 6.405, de 19/3/2008, Decreto nº 7.010, 16/11/2009, Portaria MCT nº 97, de 27/2/2007, Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 148, de 19/3/2007, Portaria MCT nº 178, de 23/3/2007
Fundo de Infraestrutura	CT-Infra	Lei nº 10.197, de 14/2/2001, Decreto nº 3.807, de 26/4/2001
Fundo Setorial de Saúde	CT-Saúde	Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.143, de 25/2/2002
Fundo Setorial de Biotecnologia	CT-Biotecnologia	Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.154, de 7/3/2002
Fundo Setorial de Agronegócio	CT-Agronegócio	Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.157, de 12/3/2002

Fundo Setorial	Acrônimo	Legislação
Fundo para o Setor Aeronáutico	CT-Aeronáutico	Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.179, de 2/4/2002
Fundo Setorial Aquaviário	CT-Aquaviário	Lei nº 10.893, de 13/7/2004, Decreto nº 5.252, de 22/10/2004
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores	INOVAR-AUTO	Lei nº 12.715, 17/9/2012

Fonte: [www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br)

### Breve histórico da entidade

O desenvolvimento de um sistema articulado de ciência e tecnologia no Brasil teve início nos anos 50, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) e do CNPq e ganhou força com a doutrina de “segurança e desenvolvimento” formulada pelos militares a partir de 1964. A transformação do Brasil em uma “potência emergente” passava pela capacitação científica e tecnológica. Com esse fim, foi criado no então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), precursor do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FUNTEC).

Também no escopo do BNDE, em 1965 foi criado o Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (“o” FINEP), fundo de natureza contábil lastreado com recursos externos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *United States Agency for International Development* (USAID) e vinculado ao Ministério do Planejamento. O objetivo “do” FINEP era financiar a elaboração de estudos de viabilidade e projetos de investimento.

Em 1967 foi criada uma empresa pública, a Financiadora de Estudos e Projetos (“a” Finep), que sucedeu “o” FINEP, assumindo seus direitos e obrigações, mas com as mesmas finalidades. No ano seguinte foi promulgado o Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico (PBDCT), reforçando a relevância da política científica e tecnológica como política pública de caráter estratégico em uma visão de longo prazo do país, incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). No ano seguinte, para dar suporte financeiro às ações do PBDCT, é criado o FNDCT.

Até a criação do FNDCT, o financiamento da pesquisa era feito no nível individual do pesquisador. Esse modelo não era adequado nem suficiente para a forte expansão desejada à época para a área científica e tecnológica. O FNDCT é criado para redirecionar esta lógica de apoio para os programas e projetos prioritários definidos no PBDCT.

Em seu decreto de criação, era prevista a figura de uma secretaria executiva, papel atribuído em 1971 à Finep. Com o objetivo de assegurar o apoio desde a pesquisa até o empreendimento final, a Finep mudou o

seu perfil inicial de apoio às empresas de consultoria em seus estudos de viabilidade e projetos de investimento, passando a atuar em todo o espectro do desenvolvimento científico e tecnológico.

## Organograma

Apesar de não possuir um organograma funcional específico, o FNDCT possui uma estrutura de governança própria, que se encontra detalhada no item “**Descrição da estrutura de governança**”.

## Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do FNDCT são determinados pelas Instruções Normativas (INs) de seu Conselho Diretor. No que toca às definições de macroprocessos apresentados no Quadro IV, podemos citar a Instrução Normativa nº 1/2010, a Instrução Normativa nº 2/2010 e a Instrução Normativa nº 3/2010.

Quadro IV – MACROPROCESSOS DO FNDCT

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Definição de Diretrizes	Definir as políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos do FNDCT nas modalidades previstas na Lei	Plano Anual de Investimento (PI)	Comitê de Coordenação Executiva	MCTIC e Conselho Diretor do FNDCT
Deliberações sobre Ações	Detalhar o PI	Plano de Investimento e Termos de Referência (TRs) de Ações Transversais (ATs) Homologação dos TRs de Ações Verticais	Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e Comitês Gestores	Comitê de Coordenação Executiva e Secretaria Executiva do MCTIC
Detalhamento das Ações	Detalhar ações setoriais	TRs de Ações Verticais	Agências Executoras (Finep e CNPq)	Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e Comitês Gestores
Execução das Operações	Implementar as ações descritas nos TRs	Chamadas Públicas, Cartas Convite e Encomendas	ICTs e empresas	Agências Executoras (Finep e CNPq)

Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

Termo de Referência é definido no inciso III do § 1º do Artigo 1º da Instrução Normativa nº 3, de 22/12/2010 como “documento que contém os parâmetros para o desenho da convocação de instituições de pesquisas científicas ou tecnológicas, empresas ou pesquisadores para a produção de pesquisas, projetos ou atividades inovativas, a serem apoiados mediante a aplicação de recursos de uma determinada ação. Os parâmetros se desdobram em objetivos, justificativas, público-alvo, descrição do projeto ou atividade, e resultados esperados”.

As Ações Verticais e as Ações Transversais são ações direcionadas ao apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de inovação de ICTs desenvolvidos de forma individual, cooperativos com empresas ou na forma de rede com a participação de outras ICTs.

As Ações Transversais, diferentemente das Ações Verticais, não têm exigência de aplicação dos recursos em um setor específico.

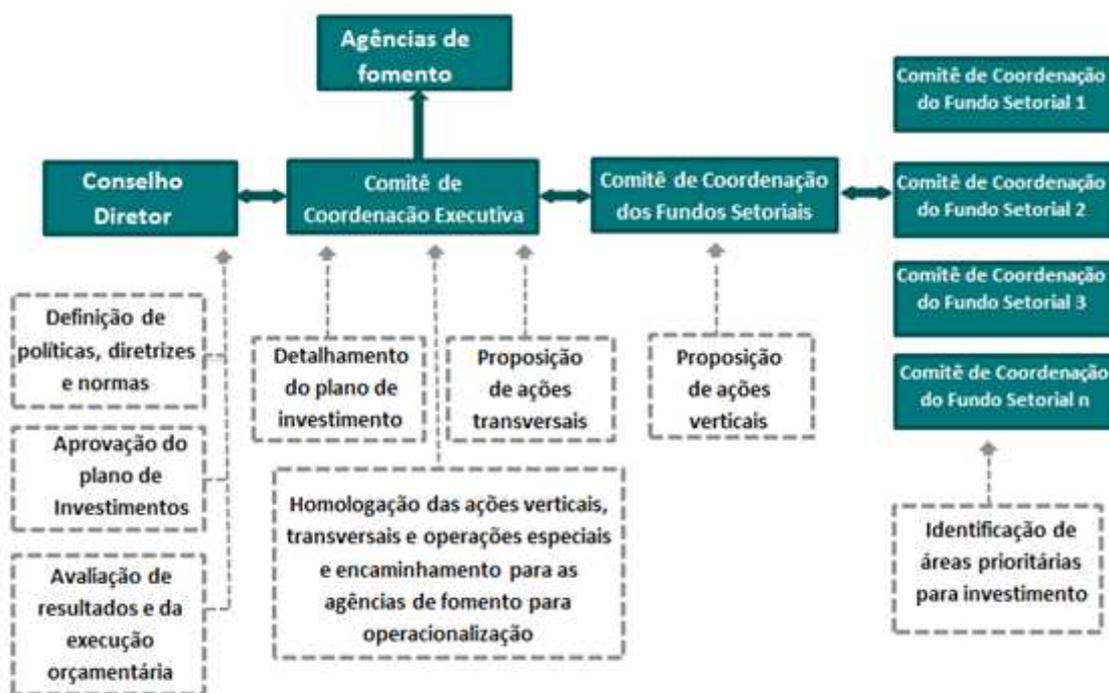
As Chamadas Públicas são instrumentos de seleção de propostas aberto a qualquer interessado qualificado baseado em critérios pré-estabelecidos podendo contemplar uma ou mais fases.

As Cartas-Convite são instrumentos de seleção de propostas através de convite a instituições, identificadas segundo critérios de singularidade, capacitação e competência pré-estabelecidos, para apresentação de propostas, podendo contemplar uma ou mais fases.

As Encomendas são instrumentos destinados a ações específicas de execução de políticas públicas, tendo como requisitos a criticidade e/ou especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação a prioridades de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento.

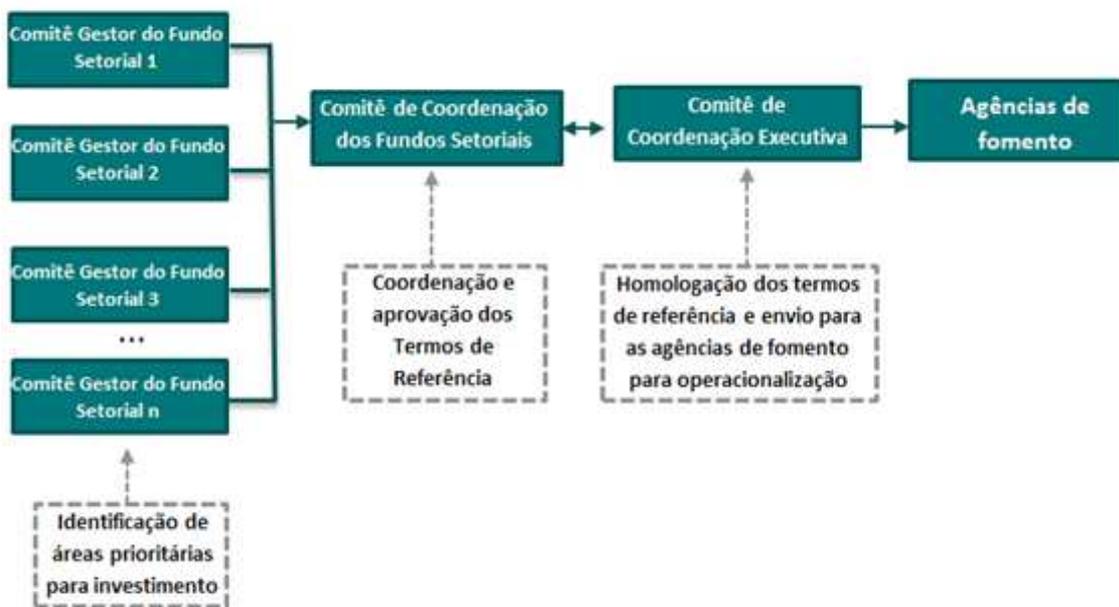
As Figuras a seguir apresentam o relacionamento entre as instâncias de governança do FNDCT no processo de tomada de decisão, de elaboração dos TRs Verticais e Transversais e de sua operacionalização.

Figura I – FLUXO DO PROCESSO DECISÓRIO DO FNDCT



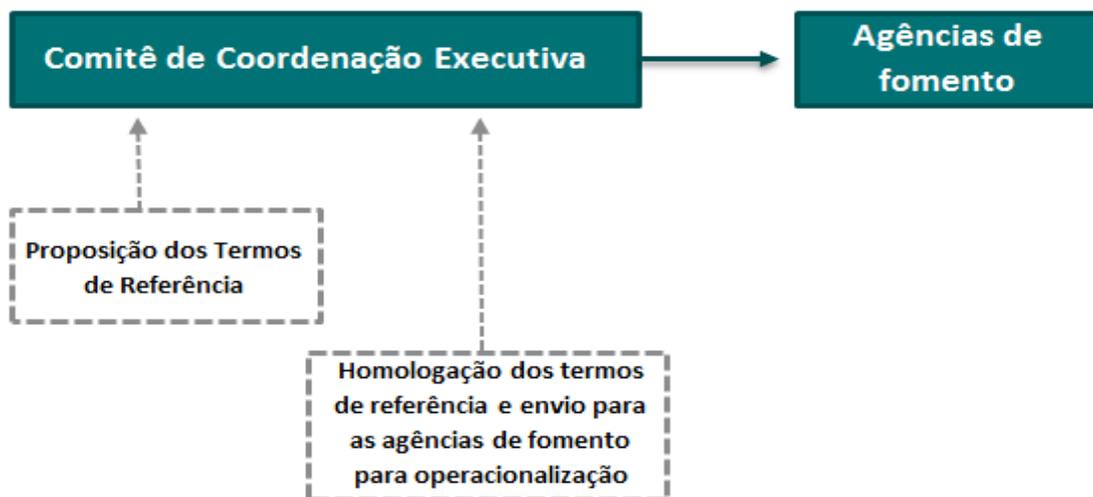
Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

Figura II – FLUXO DE ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA DAS AÇÕES VERTICAIS



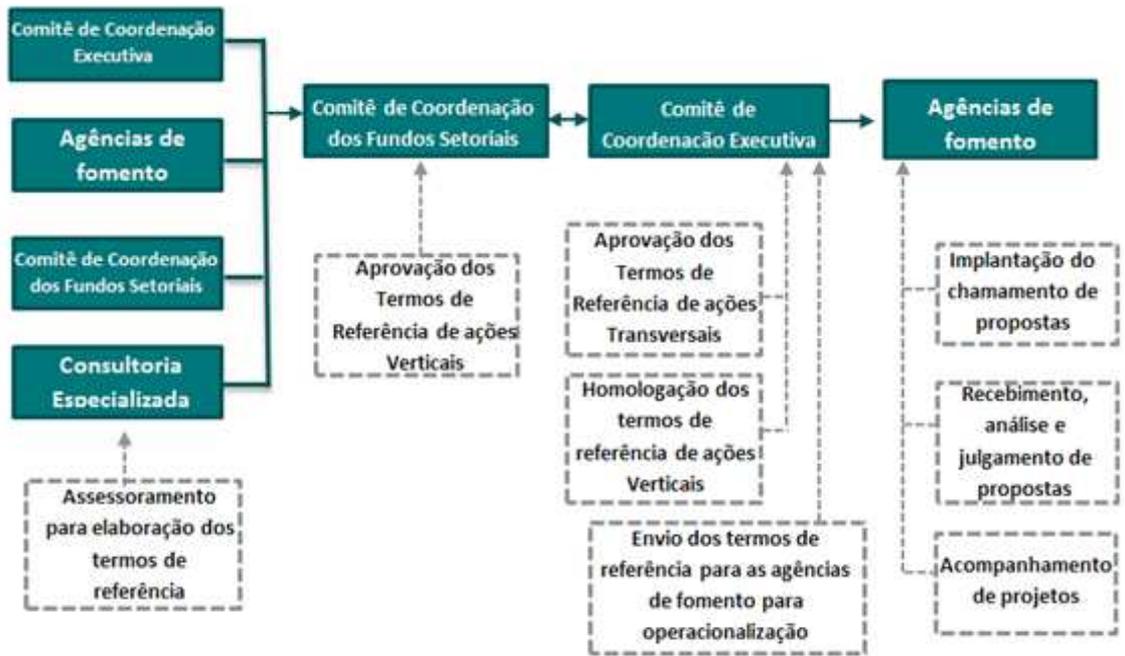
Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

Figura III – FLUXO DE ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA DAS AÇÕES TRANSVERSAIS



Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

Figura IV – FLUXO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA



Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

## PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

### Planejamento organizacional

O planejamento das ações do FNDCT e seu PI referente a 2016 foram definidos em conformidade com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2016-2019 e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

O orçamento fiscal do FNDCT é definido anualmente na LOA e está alocado no MCTIC sendo operacionalizado na Unidade Orçamentária (UO) 24901 - FNDCT. No Orçamento Federal, a UO é o segmento da administração direta com dotações específicas para realização de seus programas de trabalho.

Conforme Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019<sup>3</sup> elaborado pelo Ministério do Planejamento, "a conexão Plano-Orçamento no PPA 2016-2019 se dará por meio da ligação entre Objetivos e Ações Orçamentárias". Assim sendo as ações orçamentárias da UO 24901 – FNDCT contribuem direta ou indiretamente para o atingimento dos seguintes objetivos do Programa 2021 Ciência, Tecnologia e Inovação:

- OBJETIVO: 0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.
- OBJETIVO: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTIC.
- OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.
- OBJETIVO: 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.
- OBJETIVO: 1055 - Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.
- OBJETIVO: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.
- OBJETIVO: 1057 - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

As ações que compuseram o orçamento do FNDCT de 2016 podem ser classificadas da seguinte forma:

- a) Ações Verticais – Fundos Setoriais
- b) Ação Transversal
- c) Demais Ações: em 2016, está nesta categoria a ação de fomento a projetos institucionais de ciência e tecnologia
- d) Operações Especiais<sup>4</sup>
  - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico

<sup>3</sup> [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/ppa-2016/orientacoes\\_elaboracao\\_ppa\\_2016\\_2019\\_02.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/ppa-2016/orientacoes_elaboracao_ppa_2016_2019_02.pdf)

<sup>4</sup> Previstas com esta denominação na LOA são despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. No caso do FNDCT são voltadas para apoio à inovação nas empresas.

- Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica
- Investimento em Empresas Inovadoras

a) Projeto: em 2016, está nesta categoria o projeto de implantação do reator multipropósito brasileiro.

A Tabela I a seguir lista as ações apresentando os valores e metas previstos na LOA 2016 para a UO 24901 (FNDCT) no Programa 2021 Ciência, Tecnologia e Inovação (valor inicial e valor reprogramado durante o exercício).

Tabela I – VALORES INICIAIS, REMANEJAMENTOS E VALORES FINAIS DO ORÇAMENTO DO FNDCT EM 31-12-2016 – UO 24901- PROGRAMA 2021 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em R\$

Núm da Ação	Ação	Meta	Valor inicial da LOA 2016	Remanejamento	Valor da LOA em 31/12/2016
<b>Atividades</b>					
<b>AÇÕES VERTICAIS – Fundos Setoriais</b>					
4053	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	12.558.950	12.777.748
4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	3.531.807	3.750.605
4949	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	188.750	407.548
4031	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	2.441.989	2.660.787
2189	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	4.599.546	4.818.344
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	613.584	832.382
4185	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	437.596	4.114.538	4.552.134
2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	<i>Proj apoiado (unidade): 45</i>	255.047.037	-40.622.000	214.425.037
2121	Fomento à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	-203.482	15.316
4156	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	4.254.200	4.472.998
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	2.694.216	2.913.014
2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	25.299.976	25.518.774
MP01	Ação de Combate à Zika – CT-Saúde/Pesquisa Vírus Zika (crédito extraordinário)	<i>Proj apoiado (unidade): 10</i>	-	50.000.000	50.000.000
2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	71.924	290.722
2191	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	-203.482	15.316
8563	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	1.862.401	2.081.199
2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.798	19.936.011	20.154.809
<b>AÇÃO TRANSVERSAL</b>					

Núm da Ação	Ação	Meta	Valor inicial da LOA 2016	Remanejamento	Valor da LOA em 31/12/2016
2014	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas	<i>Proj apoiado (unidade): 29</i>	175.806.604	154.115.013	329.921.617
<b>DEMAIS AÇÕES</b>					
4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia	<i>Proj apoiado (unidade): 1</i>	218.800	1.762.172	1.980.972
<b>Operações Especiais</b>					
0741	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)	-	251.043.561		251.043.561
0745	Investimento em Empresas Inovadoras	-	218.798	-207.858	10.940
0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)	-	255.435.021	-196.808.255	58.626.766
<b>Projetos</b>					
12PI	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	<i>Empreend implantado (% de execução física): 5</i>	59.004.821		59.004.821
<b>SUBTOTAL LOA</b>			1.000.275.410	50.000.000	1.050.275.410
<b>Reserva de Contingência</b>			1.663.570.178	-50.000.000	1.613.570.178
<b>TOTAL LOA</b>			2.663.845.588		2.663.845.588

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

### Descrição sintética dos objetivos do exercício

O PI de 2016, aprovado na 12ª reunião do Conselho Diretor do FNDCT, estabeleceu a alocação dos recursos do FNDCT para novas ações a serem executadas no exercício priorizando a manutenção do funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e o lançamento de ações de apoio emergencial. Em face das restrições orçamentárias e da reestruturação do MCTIC, não foram realizadas reuniões dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais em 2016.

O Quadro V demonstra sinteticamente todas as novas ações implementadas durante 2016 pela Finep e pelo CNPq, agências executoras das ações definidas no PI. Os comentários sobre cada uma das ações encontram-se na seção "**Desempenho orçamentário**".

Quadro V – PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO DO FNDCT – 2016

Classificação	Agência	Instrumento de Seleção	Ação Autorizada
Ações Verticais	Finep	Edital	Chamada Pública MCTIC/Finep/FNDCT 01/2016 - Zika
	CNPq	Edital	Chamada MCTIC/FNDCT-CNPq/ MEC-CAPES/ MS-Decit / nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao Vírus Zika
	CNPq	Encomenda	Apoio emergencial a pesquisas em andamento para avanço do conhecimento sobre o Vírus Zika e suas implicações para a saúde

Classificação	Agência	Instrumento de Seleção	Ação Autorizada	
			humana e implementação e manutenção de biobancos de soros e material biológico referente a estudos de infecções por arbovírus e à microcefalia	
Ação Transversal	Finep	Chamada Pública	Chamada Pública MCTIC/Finep/FNDCT 02/2016 – Centros Nacionais Multiusuários	
			Chamada Pública MCTIC/Finep/FNDCT/AT – Apoio Institucional – 03 /2016	
			Chamada Pública Conjunta entre Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Agência Sueca de Inovação (Vinnova)- Cooperação ICT – Empresa – 08 /2016	
			Chamada Pública MCTIC/Finep/FNDCT/AT/Amazônia Legal 04/2016	
		Convite	Carta-Convite MCTIC/Finep/FNDCT 01/2016 – Institutos de Pesquisa do MCTIC	
		Encomenda	Apoio a 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Jornal da Ciência	
	Apoio ao Portal de Periódicos da CAPES ano 2016			
		CNPq	Chamada Pública	Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)
	Chamada MCTIC/CNPq nº 01/2016 - UNIVERSAL			
	Chamada nº 03/2016 - Auxílio à Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação - ARC			
Encomenda	Programa de Capacitação institucional (PCI)			

Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

## Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Para acompanhar o desempenho do FNDCT, foi estabelecido um indicador de periodicidade mensal que mede o nível de execução do FNDCT. A fórmula de cálculo adotada foi a seguinte:

$$\frac{\Sigma \text{ dos valores desembolsados para as operações não reembolsáveis}}{\text{valor do saldo em caixa no início do exercício} + \text{valor dos recursos executáveis transferidos do MCTIC para o caixa da Finep} + \text{valores arrecadados pela Finep em nome do FNDCT} - \text{valores recebidos ou em caixa que não possuem correspondência orçamentária para sua utilização em 2016}}$$

Para o ano de 2016, alcançou-se 99,56% de execução do Fundo.



## Desempenho orçamentário

A Presidência da República estabeleceu por meio do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016. Por sua vez, o MCTIC informou à Finep na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, os limites de empenho e de pagamento para o ano de 2016.

Na LOA 2016, o orçamento autorizado para o FNDCT no início do exercício foi de R\$ 1.000,3 milhões em função da destinação de R\$ 1.663,6 milhões para compor a reserva de contingência imposta pelo Tesouro para o ajuste fiscal da União no início do exercício. Posteriormente, a Medida Provisória nº 716, de 11 de março de 2016 (posteriormente convertida na Lei nº 13.310, de 7 de julho de 2016) aprovou crédito extraordinário por remanejamento da reserva de contingência no valor de R\$ 50 milhões para apoio a projetos de combate ao vírus Zika, levando o orçamento autorizado para R\$ 1.050,3 milhões.

Além do crédito extraordinário, ocorreram alterações na LOA ao longo de 2016, provenientes de créditos suplementares por remanejamento entre ações orçamentárias (total de 16 pedidos de remanejamento), já detalhadas na Tabela I.

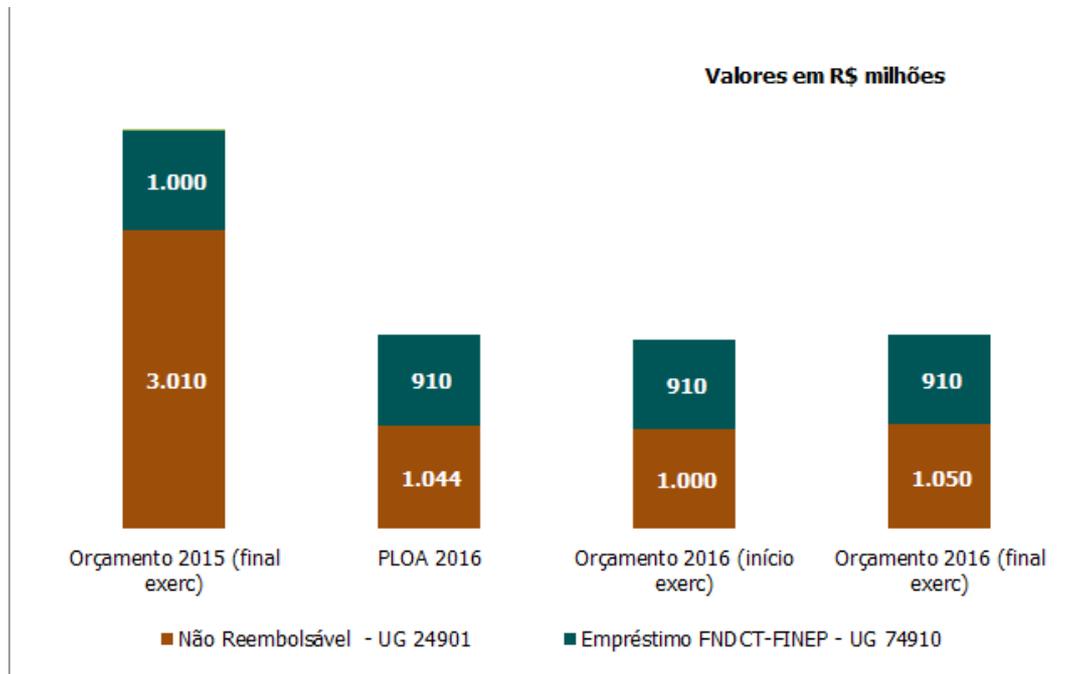
A demanda por recursos na Ação Transversal (2014) foi muito maior que o esperado, sobretudo por conta de compromissos considerados prioritários como o Edital Universal 2014 e o Edital Universal 2016 implementados pelo CNPq e as novas chamadas públicas aprovadas no PI de 2016 para apoiar centros nacionais de infraestrutura científica e tecnológica de caráter multiusuário e fortalecer laboratórios multiusuários dos institutos vinculados ao MCTIC, por meio da aquisição e manutenção de equipamentos, bem como para permitir a contratação de pessoal qualificado. A maioria das ações relativas aos fundos setoriais teve seus orçamentos acrescidos. A ação mais afetada orçamentariamente foi a ação de subvenção (0A29), que iniciou o ano de 2016 com orçamento de R\$ 255,4 milhões e terminou o ano com R\$58,6 milhões, um corte de 77%. As ações CT-Infra (2095), CT-Transporte (2191) e INOVAR-AUTO (212I) tiveram reduções em relação ao orçamento inicial, sendo a mais expressiva a do CT-Infra que teve um decréscimo de R\$ 40,6 milhões.

O Gráfico I compara o orçamento final autorizado de 2015, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2016 e o orçamento final autorizado para o exercício de 2016 (sem considerar a reserva de contingência), contemplando valores referentes às Unidades Orçamentárias 24901 (FNDCT) e 74910 (Operações Oficiais de Crédito)<sup>5</sup>, que no ano de 2016 foi de R\$ 909.836.000,00.

---

<sup>5</sup> Desde de 2006, o FNDCT concede empréstimos à Finep para financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas. Os recursos para essa ação não estão configurados no orçamento do FNDCT na LOA, mas como 'Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FNDCT (UO 74910)', no Programa Operações Oficiais de Crédito. O orçamento dessa ação é concedido à Finep na forma de empréstimo de longo prazo e este se concretiza através da assinatura de um contrato celebrado entre a Finep e o FNDCT.

Gráfico I – ORÇAMENTO 2015 X PLOA 2016 X ORÇAMENTO 2016



Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Em 2016, chama atenção o montante de recursos contingenciados em relação aos anos anteriores. Comparativamente aos últimos três anos quando a reserva de contingência representou no máximo cerca de 0,7% do orçamento total, o contingenciamento atingiu o patamar de 61% em 2016 (Tabela II).

Tabela II – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

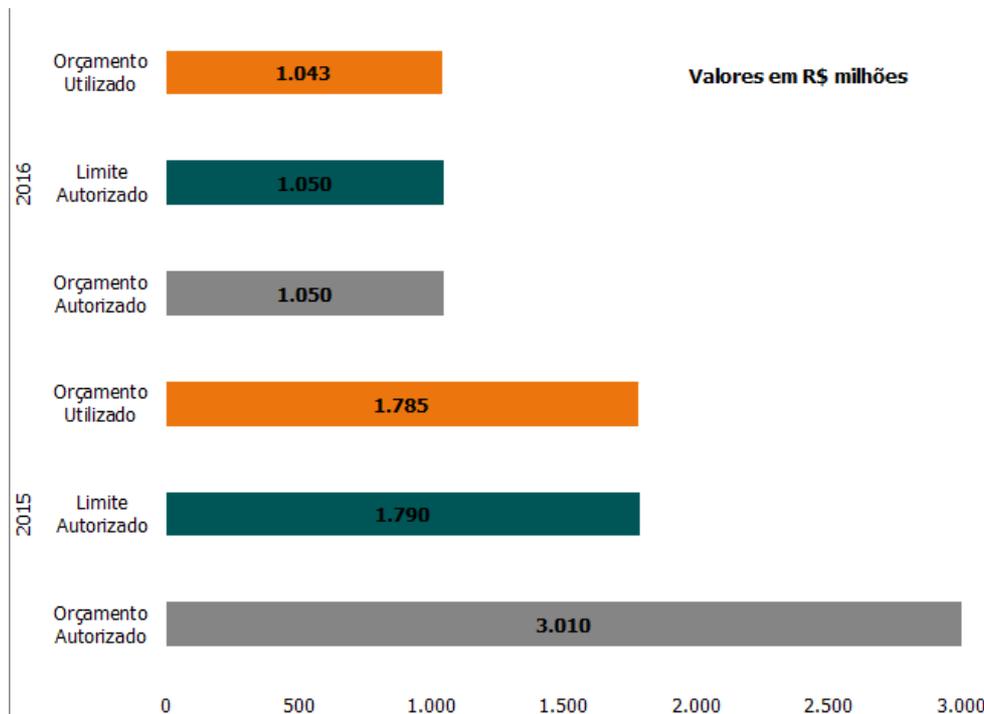
ANO	LOA INICIAL (A) (R\$)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (B) (R\$)	% DE (B) / (A)
<b>2013</b>	3.419.180.152	15.947.064	0,5%
<b>2014</b>	3.421.853.203	25.328.536	0,7%
<b>2015</b>	3.692.703.132	-	-
<b>2016</b>	2.663.845.590	1.613.570.180	60,6%

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Sobre o orçamento incidem limites orçamentários e financeiros. O orçamento utilizado, de R\$ 1.043,4 milhões, representa 99,3 % do orçamento autorizado (R\$ 1.050,3 milhões), e 99,4% da cota de limite orçamentário liberada pelo MCTIC para o FNDCT (R\$ 1.049,6 milhões).

Em 2016 essas restrições orçamentárias se deram diretamente na LOA, por meio da reserva de contingência de R\$1.613 milhões. Diferentemente de 2015, quando o limite de empenho dado ao FNDCT correspondeu a apenas 59% do orçamento autorizado na LOA. Em 2016, por sua vez, o limite de empenho foi praticamente igual ao valor da LOA. O Gráfico II faz a comparação da utilização dos orçamentos dos exercícios de 2015 e 2016.

Gráfico II – ORÇAMENTO AUTORIZADO X UTILIZADO X LIMITE (2015 e 2016)



Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Quanto à remuneração da Finep como Secretaria Executiva do FNDCT, a Resolução nº 2 do Conselho Diretor do FNDCT, de 29 de dezembro de 2016, ratificou o disposto no artigo 8º da Lei 11.150, de 12 de novembro de 2007, que estabelece o teto de 2% do orçamento da LOA do FNDCT 2016 para cobertura das despesas de administração do Fundo.

Considerando o orçamento total da LOA 2016 no valor de R\$ 2.663.845.588,00, o limite para cobertura das despesas de administração da Finep seria de R\$ 53.276.911,76. Como a Resolução nº 2 foi emitida no final de dezembro, apenas o montante de R\$ 35.275.147,56 pode ser empenhado para cobertura das despesas de administração da Finep em função da disponibilidade orçamentária na época.

Além do empenho de recursos para a cobertura de despesas de administração do FNDCT, a Lei 11.150 também prevê a alocação de até 5% dos recursos do Fundo para despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados (artigo 13º).

A Tabela III detalha o orçamento por natureza de despesa, evidenciando as despesas de administração e operacionais, a reserva de contingência e o valor de R\$ 958,2 milhões disponibilizado para apoio aos projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Tabela III – ORÇAMENTO POR NATUREZA DE DESPESA

Natureza de Despesa	Valores (R\$ milhões)	%
Projetos	958,2	36,0%
Despesa de administração	53,3	2,0%
Despesas Operacionais	38,8	1,5%

Natureza de Despesa	Valores (R\$ milhões)	%
Reserva de Contingência	1.613,6	60,6%
Total	2.663,8	100,0%

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Considerando o orçamento disponibilizado para o FNDCT (R\$ 1.050,3 milhões), a Tabela IV apresenta a distribuição percentual do orçamento autorizado e utilizado do FNDCT em 2016 para cada grupo de ações orçamentárias. Diferentemente do ano anterior, onde considerável quantia de recursos foi descentralizada para as ações totalmente fora da governança do FNDCT<sup>6</sup>, destaca-se o equilíbrio entre os três principais grupos de ações do FNDCT (Ações Verticais/ Fundos Setoriais, Ação Transversal e Operações Especiais).

Tabela IV – ORÇAMENTO AUTORIZADO E UTILIZADO POR GRUPO DE AÇÕES

Ações	AUTORIZADO		UTILIZADO	
	Valores (R\$ milhões)	%	Valores (R\$ milhões)	%
Ações Verticais – Fundos Setoriais	349,7	33,3%	342,8	32,9%
Ação Transversal	329,9	31,4%	329,9	31,6%
Operações Especiais	309,7	29,5%	309,7	29,7%
Projeto Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)	59,0	5,6%	59,0	5,7%
Demais Ações	2,0	0,2%	2,0	0,2%
Total	1.050,3	100,0%	1.043,4	100,0%

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Este relatório considera como orçamento utilizado o conjunto de todas as Notas de Empenho (NEs)<sup>7</sup> e Notas de Movimentação de Crédito<sup>8</sup> (NCs) emitidas pelo FNDCT no exercício, independentemente se as outras unidades gestoras receptoras desses recursos orçamentários tenham feito seus empenhos.

Na Tabela V está demonstrada a utilização do orçamento por tipo de documento, ou seja, o quanto da utilização se deu através de NEs e o quanto se deu por descentralizações realizadas por meio de NCs. Dentro do grupo NCs, destacam-se R\$ 221,6 milhões em descentralizações feitas para o CNPq.

Tabela V – ORÇAMENTO UTILIZADO POR TIPO DE DOCUMENTO

<sup>6</sup> Em atendimento ao Acórdão TCU 500/2015, que considerou desvio de finalidade o apoio dado pelo FNDCT a ações típicas de outros órgãos e programas de C,T&I que deveriam ser financiados com recursos de orçamentos próprios, o Programa Ciências sem Fronteiras, que consumiu cerca de 35% do orçamento do Fundo em 2015, deixou de constar do orçamento do FNDCT em 2016.

<sup>7</sup> Nota de Empenho (NE): conforme artigo 61 da lei nº 4.320/1964, para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. A NE é utilizada para formalizar o empenho no SIAFI das despesas autorizadas pelo Ordenador de Despesas.

<sup>8</sup> Nota de Movimentação de Crédito (NC): documento utilizado para registrar a movimentação de crédito orçamentário entre UGs dentro da mesma esfera de governo.

Tipo de Documento	Valores (R\$ milhões)	%
NE	768,1	73,6%
NC-CNPq	221,6	21,2%
NC-Outros	53,7	5,1%
Total	1.043,4	100,0%

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Cabe esclarecer que os recursos descentralizados pela Secretaria Executiva do FNDCT para outras Unidades Gestoras<sup>9</sup> (UGs) por meio de NCs em favor de projetos e bolsas por elas apoiados só são considerados efetivamente executados no momento em que os empenhos são realizados. A Tabela VI demonstra os valores transferidos para as diversas UGs.

Tabela VI – EXECUÇÃO DOS RECURSOS DESCENTRALIZADOS

Sigla	UGs favorecidas	Valor (R\$)
CNPq/AC	CNPq/Agência Central	221.646.184,98
FUCAPES/DF	Fundação Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal Ns	20.000.000,00
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	9.407.677,53
SEFA - COMAER	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica	4.100.000,00
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	3.863.243,73
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz	2.714.599,31
FUB	Fundação Universidade de Brasília	2.438.058,09
UFPA	Universidade Federal do Pará	2.329.401,78
UFRB	Universidade Federal da Bahia	1.836.946,00
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	1.443.791,13
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	1.437.228,00
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	1.207.704,33
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	988.601,77
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	774.830,00
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	421.927,37
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil	400.000,00
HCPA	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	222.495,70
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	64.512,47
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	34.251,75
UFGD	Fundação Universidade Fed. da Grande Dourado	4.765,60

<sup>9</sup> Unidade Gestora (UG): Unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial. A Finep, além de Secretaria Executiva do FNDCT, também tem o papel de agência executora dos recursos do Fundo como a UG 240901.

Sigla	UGs favorecidas	Valor (R\$)
	Total	275.336.219,54

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

## ***Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade***

As metas físicas das ações que compuseram o orçamento do FNDCT em 2016, sendo 18 ações como atividades<sup>10</sup> e uma como projeto<sup>11</sup>, foram estabelecidas tendo como estimativa o número de operações que teriam orçamento empenhado ou descentralizado, independente da liquidação dos valores, não sendo consideradas as transferências para o CNPq, que incluem o apoio a outras operações sob sua responsabilidade e à concessão de bolsas de projetos apoiados pela Finep bem como pelo próprio CNPq.

Por não gerarem produto ou serviço, as operações especiais voltadas para apoio a empresas não têm meta de execução física discriminada na LOA. As ações 4185 (CT-Info) e 20I4 (Ação Transversal) possuem Planos Orçamentários (POs) que, conforme o Manual Técnico de Orçamento 2016, são identificações orçamentárias, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculadas às ações orçamentárias, que têm por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram em um nível mais detalhado da ação.

No Relatório de Gestão do ano anterior (exercício de 2015) a quantificação da meta física foi dada pela contagem de NEs e NCs. Este ano (2016) foram utilizados como indicadores:

- Número de projetos com valor integral ou parcial dos recursos liquidados no exercício;
- Número de projetos para os quais ocorreram transferências orçamentárias no exercício.

Como consequência, foi possível simplificar os quadros de execução física e financeira das ações, apresentando os dados detalhados relativos apenas à UO 24901 para cada uma das ações sob a responsabilidade do FNDCT, vinculadas ao programa temático 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação (Quadros VI a XXVII), e os dados de forma agregada considerando o limite financeiro do exercício.

A ação 2095 (CT-Infra) tem por objetivo o financiamento de projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, balizada pela identificação de focos estratégicos em Ciência e Tecnologia C&T, visando promover a melhoria da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Em 2016 não foram lançados editais na ação 2095 (CT-Infra). Foram apoiados 73 projetos referentes à dez Chamadas Públicas lançadas em anos anteriores, com destaque para a Chamada Pública MCTI/Finep/CT-Infra 01/2013, a Chamada Pública MCTI/Finep/CT-Infra - PROINFRA - 01/2011 e a Chamada Pública MCT/Finep/CT-Infra - PROINFRA - 02/2010.

---

<sup>10</sup> Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

<sup>11</sup> Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

Em termos de volume de recursos, dois projetos merecem destaque: o projeto executado pela Fundação Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que teve como objeto complementar construções anteriormente apoiadas, especificadas no edital da Carta Convite MCTI/Finep 01/2014, e o projeto executado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para aquisição de equipamentos e materiais permanentes em caráter multiusuário selecionado no âmbito da Chamada Pública MCTI/Finep/CT-Infra 01/2013. Foram também descentralizados recursos do orçamento de 2016 para o pagamento de bolsas e projetos apoiados pelo CNPq.

Por último, como estratégia para não reduzir demasiadamente o apoio a universidades na ampliação ou manutenção de sua infraestrutura de pesquisa foi, sempre que cabível, realizado o pagamento de parcelas parciais, o que aumentou o número final de projetos apoiados em relação à meta prevista.

Quanto aos Restos a Pagar, em 31 de dezembro de 2016 haviam sido liquidados recursos para apoio a 32 projetos de encomendas e chamadas públicas realizadas no período de 2009 a 2013.

#### Quadro VI – AÇÃO 2095 - CT-Infra

Identificação da Ação						
Código	2095		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas					
Iniciativa	017Z - Expansão e modernização da Infraestrutura técnico-científicas das instituições científicas e Tecnológicas do país					
Objetivo	Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
255,05	214,43	213,75	124,20	100,09	24,11	89,55
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	45	45	73	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
97,95	39,93	7,18	Projeto apoiado	Unidade	32	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2113 (também conhecida por Fundo Verde Amarelo-FVA) apoia projetos cooperativos entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, através do financiamento de estudos e projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (P,D&I), a ampliação e qualificação de recursos humanos, através da concessão de bolsas, apoio a cursos e intercâmbio, apresentando como característica a transversalidade, não havendo obrigatoriedade de aplicação dos recursos em setor específico da atividade econômica.

Em 2016 não foram lançados novos editais na ação 2113 (FVA). O orçamento de 2016 foi utilizado para o apoio a 17 projetos contratados em exercícios anteriores, descentralizações para o CNPq, para o pagamento de bolsas e projetos de pesquisa, despesas operacionais e despesa de administração.

No caso da ação 2113 (CT-Verde Amarelo) houve um acréscimo no valor da LOA, que passou de R\$ 218.798,00 para R\$ 20.154.809,00. Desta forma, foi possível liquidar empenhos para o apoio a projetos além da meta programada.

Quadro VII – AÇÃO 2113 - CT-Verde Amarelo

Identificação da Ação						
Código	2113			Tipo	Atividade	
Título	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica					
Iniciativa	01P9 - Apoio à inovação nas empresas					
Objetivo	Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	20,15	20,15	15,93	14,86	1,07	4,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	17	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
15,07	6,87	1,96	Projeto apoiado	Unidade	5	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2119 (CT-Mineral) financia estudos e projetos de P,D&I que visem minimizar ou solucionar os impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas ao setor mineral e aumentar a competitividade da indústria mineral brasileira bem como da cadeia do conhecimento a ela associada. Inclui também a formação e capacitação de recursos humanos através do treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, através da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio científico.

No caso da ação 2119 (CT- Mineral), o orçamento permitiu apenas o repasse de recursos ao CNPq, o ressarcimento de despesas operacionais e a cobertura das despesa de administração.

Quadro VIII – AÇÃO 2119 - CT-Mineral

Identificação da Ação						
Código	2119		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral					
Iniciativa	010M - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,29	0,29	0,04	0,03	0,01	0,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,69	0,37	-	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO (ação 212I) foi criado com objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. As empresas habilitadas ao INOVAR-AUTO fazem jus ao crédito presumido do IPI desde que realizem, no País, dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

O Comitê Gestor do CT-INOVAR-AUTO não se reuniu em 2015 ou 2016, razão pela qual não foram implementadas novas ações com recursos do Fundo Setorial. A Finep empenhou apenas os valores relativos às despesas operacionais e à cobertura das despesas de administração.

#### Quadro IX – AÇÃO 212I - CT-INOVAR-AUTO

Identificação da Ação						
Código	212I		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO - Nacional					
Iniciativa	010P - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação em Transporte, especialmente nos Setores Aeroespacial, Naval e Ferroviário					
Objetivo	Promover pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2189 (CT-Energ) tem por objetivo a formação e capacitação de recursos humanos e o financiamento de projetos de P,D&I devotados a buscar novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade paralelamente ao aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional.

Em 2016 não foram lançados editais na ação 2189 (CT-Energ). O orçamento de 2016 desta ação foi utilizado para apoiar um projeto contratado em exercício anterior, descentralizações para o CNPq e o ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

#### Quadro X – AÇÃO 2189 - CT-Energ

Identificação da Ação						
Código	2189		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica					
Iniciativa	010L - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	4,82	4,82	3,53	2,31	1,22	1,29
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9,61	0,85	0,02	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2191 (CT-Transporte) objetiva o financiamento de projetos de P,D&I, incluindo a ampliação e a qualificação dos recursos humanos por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbios na área de novos materiais, em técnicas construtivas e, em especial, no desenvolvimento de estudos prospectivos sobre o fluxo de demanda de bens e passageiros, como também em pesquisas voltadas aos aspectos tecnológicos de pavimentação e sinalizações horizontais e verticais e aos aspectos relacionados aos impactos sociais, de segurança e psicológicos, sobre o meio ambiente e legais.

O CT-Transporte apresenta impedimento legal para seu funcionamento em função de contingenciamento dos recursos na Justiça, a pedido das empresas de telecomunicações, visando à utilização das rodovias para a passagem de fibras óticas. Os recursos do Fundo, portanto, estão sendo depositados em juízo e não estão disponíveis para aplicação planejada.

O valor da execução orçamentária e financeira informado corresponde ao ressarcimento das despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

#### Quadro XI – AÇÃO 2191 - CT-Transporte

Identificação da Ação						
Código	2191		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários					
Iniciativa	010P -Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2223 (CT-Hidro) objetiva o financiamento de estudos e de projetos de P,D&I, desenvolvidos por ICTs em temas de interesse da Hidrologia, da Climatologia e do Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, bem como a formação e capacitação de recursos humanos, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de profissionais deste setor.

Em 2016 não foram lançados novos editais na ação 2223 (CT-HIDRO). A execução orçamentária refere-se a projetos apoiados em exercícios anteriores, descentralizações para o CNPq para utilização em bolsas e projetos de pesquisa e ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XII – AÇÃO 2223 - CT-Hidro

Identificação da Ação						
Código	2223		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos					
Iniciativa	Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	2,91	2,91	2,38	1,72	0,66	0,53
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1,54	0,73	0,27	Projeto apoiado	Unidade	2	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2357 (CT-Espacial) tem por objetivo o financiamento de projetos de P,D&I no setor espacial, incluindo formação e capacitação de recursos humanos através do treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio.

Em 2016 não foram lançados novos editais com recursos do CT-Espacial. Os recursos foram utilizados no apoio à encomenda vertical de pesquisa intitulada “Combustão Supersônica Assistida por Laser com Aplicação Aeroespacial”, descentralizações para o CNPq, ressarcimento de despesas operacionais e cobertura de despesas de administração.

Quadro XIII –AÇÃO 2357 - CT-Espacial

Identificação da Ação						
Código	2357		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial					
Iniciativa	010P - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário.					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,83	0,83	0,63	0,61	0,02	0,20
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,67	0,25	-	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2997 (CT-Saúde) objetiva financiar estudos e projetos de P,D&I que contribuam para combater as doenças que afligem a sociedade brasileira, estimulem a formação de Recursos Humanos em todos os níveis da grande área da saúde, o aproveitamento dos recursos naturais, a integração com o setor produtivo, o desenvolvimento de produtos para tratamento e diagnóstico, a promoção da atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos e de instrumentação médico-hospitalar, entre outros.

Com os recursos desta ação disponibilizados no orçamento de 2016 foram apoiados pela Finep os seguintes projetos contratados em anos anteriores: Desenvolvimento de biofármaco para imunoterapia de pacientes com TB/HIV, Avaliação da Eficácia e Segurança Clínica de Antiinflamatório de Uso Oral obtido a partir de princípio ativo da Biodiversidade Brasileira e Desenvolvimento e Escalonamento do Fármaco Antiretroviral, de Interesse para o SUS, Fumarato de Tenofovir Desoproxila (FTD), selecionados na Chamada Pública MCT/Finep/MS/SCTIE/DES - Ação Transversal - Fármacos e Medicamentos - 4/2010; o projeto Sistema de Telemedicina baseado em Software como Serviço, selecionado através da Chamada Pública MCT/Finep/CT-Saúde- Telessaúde e Telemedicina – 01/2010; o projeto Elisa: Um Equipamento Automático para Diagnósticos Clínicos Baseados em Elisa e Bioquímica, selecionado através da Chamada Pública MCT/Finep/MS/SCTIE/AT - Produtos Médicos e Biomateriais 05/2010. Também foram apoiadas as seguintes encomendas: Desenvolvimento e validação de multitestes para detecção molecular de patógenos causadores de septicemia pelo Instituto de Biologia Molecular do Paraná; Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Medicina Regenerativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foram também descentralizados recursos do orçamento de 2016 para o pagamento de bolsas e projetos apoiados pelo CNPq, para os projetos Laboratório de Engenharia Biomédica dedicado a estudos de Neuromodulação: da cultura celular à aplicação clínica, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; e Implantação de Infraestrutura em Engenharia Biomédica na Unifesp para Desenvolvimento de Inovação, ambos selecionados através da Chamada Pública MCTI/Finep/MS/SCTIE/DECIIS - Eng. Biomédica - 02/2013. Também foi apoiado o projeto Biosensor para diagnóstico de infecção cervical por HPV: ferramenta para rastreamento e seguimento de mulheres sob risco de desenvolver câncer, da Fundação Oswaldo Cruz, selecionado por meio da Chamada Pública MCTI/Finep/MS/SCTIE/DECIT – CT-Saúde e FNS - Desenvolvimento de Chamada Inovações para prevenção e/ou tratamento de câncer - 01/2013.

No Plano Orçamentário MP01 – Pesquisa Vírus Zika, relativo ao crédito extraordinário disponibilizado em 2016, conforme programação estabelecida no PI 2016, foi lançada pela Finep em 28 de março de 2016 a Chamada Pública MCTI/Finep/FNDCT 01/2016 – Zika para apoio financeiro não reembolsável a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika. O resultado final com a relação dos 21 projetos aprovados foi divulgado em 12 de agosto de 2016. Até 31 de dezembro de 2016, foram contratados 19 projetos de instituições das cinco regiões geográficas brasileiras, situados nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás.

Foram descentralizados ao CNPq para lançamento de Edital Chamada MCTIC/FNDCT-CNPq/ MEC-CAPES/ MS-DECIT/Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao Vírus Zika e da Encomenda "Apoio emergencial a pesquisas em andamento para avanço do conhecimento sobre o Vírus Zika e suas implicações para a saúde

humana e implementação e manutenção de biobancos de soros e material biológico referente a estudos de infecções por arbovírus e à microcefalia” .

Além disso, os recursos desta ação foram utilizados para o ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XIV – AÇÃO 2997 - CT-Saúde

Identificação da Ação							
Código	2997			Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde						
Iniciativa	0100-Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde						
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático		
Unidade Orçamentária	24901						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0000	0,22	25,52	25,52	20,45	19,12	1,33	5,07
MP01	-	50,00	43,82	28,41	27,41	1,00	15,41
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade		1	1	10	
Projeto apoiado		Unidade		10	10	9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado		Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3,75	1,29	1,36		Projeto apoiado	Unidade	1	
-	-	-		Projeto apoiado	Unidade	-	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4031 (CT-Biotecnologia) tem como objetivo o financiamento de estudos e de projetos de P,D&I que contemplem a cadeia do processo da inovação em biotecnologia, para a minimização ou solução dos impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas à área; promoção da formação e capacitação de recursos humanos incluindo treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio; fortalecimento da infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte; expansão da base de conhecimento da área; estímulo à formação de empresas de base biotecnológica e à transferência de tecnologias para empresas consolidadas; realização de estudos de prospecção; e monitoramento do avanço do conhecimento no setor.

Em 2016 não foram lançados novos editais com recursos do CT-Biotecnologia. Os recursos foram utilizados no apoio aos projetos contratados em exercícios anteriores intitulados "Escalonamento da produção de enzimas celulolíticas e acessórias e sua utilização na hidrólise da biomassa da cana e outras biomassas pré-tratadas, "Desenvolvimento de biofármaco para imunoterapia de pacientes com TB/HIV" e "Avaliação da Eficácia e Segurança Clínica de Antiinflamatório de Uso Oral obtido a partir de princípio ativo da Biodiversidade Brasileira", sendo os dois últimos selecionados no âmbito da Chamada Pública MCT/Finep/MS/SCTIE/DES - Ação Transversal - Fármacos e Medicamentos - 4/2010. Também foram comprometidos recursos orçamentários com descentralizações ao CNPq para manutenção de bolsas associadas a projetos, ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Cabe esclarecer que alterações provenientes de créditos suplementares por remanejamento entre ações orçamentárias realizadas ao longo de 2016 possibilitou a liquidação de empenhos para o apoio a projetos além da meta programada.

#### Quadro XV – AÇÃO 4031 - CT-Biotecnologia

Identificação da Ação						
Código	4031		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia					
Iniciativa	0104 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	2,66	2,66	2,34	2,22	0,12	0,32
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

janeiro				medida	
1,45	0,58	-	Projeto apoiado	Unidade	1

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4043 (CT-Agronegócio) tem por objetivo o financiamento de estudos e projetos de P,D&I a cargo de ICTs em setores/temas de interesse nas diferentes cadeias do agronegócio, bem como formação e capacitação de recursos humanos, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio. Serão considerados prioritários os projetos/propostas que promovam a atualização tecnológica da indústria agropecuária, introduzindo novas variedades e reduzindo os índices de doenças do rebanho e dos cultivos. Deverá ser estimulada, também, a ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias.

Em 2016 não foram lançados novos editais com recursos da ação 4043 (CT-Agro). Foram apoiados três projetos no exercício de 2016: dois projetos da Chamada Pública de Inovação em Pesca e Aquicultura – 02/2010 e um projeto na modalidade de Encomenda Vertical de Projeto de Pesquisa contratado em 2009.

Adicionalmente, foram descentralizados recursos do orçamento de 2016 para o pagamento de bolsas e projetos apoiados pelo CNPq e empenhados recursos para ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Cabe esclarecer que alterações provenientes de créditos suplementares por remanejamento entre ações orçamentárias realizadas ao longo de 2016 possibilitou a liquidação de empenhos para o apoio a projetos além da meta programada.

#### Quadro XVI – AÇÃO 4043 - CT-Agronegócio

Identificação da Ação						
Código	4043		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio					
Iniciativa	010R - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	3,75	3,75	3,12	2,10	1,02	0,63
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5,30	1,98	0,10	Projeto apoiado	Unidade	0

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4053 (CT-Aeronáutico) tem como objetivo o financiamento de projetos de P,D&I no setor aeronáutico, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos através do treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio.

Em 2016 não foram lançados novos editais na ação 4053 (CT-Aeronáutico). Foram apoiados seis projetos contratados em exercícios anteriores, sendo três encomendas verticais e três projetos selecionados no âmbito Edital conjunto Finep/BNDES/MD/AEB de apoio à inovação tecnológica nos setores aeroespacial, defesa e segurança - Inova Aerodefesa - 04/2013: "Desenvolvimento de soluções aprimoradas, através de ensaios aeroacústico, para o problema de ruído externo em aeronaves"; "Desenvolvimento de Ferramentas de Processamento em Tempo Real para as Estações de Telemetria"; "Automação da Montagem Estrutural de Asas"; "Configurações avançadas para redução de ruído"; "Configuração Avançada para Redução de Ruído"; e "ACDH SAT".

Adicionalmente, foram descentralizados recursos do orçamento de 2016 ao CNPq para manutenção de bolsas associadas a projetos e empenhados recursos para ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Cabe esclarecer que alterações provenientes de créditos suplementares por remanejamento entre ações orçamentárias realizadas ao longo de 2016 possibilitou a liquidação de empenhos para o apoio a projetos além da meta programada.

#### Quadro XVII – AÇÃO 4053 - CT-Aeronáutico

Identificação da Ação						
Código	4053		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico					
Iniciativa	010P - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	12,78	12,78	11,29	10,80	0,49	1,49
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de		Meta	

			medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	1	1	6
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2,36	0,13	1,11	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4156 (CT-Petro) tem como objetivo o financiamento de estudos e projetos de P,D&I voltados ao setor de petróleo, gás natural, biocombustíveis e da indústria petroquímica de primeira e segunda geração; projetos de formação e capacitação de recursos humanos, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio de bolsas de estudo, cursos e intercâmbio; de avaliação, prevenção e recuperação de danos ao meio ambiente associados ao setor. Os projetos devem ter por objetivo o estímulo à inovação em toda a cadeia de suprimentos, bens e serviços dessa indústria, visando aumentar a competitividade dos fornecedores e o conteúdo nacional do fornecimento.

O orçamento do CT-Petro foi extremamente afetado pelas limitações orçamentárias e financeiras impostas pelo advento da Lei nº 12.734/2012, que determinou novas regras de distribuição dos royalties do petróleo e direcionou os recursos anteriormente alocados ao CT-Petro para o Fundo Social (FS), criado pela Lei nº 12.351/2010. No entanto, há no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), ainda sem julgamento, que impede o uso destes recursos e mantém em aberto a possibilidade de que eles possam retornar ao FNDCT, seu fim original.

Em 2016 não foram lançados novos editais com recursos do CT-Petro. Os recursos foram utilizados para empenho a projetos de ações autorizadas em anos anteriores, com destaque para a descentralização de recursos para apoio ao Programa de Recursos Humanos da ANP (PRH-ANP) e o apoio aos projetos da UNISINOS sobre afloramentos análogos utilizando um modelador geológico digital baseado em *Graphics Processing Unit* (GPU) e o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para desenvolvimento de uma sonda de perfuração com tecnologia de corte por jato d'água, além de descentralizações para o CNPq e ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XVIII – AÇÃO 4156 - CT-Petro

Identificação da Ação						
Código	4156		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural					
Iniciativa	01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	4,47	4,21	2,32	2,31	0,01	1,89
Execução Física						

Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado		Unidade	1	1	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
17,60	7,92	0,72	Projeto apoiado	Unidade	5

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4185 (CT-Info) tem como objetivo o financiamento de estudos e projetos de P,D&I voltados para as tecnologias da informação e comunicação (TIC), infoinclusão através de soluções de governo eletrônico e educação à distância, para minimização de impactos sociais oriundos de atividades relacionadas ao setor, bem como ampliação e qualificação de recursos humanos, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio de concessão de bolsas de estudo, cursos e intercâmbio.

Nesta ação não foram lançados novos editais com recursos do CT-Info. Os recursos foram descentralizados ao CNPq, para o ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

O **Plano Orçamentário 0001** relativo ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação (PADSTI), não contou com recursos que permitissem o apoio a projetos em 2016.

Quadro XIX – AÇÃO 4185 - CT-Info

Identificação da Ação							
Código	4185		Tipo		Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação						
Iniciativa	01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação						
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica						
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0000	0,22	4,54	4,53	3,99	3,66	0,33	0,53
0001	0,22	0,02	0,02	0,01	0,01	-	0,01
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado		Unidade	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores(em R\$ milhões)							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
000 0	2,36	2,36	0,00	Projeto apoiado	Unidade	0
000 1	-	-	0,00	Projeto apoiado	Unidade	0

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4949 (CT-Amazônia) tem por objetivo o financiamento de estudos e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação vinculados à programas estratégicos na Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima).

Em 2016 não foram aprovadas novas ações com recursos do CT-Amazônia Os recursos foram utilizados para empenho a projetos de ações autorizadas em anos anteriores, descentralizações para o CNPq e ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XX – AÇÃO 4949 - CT-Amazônia

Identificação da Ação						
Código	4949			Tipo	Atividade	
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica - Na Região Norte					
Iniciativa	017F-Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,41	0,41	0,11	0,10	0,01	0,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1,73	0,12	0,24	Projeto apoiado	Unidade	0	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 8563 (CT-Aquaviário) tem por objetivo o financiamento de estudos e projetos de P,D&I, voltados ao setor de transporte aquaviário e de construção naval, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos, através do treinamento e aperfeiçoamento de profissionais do setor, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos e intercâmbio.

Em 2016 não foram lançados novos editais do CT-Aquaviário. Com os recursos orçamentários autorizados para o CT-Aquaviário foram apoiados seis projetos, todos oriundos da Chamada Pública MCT/Finep/CT-Aquaviário - Cooperação IPCTs-Empresas - Navipeças- 01/2013: "Desenvolvimento de centrífuga nacional para tratamento de diesel e óleo combustível aplicados a indústria naval"; "Sistema de localização e mapeamento de profundidade através de métodos acústicos com compartilhamento de dados entre usuários"; "Desenvolvimento de sistema de estimação de forças de onda baseado em visão computacional para aprimorar o posicionamento dinâmico de embarcações"; "Automatização e controle dos equipamentos do navio utilizando redes de comunicação inteligentes". "Tecnologias Avançadas de Automação e Controle para Supervisão de Sub-sistemas Marítimos"; e "Sistema de Monitoramento Remoto de Embarcações". Adicionalmente, foram descentralizados recursos do orçamento de 2016 ao CNPq para manutenção de bolsas associadas a projetos e empenhados recursos para ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Cabe esclarecer que alterações provenientes de créditos suplementares por remanejamento entre ações orçamentárias realizadas ao longo de 2016 possibilitou a liquidação de empenhos para o apoio a projetos além da meta programada.

#### Quadro XXI – AÇÃO 8563 - CT-Aquaviário

Identificação da Ação						
Código	8563		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval					
Iniciativa	01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário					
Objetivo	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código	2021	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	2,08	2,08	1,80	1,45	0,35	0,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1,27	0,90	0,08	Projeto apoiado	Unidade	0	

--	--	--	--	--	--

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 2014, também conhecida como Ação Transversal do FNDCT, tem como objetivo apoiar estudos e projetos de P,D&I vinculados a programas estratégicos que têm como referência as políticas industrial e de C,T&I vigentes, bem como o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, através da concessão de bolsas, de cursos e de intercâmbios.

Em cumprimento ao PI de 2016, foram lançadas pela Finep quatro Chamadas Públicas e uma Carta-Convite e contratadas duas encomendas no exercício, a saber:

- CHAMADA PÚBLICA MCTIC/Finep/FNDCT 02/2016 – CENTROS NACIONAIS MULTIUSUÁRIOS, lançada em 4 de abril de 2016, tem como objetivo fomentar e fortalecer os Centros já estabelecidos de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, de caráter multiusuário, e induzir a organização de novos centros nas regiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste do Brasil, por meio de melhoria da infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento para que possam atuar como centros nacionais multiusuários em seus campos correlatos. O resultado final com a aprovação de 42 projetos foi divulgado em 7 de dezembro de 2016.
- CARTA-CONVITE MCTIC/Finep/FNDCT 01/2016 – INSTITUTOS DE PESQUISA DO MCTIC, lançada em 4 de abril de 2016, tem como objetivo o fortalecimento dos laboratórios multiusuários dos Institutos de Pesquisa vinculados ao MCTIC, por meio da aquisição e manutenção de equipamentos, bem como a contratação de pessoal qualificado. O resultado final com a aprovação de 21 projetos foi divulgado em 23 de agosto de 2016. Foram contratados até 31 de dezembro de 2016 quatro projetos.
- CHAMADA PÚBLICA MCTIC/Finep/FNDCT/AT – APOIO INSTITUCIONAL – 03 /2016, lançada em 6 de maio de 2016, caracteriza-se como um Programa de Fluxo Contínuo destinado à seleção de projetos aprovados no ano de 2016, respeitada a disponibilidade orçamentária, e tem como objetivo apoiar projetos institucionais relevantes, considerados de caráter prioritário para a manutenção e consolidação do SNCTI e que não estejam sendo apoiados por outros programas do Sistema MCTIC/Finep/CNPq, de modo a prover condições mínimas para o desenvolvimento das atividades estratégicas de pesquisa científica e tecnológica no país. Foram lançadas duas rodadas até o momento: na primeira rodada, foram recomendados 17 pré-projetos dos quais dois já foram contratados e na segunda rodada, foram recomendados dez pré-projetos, que se encontram em fase de apresentação dos projetos finais à Finep. A terceira rodada foi suspensa em 12 de dezembro de 2016 ficando condicionada à verificação de disponibilidade orçamentária em 2017 para a continuidade do Programa.
- Encomenda Apoio a 68ª Reunião Anual da SBPC e o Jornal da Ciência com contrato firmado em 3 de junho e 2016 no valor de R\$ 1,5 milhão.
- Encomenda Apoio ao Portal de Periódicos da CAPES com contrato firmado em 20 de julho de 2016 no valor de R\$ 20 milhões.

- CHAMADA PÚBLICA CONJUNTA ENTRE FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (Finep) E AGÊNCIA SUECA DE INOVAÇÃO (Vinnova)- COOPERAÇÃO ICT – EMPRESA – 08 /2016, lançada em 17 de agosto de 2016 tem como objetivo apoiar, por meio de financiamento não reembolsável, projetos elaborados em cooperação entre ICTs e empresas brasileiras e empresas suecas e cujos objetivos estejam em consonância com as seguintes linhas temáticas: (i) engenharia aeronáutica, particularmente em propulsão, que pode ser exemplificada como o desenvolvimento, a identificação e a avaliação de combustíveis alternativos ao petróleo, considerando todo o sistema da aeronave e (ii) aeronáutica e o uso de sensores para aprimoramento de sistemas e funções, que pode ser exemplificado pelo aprimoramento tecnológico destinado à redução de emissões e de ruídos. A divulgação dos resultados está prevista para abril de 2017.
- CHAMADA PÚBLICA MCTIC/FINEP/FNDCT/AT/AMAZÔNIA LEGAL 04/2016, lançada em 12 de setembro de 2016, disponibilizou R\$ 20 milhões para apoio financeiro a projetos de infraestrutura básica para pesquisa em instituições de pesquisa científica e tecnológica públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas nos Estados que integram a área de abrangência da Amazônia Legal, em especial, visando ao fortalecimento da infraestrutura das instituições de pesquisa científica e tecnológica, bem como de seus projetos de pesquisa com foco exclusivo nas questões regionais, por meio da aquisição e manutenção de equipamentos básicos, preferencialmente para uso compartilhado. Os 21 projetos pré-selecionados encontram-se na etapa de análise técnica.

Pelo CNPq, destacam-se as seguintes Chamadas lançadas em 2016:

- Chamada MCTIC/FNDCT-CNPq/MEC-CAPES/MS-DECIT Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica com foco especial na prevenção, diagnóstico e tratamento da infecção do vírus Zika e doenças correlacionadas, e no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, contribuindo assim de modo efetivo para o avanço do conhecimento, formação de recursos humanos, geração de produtos, formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.
- CHAMADA MCTI/CNPq Nº 01/2016 – UNIVERSAL com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos em qualquer área do conhecimento.
- CHAMADA Nº 03/2016 - AUXÍLIO À PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E/OU DE INOVAÇÃO – ARC com o objetivo de apoiar propostas nas seguintes linhas: LINHA 1 - Eventos nacionais ou internacionais tradicionais da área com abrangência nacional ou internacional; LINHA 2 - Eventos de abrangência regional ou eventos que estejam em suas primeiras edições (com histórico inferior a 10 (dez) anos); e LINHA 3 - Eventos MUNDIAIS que serão realizados no Brasil

Os recursos da ação transversal foram agrupados em Planos Orçamentários:

No **Plano Orçamentário 001 - Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva - Viver Sem Limites**, em 2016 foram liquidados empenhos para nove projetos selecionados por meio dos

seguintes editais: Chamada Pública - MCT/FINEP/Ação Transversal - Tecnologias para o Desenvolvimento Social - 1/2009; Chamada Pública MCTI/SECIS/Finep/FNDCT – Cooperação ICT-Empresa – Tecnologia Assistiva – 01/2013 e Chamada Pública MCTI/SECIS/Finep/FNDCT - Viver Sem Limite - 01/2015.

Com recursos inscritos em restos a pagar foram apoiados dois projetos: Cadeira de Rodas Motorizada com Controle Avançado, selecionado na Chamada Pública MCTI/SECIS/Finep/FNDCT – Cooperação ICT-Empresa – Tecnologia Assistiva – 01/2013; e Desenvolvimento de Próteses Ortopédicas de Elevada Performance para Membros Inferiores Fabricadas em Material Compósito, selecionado na Chamada Pública-Cooperação Empresa-ICT-Tecnologia Assistiva - 01/2011.

Com os recursos do **Plano Orçamentário 0002 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas** foram apoiado projetos contratados em 2016 e anos anteriores, dos quais destacam-se os projetos para apoio à Ampliação do Laboratório de Integração e Testes - LIT do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; Adequação das instalações para fornecimento de combustível para o RMB; Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Tecnologia Assistiva no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; Desenvolvimento de plataforma tecnológica multifuncional visando obtenção de energia e nutrientes de biomassa para etanol e nutrição de animais; Rede Nacional em Segurança da Informação e Criptografia; Estratégias Genômicas e Agregação de Valor para a Cadeia Produtiva do Dendê;, Consolidação da infraestrutura de pesquisa multiusuária de pesquisa da Universidade Federal do Pampa; Projeto A-Darter, do Comando da Aeronáutica; Gestão inteligente do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, da Universidade Federal do Pará; Apoio à 68ª Reunião Anual da SBPC; e Apoio ao Portal de Periódicos da CAPES.

Foram realizadas também descentralizações de recursos para o pagamento de bolsas e projetos do CNPq e realizados empenhos para ressarcimento das despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XXII – AÇÃO 2014 - Ação Transversal

Identificação da Ação						
Código	2014		Tipo	Atividade		
Título	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em áreas Básicas e Estratégicas					
Iniciativa	0177 - Fomento à Projetos de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico e a Projetos Voltados à Geração e Disseminação de Conhecimento , Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000 1	0,20	0,01	0,01	0,01	-	-
000	175,41	317,09	316,68	235,60	235,60	-
						81,08

2						
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			Unidade	29	29	81
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
000 1	6,27	1,12	0,03	Projeto apoiado	Unidade	2
000 2	179,51	79,84	13,65	Projeto apoiado	Unidade	32

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A subvenção econômica (ação 0A29) tem por objetivo ampliar as atividades de inovação e incrementar a competitividade das empresas e das economias nacionais, sendo largamente utilizada em países desenvolvidos. Essa modalidade de financiamento, prevista no arcabouço normativo da Organização Mundial do Comércio (OMC), consiste na concessão de recursos de natureza não-reembolsável a empresas para o apoio à realização de atividades de P,D&I, com vistas a promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores.

Em 2016 não foram lançados novos editais. Os recursos foram utilizados no pagamento de compromissos assumidos em editais de anos anteriores, viabilizando o repasse de recursos para 64 projetos de 62 empresas, e no ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XXIII – AÇÃO 0A29 - Subvenção

Identificação da Ação						
Código	0A29		Tipo	Operação Especial		
Título	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico					
Iniciativa	01P9 - Apoio à inovação nas empresas					
Objetivo	Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
255,44	58,63	58,63	57,57	52,65	4,17	1,80
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado		Valor Cancelado		
123,99		54,53		15,13		

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)



O objetivo da ação 0741 (relativa à equalização de juros) é reduzir o custo para as empresas dos financiamentos à inovação tecnológica. A equalização de encargos financeiros é a cobertura da diferença entre os encargos decorrentes dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela Finep, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

Assim, os recursos dessa ação são utilizados como um importante instrumento de benefício às empresas inovadoras, permitindo que estas tenham acesso a financiamentos com taxas de juros mais baixas e compatíveis com os riscos inerentes ao processo de inovação.

Os parâmetros para aplicação dos recursos e o limite máximo anual a ser utilizado para equalização de encargos das operações de crédito a serem contratadas pela Finep são definidos trimestralmente através de Resoluções da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII), vinculada ao MCTIC.

O orçamento aprovado na LOA 2016 para esta ação foi de R\$ 251,04 milhões e foi totalmente empenhado com uma execução orçamentária de 100%, incluindo a cobertura das despesas de administração.

#### Quadro XXIV – AÇÃO 0741 - Equalização

Identificação da Ação						
Código	0741		Tipo	Operação Especial		
Título	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica					
Iniciativa	01P9 - Apoio à inovação nas empresas					
Objetivo	Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
251,04	251,04	251,04	251,04	251,04	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado			Valor Cancelado	
-		-			-	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A Finep operacionaliza a ação 0745 (para investimento em empresas inovadoras) por meio do Programa INOVAR, que tem o objetivo de apoiar empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de capital semente, *Venture Capital* (VC) e de *Private Equity* (PE), que por sua vez investem em empresas inovadoras com estratégia de longo prazo, de qualquer porte e setor, com recursos financeiros e apoio gerencial, gerando retornos financeiros e sociais.

O orçamento final na LOA 2016 para essa ação foi suficiente apenas para o ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

Quadro XXV – AÇÃO 0745 - Investimento

Identificação da Ação						
Código	0745		Tipo	Operação Especial		
Título	Investimento em Empresas Inovadoras					
Iniciativa	01P9 - Apoio à inovação nas empresas					
Objetivo	Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado			Valor Cancelado	
-		-			-	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A ação 4947 (Fomento a projetos institucionais de C&T) tem como objetivo financiar estudos e projetos de P,D&I em diversas áreas de conhecimento desenvolvidos por ICTs, envolvendo ainda o treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Os projetos apoiados em 2016 trataram de temas variados como o projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estuário do Amazonas, o apoio ao Instituto de Tecnologia Naval e Oceânica de Santa Catarina (ITNO) e um laboratório espacial para testes de componentes de foguetes no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Além disso, foram realizadas descentralizações para o CNPq, o ressarcimento de despesas operacionais e a cobertura das despesas de administração.

Quadro XXVI – AÇÃO 4947 - Fomento a projetos institucionais de C&amp;T

Identificação da Ação						
Código	4947		Tipo	Atividade		
Título	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia					
Iniciativa	0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação	Código	2021	Tipo	Temático	
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,22	1,98	1,98	0,85	0,78	0,07	1,13
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (em R\$ milhões)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,40	0,22	0,12	Projeto apoiado	Unidade	1	

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

O empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (ação 12P1) é um dos projetos estratégicos de infraestrutura científica, tecnológica e de inovação que integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e consiste em conceber, projetar, construir, licenciar e comissionar um reator nuclear de pesquisa de 30 MW, os laboratórios associados e toda a infraestrutura de suporte para o sítio e instalações. O RMB terá três objetivos principais: produzir radioisótopos para aplicação na saúde, agricultura e meio ambiente; irradiar materiais e combustíveis nucleares, de forma a permitir sua análise de desempenho e comportamento sob os diversos campos de radiação de um reator nuclear e realizar pesquisas científicas e tecnológicas com feixes de nêutrons.

Entre estes, cabe destacar especialmente a aplicação na área de saúde, com a produção no país de radioisótopos que hoje são, na sua quase totalidade, importados. O reator será construído em Iperó em terrenos cedidos pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e pelo governo do Estado de São Paulo. O custo total previsto para a implantação do RMB é de 500 milhões de dólares.

O convênio que trata do apoio pela Finep ao Projeto Detalhado de Engenharia do Reator tem como instituição executora a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Durante seu desenvolvimento já foram atendidas as seguintes condicionantes: Licença prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em relação ao empreendimento; e licenciamento do local do empreendimento emitido pela Diretoria de Radioproteção e Segurança da CNEN. Além disso, já foram obtidas a outorga para uso da água e a Certidão do Uso do Solo, e encontra-se em processo de negociação a contratação da empresa que será responsável pela elaboração do projeto executivo do RMB.

Os recursos desta ação também foram utilizados para o ressarcimento de despesas operacionais e cobertura das despesas de administração.

#### Quadro XXVII – AÇÃO 12P1 - REATOR MULTIPROPÓSITO BRASILEIRO

Identificação da Ação						
Código	12PI		Tipo	Projeto		
Título	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro					
Iniciativa	-					
Objetivo	Implantação do Reator Multipropósito - Nacional					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código	2021	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária	24901					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ milhões)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59,00	59,00	59,00	43,60	2,95	40,65	15,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Empreendimento implantado		% de execução física	5%	-	1%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

-	-	-	Empreendimento implantado	% de execução física	-
---	---	---	---------------------------	----------------------	---

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Complementarmente à execução detalhada por ação demonstrada nos quadros anteriores, a execução financeira agregada relativa ao exercício de 2016 apresentada a seguir reflete todos os pagamentos efetuados com recursos do FNDCT por meio de ordens bancárias (OBs) emitidas pela agência executora Finep, bem como os repasses feitos via programações financeiras (PFs) para as demais UGs integrantes da Conta Única do Tesouro, mesmo que estas não tenham realizado os pagamentos referentes aos recursos repassados.

Dos R\$ 1.043,4 milhões de orçamento utilizado em 2016, R\$ 743,5 milhões foram pagos, o que significa uma nova inscrição em restos a pagar de R\$ 299,9 milhões para 2017. A Tabela VII detalha a distribuição dos pagamentos por Natureza da Despesa.

Tabela VII – PAGAMENTO POR NATUREZA DE DESPESA (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)

Natureza da Despesa	Valores (R\$ milhões)	% do Total
Projetos	702,0	94,4%
Despesas Operacionais	20,5	2,8%
Despesas de administração	21,0	2,8%
Total	743,5	100,0%

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Na Tabela VIII constam os pagamentos efetuados por tipo de documento, ou seja, por OBs para pagamentos referentes às notas de empenho emitidas no ano e por PFs referentes às transferências realizadas para outras UGs também no ano por meio de NCs. A Finep como agência executora, portanto, realizou cerca de 78% dos pagamentos diretamente enquanto o CNPq recebeu 22% dos pagamentos do exercício do FNDCT.

Tabela VIII – PAGAMENTO POR TIPO DE DOCUMENTO (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)

Tipo de Documento	Valores (R\$ milhões)	% do Total
OBs	541,7	72,9%
PFs -CNPq	164,2	22,1%
PFs - Outros	37,5	5,0%
Total	743,5	100,0%

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Os pagamentos realizados em 2016 (Tabela IX) ficaram concentrados no grupo Operações Especiais, sobretudo na ação 0741 (Equalização de taxa e juros), que reflete o volume de empréstimos concedidos pela Finep.

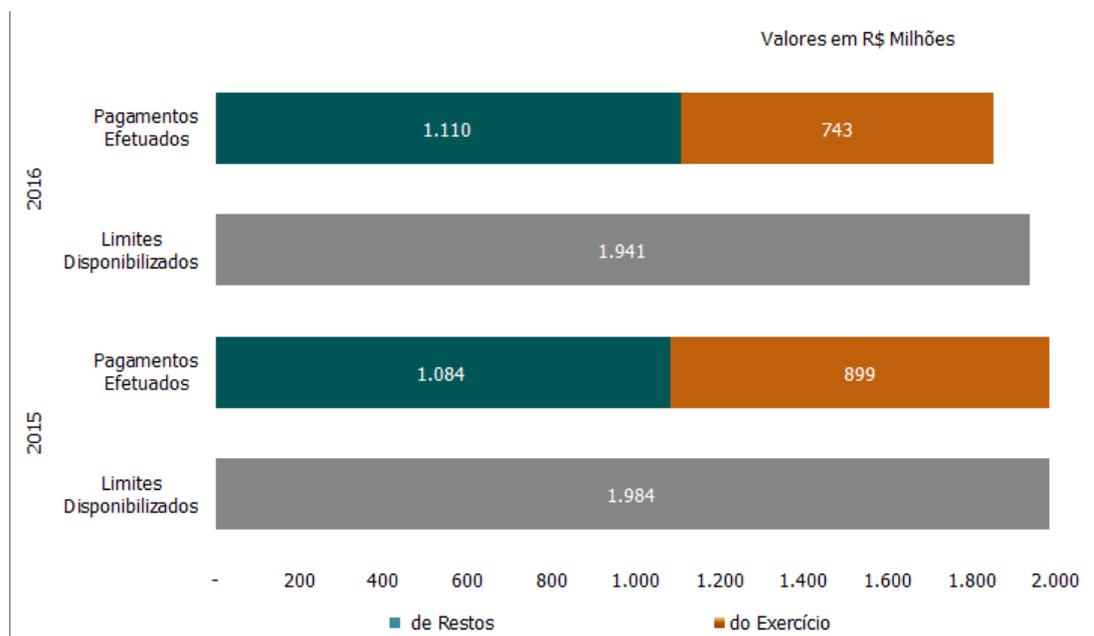
Tabela IX – PAGAMENTOS POR GRUPO DE AÇÃO (NÃO INCLUI PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)

Ações	Valores (R\$ milhões)	% do Total
Operações Especiais	303,7	40,8%
Ação Transversal	239,8	32,3%
Fundos Setoriais	196,2	26,4%
RMB	3,0	0,4%
Demais Ações	0,8	0,1%
Total	743,5	100,0%

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

O Gráfico III apresenta os pagamentos realizados em relação ao limite disponibilizado em 2016 comparativamente ao exercício anterior. Como o limite de desembolsos superou o orçamento em R\$ 891,0 milhões foi possível honrar um volume expressivo de restos a pagar acumulados de anos anteriores (60,1% do total devido), refletindo a orientação do Governo Federal de reduzir gastos públicos sem deixar de atender compromissos já assumidos .

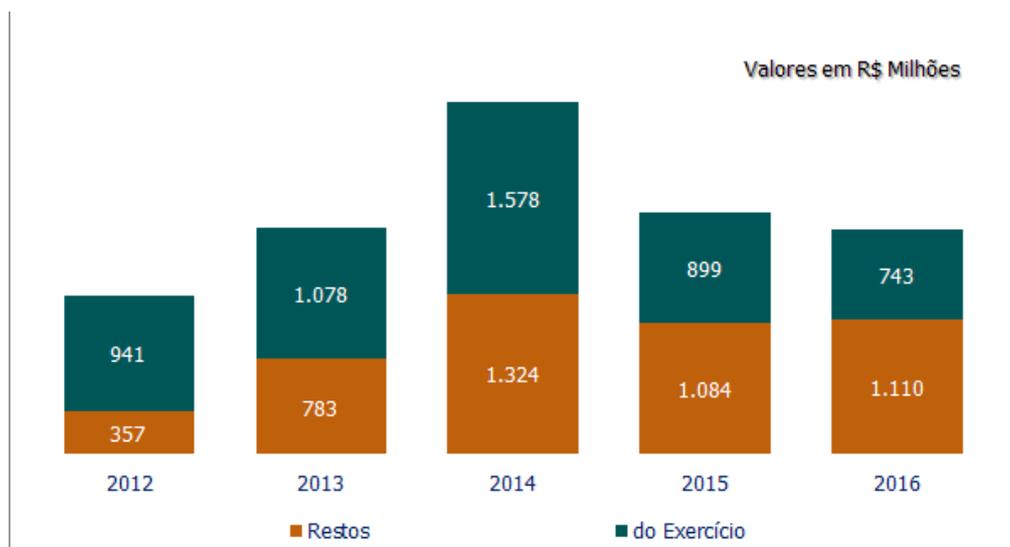
Gráfico III – PAGAMENTOS X LIMITES 2015-2016



Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

O Gráfico IV compara os pagamentos de restos com os pagamentos do ano dos últimos cinco anos. Em 2016 os pagamentos de restos cresceram 2% em relação a 2015, enquanto os pagamentos do exercício decresceram 17%. Os pagamentos totais em 2016 foram 6,6% menores que os de 2015, reflexo da crise econômica e dos contingenciamentos sofridos pelo Fundo no ano.

Gráfico IV – PAGAMENTOS TOTAIS EFETUADOS (RESTOS + ANO)



Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

O Quadro XXXVIII apresenta a execução orçamentária e financeira do FNDCT em 2016 de forma resumida, comparando com o desempenho do ano de 2015, evidenciando as diferenças nos montante de recursos autorizados e nos limites de programação orçamentária e financeira estabelecidos, bem como o reflexo nos indicadores de execução do exercício.

Quadro XXVIII – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (NÃO INCLUI CRÉDITOS RECEBIDOS)

<b>FNDCT - Unidade Orçamentária 24901</b>		31/12/2015 (R\$ milhões)	31/12/2016 (R\$ milhões)
<b>Controle Orçamentário</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>	<b>3.014,6</b>	<b>1.050,3</b>
	Limite de Empenho MCTI	1.789,9	1.000,3
	Limite de Empenho exclusivo Zika	0,0	50,0
	<b>TOTAL LIMITE RECEBIDO</b>	<b>1.789,9</b>	<b>1.050,3</b>
	<b>Orçamento Utilizado</b>	<b>1.784,8</b>	<b>1.043,4</b>
	Empenhos Realizados - NE	678,8	768,1
	Crédito Concedido (outras UGs) - NC	1.105,9	275,3
	<b>Limite Disponível</b>	<b>5,2</b>	<b>6,2</b>
	Custeio e Investimento	0,0	0,0
	PAC e Emendas Individuais	5,2	0,0
Saldo de Limite Zika	-	6,2	
<b>% Execução sobre o Limite de Empenho*</b>	<b>99,7%</b>	<b>99,3%</b>	
<b>Controle Financeiro</b>	Total Recursos Recebidos (ano + saldo exec. Anterior)	2.327,7	2.263,5
	Valores sem correspondência ou bloqueados	343,8	323,0
	<b>Recursos Efetivamente Disponibilizados</b>	<b>1.983,9</b>	<b>1.940,5</b>
	<b>Pagamentos Efetuados</b>	<b>1.983,9</b>	<b>1.853,4</b>
	<b>Pagamentos do Ano</b>	<b>899,5</b>	<b>743,5</b>
	Do ano por OB <sup>1</sup>	351,2	541,7
	Do ano por PF <sup>2</sup>	548,2	201,8
	<b>Pagamentos de Restos</b>	<b>1.084,4</b>	<b>1.109,9</b>
	Restos por OB <sup>1</sup>	504,4	615,9
	Restos por PF <sup>2</sup>	580,0	494,0
	<b>Restos Inscritos<sup>3</sup></b>	<b>2.223,8</b>	<b>1.845,9</b>
	<b>Saldo de Restos a Pagar</b>	<b>1.139,4</b>	<b>736,0</b>

<b>FNDCT - Unidade Orçamentária 24901</b>		31/12/2015 (R\$ milhões)	31/12/2016 (R\$ milhões)
	<b>% Execução sobre Recursos Disponibilizados</b>	100,0%	95,5%
	<b>% Execução dos Restos a Pagar</b>	48,8%	60,1%
<b>FNDCT - Unidade Orçamentária 74910</b>		31/12/2015	31/12/2016
<b>Emp rés ti mo</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>	<b>1.000,0</b>	<b>909,8</b>
	<b>Recursos Disponibilizados (Empenhado + RP)</b>	<b>1.000,0</b>	<b>909,8</b>
	<b>Valor Transferido à Finep</b>	<b>1.000,0</b>	<b>909,8</b>
	<b>Saldo a Transferir</b>	-	-

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

(\*) Considera o crédito concedido, mesmo que não haja execução por parte das demais UGs

<sup>1</sup> OB = Ordem Bancária

<sup>2</sup> PF = Programação Financeira

<sup>3</sup> Inscrição Inicial + Novas Inscrições (NCs) - Cancelamentos de Restos

### ***Fatores intervenientes no desempenho orçamentário***

A LOA do FNDCT 2016 foi bastante afetada pela retirada das ações relativas ao Programa Ciência sem Fronteiras e Apoio às Organizações Sociais no 2º semestre de 2015. Este movimento, embora tenha retirado o compromisso de apoio do FNDCT às ações citadas, retirou também a disponibilidade de limites de empenho para 2016. Portanto, a LOA 2016 ficou limitada a R\$ 1,0 bilhão, tendo sido o limite de empenho autorizado em igual valor até o final do exercício de 2016. O orçamento inicial concentrou as disponibilidades orçamentárias em algumas ações - Ação Transversal, CT-Infra, Equalização e Subvenção, distribuindo valores insignificantes nas demais ações. Ao longo do exercício foram realizados remanejamentos importantes para atender à grande demanda já contratada, especialmente nas seguintes ações: CT-Saúde, FVA, CT-Aeronáutico, CT-Energ, CT-Info e CT-Petro. Além disso foi aprovado um crédito extraordinário por remanejamento da reserva de contingência no valor de R\$ 50 milhões para atendimento à emergência do Virus da Zika, como crédito específico CT-Saude/Zika.

### ***Restos a pagar de exercícios anteriores***

As informações relativas aos restos a pagar das operações descentralizadas não foram computados nos quadros a seguir uma vez que tais informações estão disponíveis nos relatórios de gestão das unidades gestoras para as quais os recursos foram descentralizados. Dessa forma, as informações desta seção referem-se apenas aos restos a pagar de exercícios anteriores executados diretamente pela Finep.

A Tabela X apresenta a movimentação ocorrida nos empenhos e transferências inscritas em restos a pagar para 2016. Inicialmente foram inscritos R\$ 2.026,8 milhões<sup>12</sup>, sendo que R\$ 180,8 milhões foram

<sup>12</sup> O Relatório de Gestão do FNDCT 2015 informou uma previsão de restos a pagar inscritos em 1º de janeiro de 2016 no montante de R\$ 2.069 milhões. Após cancelamento de empenhos, o saldo inicial de restos a pagar efetivamente inscritos em 1º de janeiro de 2016 foi de R\$ 2.027 milhões.

cancelados ou bloqueados ao longo de 2016 e R\$ 1.704,5 milhões foram pagos, restando R\$ 736,1 milhões a serem reinscritos em 2017. A este valor somam-se R\$ 299,9 milhões de novas inscrições de compromissos de 2016 não pagos, dando um total de restos a pagar no início de 2017 de R\$1.036 milhões.

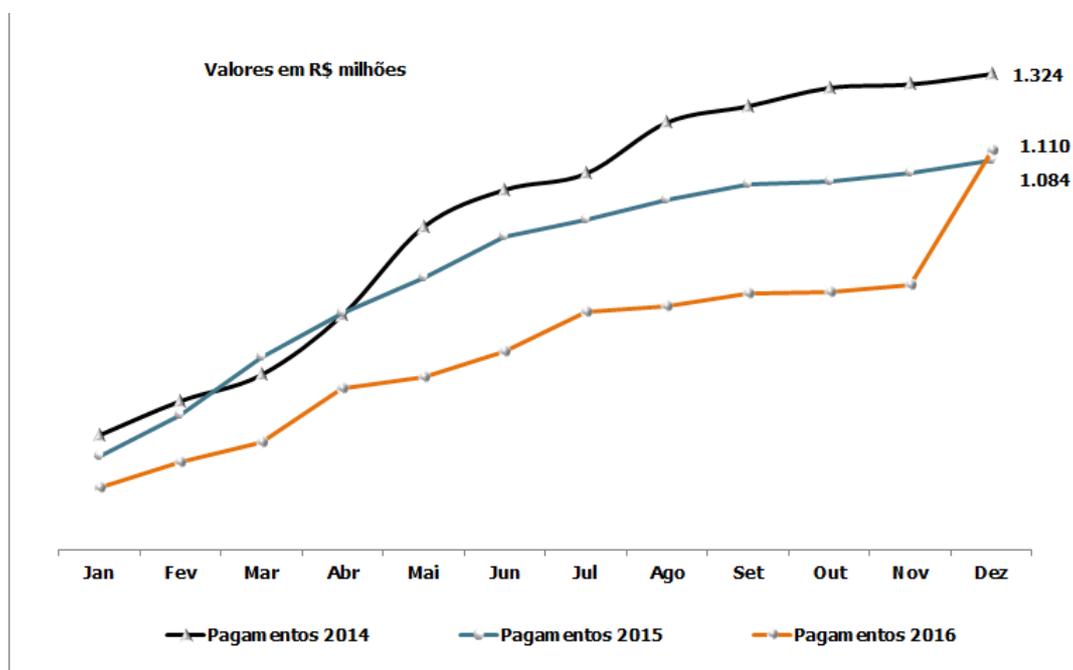
Tabela X – EVOLUÇÃO RESTOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – SALDO FINAL 2016

Tahoma	Inscrição 01/01/2016 (R\$ milhões)	Cancelados / Bloqueados (R\$ milhões)	Saldo Inscrito (R\$ milhões) (A)	Pagamentos (R\$ milhões) (B)	Saldo Final 31/12/2016 (R\$ milhões)	% (B)/ (A)
NEs Processados	757.041.054,07	-40.226.770,25	716.814.283,82	493.670.358,10	199.328.890,38	72,19%
NEs Não processados	524.564.203,52	-30.895.186,12	493.669.017,40	716.876.873,32	395.308.694,41	19,92%
NCs CNPq/AC	693.436.684,89	-102.623.973,50	590.812.711,39	455.256.319,69	135.556.391,70	77,06%
NCs Outras UGs	51.708.210,93	-7.129.201,99	44.579.008,94	38.699.565,72	5.879.443,22	86,81%
Total	2.026.750.153,41	-180.875.131,86	1.845.875.021,55	1.704.503.116,83	736.073.419,71	60,12%

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Quanto ao volume de restos, o saldo de inscrição no final dos últimos três anos tem se mantido no patamar de dois bilhões, R\$ 2.478 milhões (2014), R\$ 2.224 milhões (2015) e R\$ 1.845,9 (2016), refletindo, portanto, a restrição financeira. O Gráfico V mostra o pagamento de restos ao longo de 2016 evidenciando o comportamento no final do ano distinto em relação aos exercícios 2015 e 2014.

Gráfico V - EVOLUÇÃO MENSAL DOS PAGAMENTOS DE RESTOS 2014 X 2015 X 2016



Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

A distribuição dos restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores é apresentada na Tabela XI.

Tabela XI– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em R\$

Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
2015	125.970.575,04	107.875.184,18	-18.095.390,86	76.809.284,00
2014	131.574.784,09	128.794.414,77	-2.780.369,32	105.056.967,39
2013	210.628.686,00	201.289.290,85	-9.339.395,15	165.323.777,49
2012	56.390.158,39	55.711.468,30	-680.030,79	48.118.665,53
Subtotal	524.564.203,52	493.670.358,10	-30.895.186,12	395.308.694,41
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
2015	201.637.712,57	199.968.542,65	-1.669.169,92	30.679.164,44
2014	158.763.938,33	152.268.441,41	-6.495.496,92	20.094.486,06
2013	152.644.441,33	152.513.808,41	-130.632,92	40.818.764,94
2012	111.548.974,66	111.548.974,66	-22.562,17	60.960.629,06
2011	86.453.050,79	63.560.017,16	-22.933.060,96	14.321.999,62
2010	27.418.463,67	22.113.545,74	-5.304.917,93	19.811.843,95
2009	15.822.725,72	14.741.958,29	-1.080.767,43	12.480.417,31
2008	2.751.747,00	161.585,00	-2.590.162,00	161.585,00
Subtotal	757.041.054,07	716.876.873,32	-40.226.770,25	199.328.890,38
<b>Restos de NC's</b>				
2015	734.065.070,30	487.701.276,86	-108.027.978,22	138.335.815,22
2014	4.028.787,64	1.234.929,24	-547.315,00	2.246.543,40
2013	6.469.460,49	5.019.679,31	-1.177.882,27	271.898,91
2012	581.577,39	-	-	581.577,39
Subtotal	745.144.895,82	493.955.885,41	-109.753.175,49	141.435.834,92
Total	2.026.750.153,41	1.704.503.116,83	-180.875.131,86	736.073.419,71

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

### **Informações sobre a realização das receitas**

Os recursos para o FNDCT são provenientes de três fontes principais: a) arrecadação dos fundos setoriais; b) recursos provenientes dos juros e amortizações que a Finep paga ao Fundo pelos empréstimos concedidos através da ação OA37 (Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas), destinada ao financiamento reembolsável à inovação nas empresas; c) recursos ordinários do Tesouro.

Os valores apresentados na Tabela XII mostram a arrecadação no período de 2012 a 2016. A nova política de distribuição dos royalties do Petróleo extinguiu o fundo setorial específico em 2014, cabendo aos Recursos Ordinários do Governo e à utilização de superávit de exercícios anteriores o suprimento das ações até então apoiadas pelo CT-Petro. Porém, tanto nas contas contábeis do Sistema Integrado de Administração

Financeira (SIAFI) quanto nos relatório emitidos pela SOF são computados os valores do CT-Petro no valor total da arrecadação.

Tabela XII – ARRECADAÇÃO DISCRIMINADA POR FUNDO/TIPO DE RECEITA – 2011 A 2016

Em R\$ milhões

<b>Fundos Setoriais</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
CT-Biotecnologia	95,0	109,8	121,5	114,7	124,3
CT-Agronegócio	221,7	254,5	286,6	267,4	288,8
CT-Aeronáutico	95,0	110,0	124,0	114,7	124,2
CT-Saúde	221,7	254,3	291,4	267,4	291,2
CT-Verde Amarelo (FVA)	633,3	748,8	850,7	763,2	826,3
CT-Amazônia	29,8	45,6	60,7	42,4	42,3
CT-Espacial	50	10,1	37,7	7,8	39,4
CT-Hidro	64,6	71,6	68,5	73,3	86
CT-Petro	1.438,10	1.430,70	-	0	-
CT-Energia	277,3	306,9	367,1	380,4	317,6
CT-Infra	907,4	963,2	1.006,50	1.113,6	631,7
CT-Mineral	29,4	41,3	28,8	23,9	29
CT-Transporte	12,7	4,9	4,6	4,2	2,7
CT-Aquaviário	55,4	67,2	63,4	57,7	59,6
CT-Info	84,4	109,7	122,9	97,9	80,8
INOVAR-AUTO	0	22,7	6,2	33,1	27,9
<b>Total Recursos Fundos</b>	<b>4.215,8</b>	<b>4.551,4</b>	<b>3.440,8</b>	<b>3.361,7</b>	<b>2.971,7</b>
Recursos da Finep	131	178,3	273,6	440,7	507,3
<b>Total Arrecadação</b>	<b>4.346,8</b>	<b>4.729,7</b>	<b>3.714,4</b>	<b>3.802,4</b>	<b>3.479,0</b>
Recursos do Tesouro	15,6	24,3	14,2	504,8	0,5
<b>Total Recursos</b>	<b>4.362,4</b>	<b>4.754,0</b>	<b>3.728,5</b>	<b>4.307,2</b>	<b>3.479,5</b>

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Cabe ressaltar que a arrecadação da CIDE é origem de recursos para o CT-Infra, CT-Biotecnologia, CT-Saúde, CT-Agronegócio, CT-Aeronáutico e FVA, e para o Programa de Inovação para Competitividade<sup>13</sup>. Esses recursos não podem ser usados em ações transversais, que são regulamentadas pelo artigo XIV da Lei nº 11.540/2007. Quanto ao CT-Infra, é formado a partir da destinação de 20% da arrecadação dos 14 outros Fundos Setoriais, exceto CT-Amazônia.

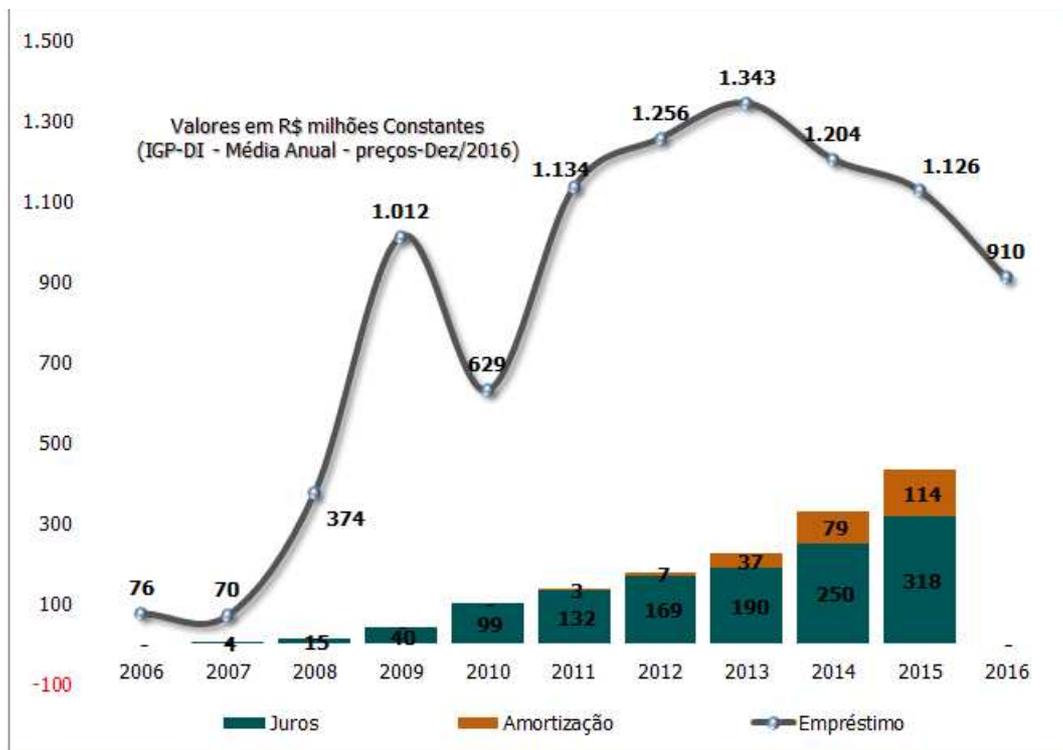
<sup>13</sup> O Programa de Inovação para Competitividade, instituído pela Lei nº 10.332/01 tem por finalidade o estímulo ao desenvolvimento tecnológico empresarial, por meio de: programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre empresas e universidades e centros de pesquisas; equalização (redução) dos encargos financeiros incidentes nas operações de financiamento à inovação tecnológica, com recursos da Finep; participação minoritária no capital de micro e pequenas empresas de base tecnológica e fundos de investimento, por meio da Finep; concessão de subvenção econômica a empresas; e a constituição de uma reserva técnica para viabilizar a liquidez dos investimentos privados em fundos de investimento em empresas de base tecnológica, por intermédio da Finep.

A nova legislação de distribuição dos royalties do petróleo (Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013) estabelece a aplicação dos recursos originariamente destinados a compor o FNDCT, especialmente o Fundo Setorial do Petróleo (CT-Petro), nas áreas de saúde e educação <sup>14</sup>. Assim, as ações no âmbito do CT-Petro, a partir de 2014, passaram a ser supridas por recursos ordinários do Tesouro e pela utilização de superávit de exercícios anteriores.

A partir de 2006, como já comentado, o FNDCT passou a conceder empréstimos à Finep para financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, no âmbito da ação OA37. Esses recursos não estão alocados no orçamento do Fundo, mas integram as "Operações Oficiais de Crédito", na forma de "Recursos sob a Supervisão do FNDCT/MCTIC", não incidindo limites financeiros.

Os juros e amortizações que a Finep paga ao FNDCT pelo empréstimo são uma fonte crescente de arrecadação para o FNDCT, como demonstra o Gráfico VI. Enquanto a arrecadação dos fundos setoriais caiu 11,6%, de R\$ 3.361,8 milhões em 2015 para R\$ 2.971,8 milhões em 2016, os recursos provenientes da Finep para o Fundo cresceram 15,1%, de R\$ 440,7 milhões para R\$ 507,3 milhões no mesmo período. Esses recursos, que no exercício de 2016 corresponderam a R\$ 909,8 milhões, foram integralmente utilizados.

Gráfico VI - FINANCIAMENTO DE PROJETOS (UO 74910 - SOB SUPERVISÃO DO FNDCT) RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS



Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

<sup>14</sup> Como já foi mencionado antes, há no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), ainda sem julgamento, que impede o uso destes recursos e mantém em aberto a possibilidade de que eles possam retornar ao FNDCT.

## Informações sobre a execução das despesas

As Tabelas XIII e XIV apresentam a execução das despesas do FNDCT por grupo e elemento de despesa e por modalidade de contratação, respectivamente, que refletem a natureza jurídica do Fundo e sua forma de atuação.

Tabela XIII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo de Despesa / Elemento de Despesa	Empenhada		Liquidada		Restos a Pagar não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>751,16</b>	<b>1.567,33</b>	<b>655,17</b>	<b>1.085,83</b>	<b>95,99</b>	<b>481,50</b>	<b>576,33</b>	<b>927,72</b>
Auxílio Financeiro Estudantes	150,04	540,82	111,09	317,26	38,95	223,56	110,91	304,91
Auxílio Financeiro Pesquisadores	58,17	51,72	50,03	48,81	8,15	2,91	48,18	32,84
Contribuições	145,61	96,58	108,26	75,16	37,35	21,42	65,99	39,29
Demais elementos do grupo	40,93	43,86	38,83	39,30	2,11	4,56	20,51	14,44
Outros Serv Terc PJ	61,90	509,62	53,12	336,25	8,78	173,37	38,74	334,71
Subvenção Econômica	294,50	324,73	293,84	269,05	0,66	55,68	292,00	201,53
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>4. Investimentos</b>	<b>291,58</b>	<b>188,56</b>	<b>181,61</b>	<b>168,58</b>	-	<b>19,99</b>	<b>161,38</b>	<b>63,03</b>
Auxílio Financeiro Pesquisadores	16,25	58,33	12,54	56,57	-	1,76	12,18	26,70
Contribuições	253,91	104,57	161,41	103,20	-	1,37	142,26	30,01
Demais elementos do grupo	5,99	10,20	0,97	2,09	-	8,10	0,97	1,44
Equip e Mat. Permanente	15,42	15,46	6,68	6,71	-	8,75	5,97	4,87
<b>5. Inversões Financeiras</b>		<b>47,50</b>		-	-	<b>47,50</b>	-	-
Conc Emp e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Const Aumento de Capital	-	47,50	-	-	-	47,50	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

Nota: \*Os valores referentes à equalização são computados pelo SIAFI como subvenção econômica.

Tabela XIV - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (R\$ milhões)	
	2016	2015
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>2,70</b>	<b>1,26</b>
a) Convite		
b) Tomada de Preços	0,36	0,00
c) Concorrência	0,42	0,88
d) Pregão	1,73	0,38
e) Concurso		
f) Consulta		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,19	0,00
<b>2.Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>22,74</b>	<b>8,44</b>
h) Dispensa	6,30	7,22
i) Inexigibilidade	16,44	1,22
<b>3.Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos		
<b>4.Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
k) Pagamento em Folha		
l) Diárias		
<b>5.Outros</b>	<b>811,34</b>	<b>1.244,70</b>
<b>6.Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>836,77</b>	<b>1.254,41</b>

Fonte: Finep – Área de Controladoria (ACOT)

## GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### Descrição da estrutura de governança

O modelo de governança do FNDCT prevê a participação de vários órgãos colegiados e de instâncias operacionais nos processos de planejamento, alocação e aplicação dos recursos. O ponto central desta estrutura é o Conselho Diretor, responsável pela formulação das políticas e diretrizes orientadoras da utilização dos recursos, com fundamento nas orientações estratégicas das políticas industrial, científica e tecnológica e de inovação, bem como das normas de utilização dos recursos, pela aprovação do plano de investimento anual, pela análise das prestações de contas e avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo. Ao Conselho cabe também preservar o alinhamento da ação do Fundo com as políticas industrial, científica e tecnológica.

O Comitê de Coordenação Executiva tem como responsabilidades principais o detalhamento e implementação das políticas e diretrizes emanadas pelo Conselho Diretor, especialmente a consolidação da proposta do orçamento anual do FNDCT e sua compatibilização com o plano de investimentos e a aprovação das ações transversais.

À Secretaria Executiva do FNDCT, exercida pela Finep, compete a execução das atividades técnicas, administrativas, financeiras e contábeis necessárias à gestão do Fundo. Para o cumprimento dessas atribuições, a Finep utiliza sua estrutura física e pessoal.

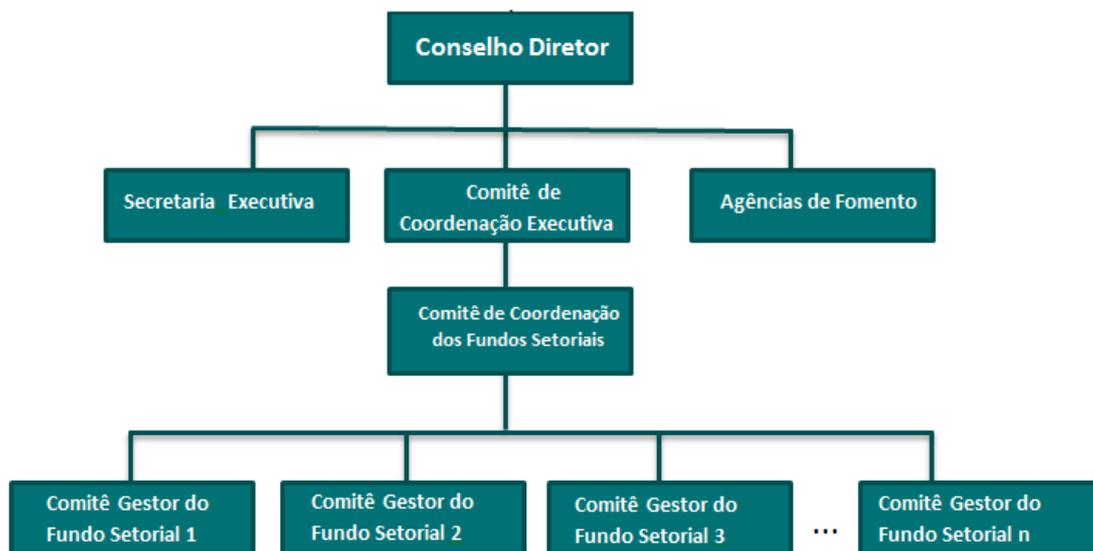
A estrutura de governança do FNDCT prevê também a existência de um Comitê Gestor (CG) para cada Fundo Setorial, com a tarefa definir de forma colegiada as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos; além de propor e acompanhar as ações setoriais. Cada CG é presidido por um representante do MCTIC e integrado por representantes dos ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, além da Finep e do CNPq. Esta composição possibilita a participação de amplos setores da sociedade nas decisões sobre as aplicações dos recursos dos Fundos e permite a gestão compartilhada do planejamento, concepção, definição e acompanhamento das ações. Atualmente são 16 CGs: CT-Amazônia, CT-Energ, CT-Info, CT-Petro, CT-Aeronáutico, [CT-Aquaviário](#), [CT-Espacial](#), [CT-Infra](#), [CT-Saúde](#), [CT-Agronegócio](#), [CT-Biotecnologia](#), [CT-Hidro](#), [C-Mineral](#), [CT-Transporte](#), CT-Verde Amarelo e CT-Inovar-Auto.

Funcionando como instância de integração do trabalho dos CGs, a estrutura de governança prevê um Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais (CCF), presidido pela Secretaria Executiva do MCTIC e composto pela Finep, CNPq e pelos presidentes de cada CGs.

Completam a estrutura de governança as agências de fomento, cujo objetivo é operacionalizar as ações deliberadas pelos Comitês.

A Figura V a seguir retrata a estrutura de governança do FNDCT.

Figura V – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO FNDCT



Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

As competências e responsabilidades das instâncias decisórias e operacionais do FNDCT definidas pela Lei nº 11.540/2007, foram regulamentadas pelo Decreto nº 6.938/2009 e são detalhadas pelas INs do Conselho Diretor, especialmente a IN CD-FNDCT nº 1/2010 e a IN CD-FNDCT nº 2/2010, atualizada pela IN CD-FNDCT nº 1/2012. Esses normativos reforçam o princípio da segregação de funções e a característica de múltiplos interesses representados do Fundo, tendo em vista que as atribuições de cada órgão devem ser complementares e sinérgicas no que se refere ao planejamento, operacionalização e acompanhamento das ações do Fundo, mas que nenhum órgão deve deter, isoladamente, autoridade plena ou monopólio sobre as atividades do Fundo. Outros dispositivos infralegais normatizam as operações do FNDCT, estabelecendo os limites operacionais para a remuneração da Finep pelo exercício da função de Secretaria Executiva, os parâmetros de aplicação dos recursos de equalização no âmbito do Fundo e os limites para as despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do Fundo.

### Gestão de riscos e controles internos

Para a avaliação do funcionamento dos controles internos referentes à UG do FNDCT, foi considerada a percepção da Finep, Secretaria Executiva do Fundo e partícipe de praticamente todas as instâncias da sua estrutura de governança. Foi adotada uma visão sistêmica, na qual foram consideradas as atribuições de cada uma das instâncias decisórias, ou seja: Conselho Diretor, Comitê de Coordenação Executiva, Secretaria Executiva, Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e Agências de Fomento relacionadas com atividades de controle e as interações entre elas.

As normas que regulamentam as ações realizadas no âmbito do FNDCT são abrangentes e específicas em relação às regras, condições, obrigações e procedimentos para o funcionamento do Fundo e a utilização

dos seus recursos, municiando seus administradores com instrumentos adequados à gestão e controle das operações concretizadas em sua esfera.

O funcionamento do modelo gerencial do FNDCT requer a plena articulação entre as instâncias, o que pressupõe a existência de interlocutores que atuem como elementos de ligação e contribuam para a fluidez e compatibilização da informação através dessas instâncias. As interações entre os membros dentro de cada instância decisória do FNDCT se dão formalmente por meio de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, em que são discutidos os assuntos em pauta e realizadas as principais deliberações, conforme as atribuições de cada esfera decisória. As atas, diretrizes, planos, normas e procedimentos resultantes dessas deliberações são formalizados e amplamente divulgados.

A análise dos processos críticos, o diagnóstico, a mensuração e a avaliação de riscos e da conformidade da operação do Fundo devem ser realizadas pelas unidades que integram a gestão do Fundo e é apreciada periodicamente nos fóruns deliberativos do Fundo, mas não há normatização metodológica destas atividades. Não há histórico relevante de fraudes e perdas na utilização dos recursos do FNDCT e a Finep, enquanto sua Secretaria Executiva, tem lançado mão dos instrumentos legais disponíveis (Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares e Tomada de Contas Especial), quando necessário.

No que se refere aos procedimentos de controle, a Secretaria Executiva do FNDCT adota medidas para prevenir os riscos que podem afetar a consecução dos objetivos do FNDCT, entre as quais se destaca o registro eletrônico das principais fases de análise e registro de prestação de contas dos projetos financiados; a normatização dos procedimentos de gestão e acompanhamento dos projetos, atividades e programas realizados, e a segregação de funções, por meio da qual as responsabilidades são atribuídas ou divididas entre pessoas distintas com a finalidade de reduzir o risco de erro ou de fraude.

No que tange ao controle das informações operacionais e gerenciais do FNDCT, a Finep mantém arquivados os processos tramitados (apoiados ou não) no âmbito do FNDCT, possui sistemas informatizados de acesso a estes dados, que permitem a circulação de informações entre suas diversas instâncias, bem como auxilia a gestão do FNDCT na apuração de informações consolidadas.

Por fim, além das ações de monitoramento e controle realizadas pelos gestores da Finep, a Área de Auditoria Interna (AUDI) da Finep constantemente realiza a avaliação dos controles internos. Suas atividades são planejadas anualmente, através do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), distribuídas entre a Finep enquanto empresa pública e a Finep exercendo seu papel específico de Secretaria Executiva do FNDCT.

## **ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

### **Gestão de pessoas**

Este item não se aplica uma vez que o FNDCT não possui pessoal próprio. As atividades operacionais são executadas pelo corpo funcional das agências que compõem a estrutura do FNDCT.

#### ***Estrutura de pessoal da unidade***

Este item não se aplica uma vez que o FNDCT não possui pessoal próprio. As atividades operacionais são executadas pelo corpo funcional das agências que compõem a estrutura do FNDCT.

#### ***Demonstrativo das despesas com pessoal***

Este item não se aplica uma vez que o FNDCT não possui pessoal próprio. As atividades operacionais são executadas pelo corpo funcional das agências que compõem a estrutura do FNDCT.

#### ***Gestão de riscos relacionados à pessoal***

Este item não se aplica uma vez que o FNDCT não possui pessoal próprio. As atividades operacionais são executadas pelo corpo funcional das agências que compõem a estrutura do FNDCT.

#### ***Contratação de pessoal de apoio e estagiários***

Este item não se aplica uma vez que o FNDCT não possui pessoal próprio. As atividades operacionais são executadas pelo corpo funcional das agências que compõem a estrutura do FNDCT.

### **Gestão da tecnologia da informação**

O FNDCT não possui pessoal e estrutura física própria, assim, a Finep enquanto Secretaria Executiva do FNDCT, oferece pessoal e infraestrutura necessários para gestão do FNDCT, incluindo os recursos de tecnologia da informação.

#### ***Principais sistemas de informações***

O FNDCT não possui pessoal e estrutura física própria, assim, a Finep enquanto Secretaria Executiva do Fundo, oferece pessoal e infraestrutura necessários para gestão do Fundo, incluindo os recursos de tecnologia da informação. Nesse sentido, embora o FNDCT não possua sistema de informação próprio, alguns sistemas da Finep estão à disposição do FNDCT.



## **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **Canais de acesso ao cidadão**

No âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, a Finep, Secretaria Executiva do FNDCT, adota providências que atendem aos requisitos de transparência ali determinados. A Finep mantém ativo e divulga diretamente em seus impressos e na página principal de seu sítio eletrônico um Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), funcionalmente ligado ao Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação (DAGI) da APLA. Este serviço atende às funções de serviço de acesso a informações definido com obrigatório pela LAI para todos os órgãos públicos.

Em relação ao segundo requisito da LAI, que envolve os aspectos da cultura de segurança da informação, a Finep tem em sua estrutura organizacional uma área específica que tem entre suas atribuições promover esta cultura e promover e monitorar a implementação da legislação aplicável, cumprindo essa função para todas as áreas e operações da Finep, aí incluídas as que envolvem operações e gerenciamento do FNDCT.

### **Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

Em cumprimento ao Acórdão 3.440/2013, a partir de 2014, passou a constar também do sítio eletrônico da Finep (<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/fndct-fundo-nacional-de-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico>) e do MCTIC (<http://fndct.mcti.gov.br/>), uma seção específica sobre as informações do FNDCT, constando inclusive a base dos projetos apoiados com recursos do Fundo, entre outras.

No sítio eletrônico da Finep ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)) na seção Acesso à Informação, são disponibilizadas informações diversas, dentre as quais destaca-se: Relatórios de Gestão, de Atividades, Informações Financeiras, Processos de Contas Anuais, Contas Públicas e Projetos Contratados.

## **DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (INCLUIR DEMONSTRAÇÕES)**

### **Desempenho financeiro no exercício**

As informações referentes ao desempenho financeiro do exercício encontram-se detalhadas no item **“Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade”**.

### **Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis e a declaração do contador responsável encontram-se nos Anexos IV e V, respectivamente.

## **CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **Tratamento de determinações e recomendações oriundas do tribunal de contas da união**

No exercício de 2016 não foram recebidos Acórdãos do TCU contendo recomendações ou determinações para o FNDCT. Foi recebido o Acórdão 2.972/2016 – Plenário, que monitorou o atendimento de determinações ou recomendações exaradas pelo Acórdão 3.440/2013 – Plenário, sendo que quatro recomendações foram consideradas atendidas:

- Determinar à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, até 30 de junho de 2014, elabore o relatório de resultados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) relativo ao exercício de 2013, cujo conteúdo deverá abranger todas as modalidades de aplicação dos recursos do Fundo, tendo por base, neste primeiro relatório, no mínimo, as informações atualmente disponíveis nos sistemas informatizados do Poder Executivo Federal, a exemplo dos dados contidos nos sítios na internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Plataforma Aquarius e da própria Finep, devendo, em seguida, manter relatórios anuais de avaliação nos exercícios subsequentes, nos termos do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007.
- Determinar ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, desenvolvam e divulguem o modelo de avaliação global do FNDCT, que contemple os métodos, os indicadores e as informações para avaliar os resultados de cada modalidade de investimento dos recursos do Fundo, considerando ser medida imprescindível ao pleno cumprimento do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007.
- Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, agrupem e organizem, em um de seus endereços na internet ou em portal específico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), todas as informações disponíveis sobre o Fundo, a exemplo de gastos com administração e despesas

operacionais, arrecadação dos fundos setoriais, execução orçamentária e financeira, totais investidos por modalidades (reembolsável, não reembolsável e aporte de capital), bolsas e auxílios apoiados, quantidades de projetos contratados por fundo setorial (ações verticais e transversais), por meio de subvenção econômica e por eixos das políticas nacionais de Indústria e de Ciência, Tecnologia e Inovação, relatórios de avaliações já realizadas, entre outras existentes nos sistemas informatizados de órgãos e entidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

- Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste acórdão, apresentem, individualmente, plano de ação, contendo o cronograma detalhado de providências a serem adotadas para o cumprimento das determinações e recomendações acima, identificando prazos para etapas intermediárias e respectivos responsáveis.

Adicionalmente, no exercício de 2016, o acompanhamento das determinações e recomendações do TCU foi realizado por um analista, em trabalho específico. Não foi utilizado sistema informatizado para esta atividade, o trabalho foi realizado através de planilhas Excel e documentos em Word. Entretanto, desde o início do exercício de 2016, a AUDI está utilizando um sistema específico para acompanhamento das demandas provenientes de Órgãos de Controle.

Neste ano também foi aprovada a Norma do Plano de Providências da Finep (N-GES-011/17), através da Deliberação do Conselho de Administração da Finep nº 018/2016. Trata-se de importante passo em direção ao controle efetivo do grau de atendimento da Finep, que também atua como Secretaria Executiva do FNDCT, em relação às determinações e recomendações do TCU, assim como no que se refere ao cumprimento das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU) e da AUDI.

O Plano de Providências (PPP) da Finep poderá ser um importante instrumento de avaliação gerencial, na medida em que permitirá, à alta administração, uma ampla visão das principais fragilidades apontadas pelos órgãos de controle e pela Auditoria Interna, colaborando para o gerenciamento de riscos, assim como na definição dos temas a serem tratados prioritariamente em busca de uma governança corporativa de excelência.

### **Tratamento de determinações e recomendações do órgão de controle interno**

Em 2016 houve alteração na dinâmica de acompanhamento das recomendações emitidas pela CGU. Até 2015, a avaliação do PPP pela CGU era feita duas vezes ao ano, no primeiro e no segundo semestre. A partir de 2016, o acompanhamento das recomendações passou a ser feito online, através do Sistema Monitor-CGU, de forma constante, sem datas pré-estabelecidas.

As manifestações das unidades demandadas, contendo o relato das providências adotadas, são inseridas no sistema pela AUDI e, posteriormente encaminhadas para a avaliação da CGU, através do próprio sistema.

No exercício de 2016 não foram emitidos relatórios pela CGU referentes à UG do FNDCT, por este motivo não foram emitidas novas recomendações para o Fundo.

A avaliação quanto ao atendimento de recomendações é realizada pela própria CGU, através do sistema Monitor. Apresentamos na Tabela XV a quantidade de recomendações consideradas atendidas pela CGU na supracitada avaliação.

**Tabela XV – RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS ATENDIDAS PELA CGU POR ASSUNTO**

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>
Convênios	1
Contratos de Financiamento Reembolsável	2
<b>Total</b>	<b>3</b>

Fonte: Finep - Área de Auditoria (AUDI)

A atualização do PPP é realizada por técnicos e analistas periodicamente, através do sistema disponibilizado pela CGU. Desde o início do exercício de 2016, a AUDI está utilizando um sistema específico para acompanhamento das demandas provenientes de órgãos de controle.

Com base no mês de janeiro de 2017, há sete recomendações emitidas pela CGU, relacionadas à UG do FDNCT, que ainda não foram consideradas atendidas pelo respectivo órgão de controle, conforme Tabela XVI.

Tabela XVI - RECOMENDAÇÕES CONSIDERADAS NÃO ATENDIDAS PELA CGU POR ASSUNTO

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>
Convênios	2
Contratos de Financiamento Reembolsável	1
Contratos de Subvenção Econômica	3
Tomada de Contas Especial	1
<b>Total</b>	<b>7</b>

Fonte: Finep - Área de Auditoria (AUDI)



Nomenclatura	Acrônimo	Origem dos recursos	Objetivo
Fundo Setorial da Amazônia	CT-Amazônia	Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas que produzem bens e serviços de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus; aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento dessas empresas como opção de investimento; recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D na Amazônia, atualizados e acrescidos de 12%; débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até dezembro de 2003, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em P&D tecnológico na Amazônia.	Fomentar atividades de P&D na região Amazônia, conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.
Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural	CT-Petro	25% da parcela da União do valor dos royalties que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural	Estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa do país, visando ao aumento da produção e da produtividade, à redução de custos e preços e à melhoria da qualidade dos produtos do setor.
Fundo Setorial de Energia	CT-Energ	Entre 0,3% e 0,4% sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Estimular a pesquisa e inovação em novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; ao desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional, aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D; à formação de recursos humanos e fomento à capacitação tecnológica nacional.
Fundo Setorial Mineral	CT-Mineral	2% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração.	Desenvolvimento e difusão de tecnologia, pesquisa científica, inovação, capacitação e formação de recursos humanos, para o setor mineral, principalmente para micro, pequenas e médias empresas e estímulo a pesquisa técnico-científica de suporte à exploração mineral.
Fundo Setorial de Recursos Hídricos	CT-Hidro	4% da compensação financeira recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica (equivalente a 6% do valor da produção e geração de energia elétrica).	Capacitar recursos humanos e apoiar o desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos para aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água.
Fundo Setorial Espacial	CT-Espacial	25% das receitas de utilização de posições orbitais; 25% das receitas auferidas pela União relativas a lançamentos; 25% das receitas auferidas pela União relativas à comercialização dos	Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico ligados à aplicação de tecnologia espacial na geração de produtos e serviços nas áreas de comunicação, sensoriamento remoto,

Nomenclatura	Acrônimo	Origem dos recursos	Objetivo
		dados e imagens obtidos por meio de rastreamento, telemedidas e controle de foguetes e satélites; e o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira - AEB decorrente da concessão de licenças e autorizações.	meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação.
Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários	CT-Transporte	10% das receitas obtidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infraestrutura de serviços de transporte terrestre da União.	Programas e projetos de P&D em engenharias civil e de transportes, materiais, logística, equipamentos e software, que propiciem a melhoria da qualidade, a redução do custo e o aumento da competitividade do transporte rodoviário de passageiros e de carga no País.
Fundo Verde Amarelo	FVA	50% sobre a CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, <i>royalties</i> , serviços técnicos especializados ou profissionais; e mínimo de 43% da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados com a Lei de Informática.	Incentivar a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e empresas; estimular a ampliação dos gastos em P&D realizados por empresas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.
Fundo Setorial de Tecnologia da Informação	CT-Info	Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que recebem incentivos fiscais da Lei de Informática; aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento das empresas como opção de investimento; recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D, atualizados e acrescidos de 12%; débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até dezembro de 2003, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em P&D tecnológico.	Fomentar projetos estratégicos de P&D em tecnologia da informação para as empresas brasileiras do setor de informática.
Fundo de Infraestrutura	CT-Infra	20% dos recursos destinados a cada um dos 14 fundos.	Modernizar e ampliar a infra-estrutura e os serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa brasileiras.
Fundo Setorial de Saúde	CT-Saúde	17,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, <i>royalties</i> , serviços técnicos especializados ou profissionais instituída pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000	Estimular a capacitação tecnológica nas áreas de interesse do SUS, aumentar os investimentos privados em P&D, promover a atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos médico-hospitalares, difundir novas tecnologias que ampliem o acesso da população aos bens e serviços na área de saúde.
Fundo Setorial de Biotecnologia	CT-Biotecnologia	7,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, <i>royalties</i> , serviços técnicos especializados ou profissionais.	Promover a formação e capacitação de recursos humanos; fortalecer a infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte; expandir a base de conhecimento; estimular a formação de empresas de base biotecnológica e a transferência de

Nomenclatura	Acrônimo	Origem dos recursos	Objetivo
			tecnologias para empresas consolidadas; realizar estudos de prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor.
Fundo Setorial de Agronegócio	CT-Agro	17,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais.	Estimular a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola, promover a atualização tecnológica da indústria agropecuária, com introdução de novas variedades a fim de reduzir doenças do rebanho e o aumento da competitividade do setor; estimular a ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias.
Fundo para o Setor Aeronáutico	CT-Aero	7,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais	Estimular investimentos em P&D no setor com vistas a garantir a competitividade nos mercados interno e externo, buscando a capacitação científica e tecnológica na área de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica; promover a difusão de novas tecnologias, a atualização tecnológica da indústria brasileira e maior atração de investimentos internacionais para o setor.
Fundo Setorial Aquaviário	CT-Aquaviário	3% da parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).	Apoiar projetos de P&D e inovação no setor aquaviário e de construção naval, em materiais, técnicas e processos de construção, reparação e manutenção e projetos; capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de tecnologia industrial básica e implantação de infra-estrutura para atividades de pesquisa.
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores	INOVAR-AUTO	Crédito presumido do IPI de empresas da cadeia automotiva que optaram pelo recolhimento ao FNDCT, que investem um percentual de sua receita bruta total de venda de bens e serviços, excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda em: pesquisa, desenvolvimento tecnológico, engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores, conforme estabelecido no Decreto nº 7.819/2012.	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças

Fonte: sítios Internet do MCTIC e da Finep.

## Anexo II – FUNDOS DE INVESTIMENTO APOIADOS PELA FINEP

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
GP Tecnologia	Fundo para pequenas e médias empresas das regiões sul-sudeste com foco prioritário em TIC.	44.221.284	2.321.284	Encerrado	05/05/2008	41,1%
SPTEC	Os investimentos do SPTEC serão voltados para pequenas empresas do Estado de São Paulo que tenham na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva.	24.000.000	3.200.000	Encerrado	12/09/2012	-11%
Stratus GC I	Fundo para participações em pequenas e médias empresas de base tecnológica (PMEs) brasileiras, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país. Os setores-alvo para potenciais investimentos são tecnologia da informação, comunicações, logística, conteúdo/mídia, e equipamentos/ componentes eletrônicos	24.050.000	4.800.000	Encerrado	30/06/2015	19,33%
Brasil Agronegócio	O Fundo tem como objetivo investir exclusivamente em empresas participantes da cadeia produtiva do agronegócio no Brasil.	840.000.000	42.000.000	Desinvestindo	05/02/2018	
Brasil Governança	A estratégia de investimentos do Fundo é voltada para a realização de investimentos nos setores de Alimentos & Bebidas, Varejo, Farmacêuticos, Transporte & Logística e Tecnologia da Informação. O objetivo do Fundo é levar às empresas investidas práticas de governança global, o que as tornará aptas a receber investimentos internacionais.	600.000.000	30.000.000	Desinvestindo	09/12/2016	
Capital Tech	O Fundo possui foco prioritário no setor de TI, com especial destaque para os seguintes segmentos: Wireless; Governança e Gestão do Conhecimento Corporativos; BI/BPO; Segurança da Informação; Controle de Custos e Riscos; Educação e Capacitação; Outsourcing de operações; Tecnologia Embarcada; Processos Inovadores; TI para biotecnologia; TV Digital.	31.400.000	9.000.000	Desinvestindo	16/04/2016	
CRP VI	O Fundo CRP Venture terá como objetivo o investimento em pequenas e médias empresas de base tecnológica. Os investimentos serão feitos preferencialmente, mas não exclusivamente, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os setores-alvo serão software, hardware, internet, biotecnologia, química-fina, mecânica de precisão, tecnologia de plástico, agroindústria e novos materiais.	61.500.000	10.000.000	Desinvestindo	08/12/2016	
CRP VII	O Fundo CRP VII é orientado a investir em empresas com faturamento anual acima de R\$50 milhões. O investimento será voltado para agregar governança e inovação em companhias onde o grupo controlador está iniciando a experiência nos fundos de private equity. O foco é a Região Sul	313.000.000	30.000.000	Desinvestindo	30/03/2020	

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
	(complementarmente na Região Sudeste), com um perfil setorial diversificado.					
FIPAC	A estratégia de investimento é de consolidação - participações e aquisições - nos setores de tecnologia da informação (TI), fármacos (com ênfase em genéricos) e serviços (com ênfase em TI e Telecom).	102.020.000	14.000.000	Desinvestindo	05/07/2016	
Fundo SC	Fundo de Capital Semente cuja estratégia é investir em empresas em estágio inicial (faturamento até R\$ 2,4 M) no leste do Estado de Santa Catarina, prioritariamente nos setores de tecnologia da informação (TI), comunicações e biotecnologia.	12.000.000	5.880.000	Desinvestindo	15/10/2017	
Fundotec II	Serão alvo de investimento do FundoTec II empresas nascentes e emergentes de base tecnológica prioritariamente nos setores de biotecnologia e tecnologia da informação.	77.400.000	14.000.000	Desinvestindo	08/10/2017	
HorizonTI	Fundo de Capital Semente cujo patrimônio projetado mínimo é de R\$ 18 M, podendo chegar a R\$ 20 M. A estratégia de investimentos do Fundo é investir em empresas em estágio inicial (faturamento até R\$ 2,4 M) na região metropolitana de Belo Horizonte, nos setores de tecnologia da informação (TI) e comunicações (incluindo mídia).	24.770.000	9.900.000	Desinvestindo	28/12/2017	
JB VC I	Fundo de Venture Capital para investimento com foco prioritário no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Dentre os setores alvo, destacamos mas não nos limitamos aos seguintes: educação e treinamento, saúde, agronegócios, energia renovável, alimentos, serviços profissionais, tecnologia da informação e telecomunicações. O Fundo buscará oportunidades de investimento em setores com arcabouço regulatório estável, que sofram pouca ingerência do governo, onde o ambiente competitivo conduza as empresas a uma busca constante pela inovação e eficiência operacional.	100.000.000	10.000.000	Desinvestindo	19/12/2017	
Neo Capital Mezanino II	Fundo de Private Equity do tipo mezanino, com investimentos por debêntures e participação acionária. O Fundo irá focar em empresas de médio/grande porte, com faturamento mínimo de R\$ 60 milhões, em um total de 4 a 5 empresas. O Fundo não possui foco setorial definido.	308.800.000	20.000.000	Desinvestindo	30/08/2018	
Novarum	Os investimentos do Fundo Novarum serão voltados para pequenas empresas, em estágio inicial (early stage) e inovadoras do setor de alta tecnologia situadas no País, preferencialmente, na Região Sudeste (destacadamente nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo).	12.750.000	3.800.000	Desinvestindo	03/06/2016	

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
	Os setores-alvo serão telecomunicações, tecnologia da informação, desenvolvimento de novos materiais, educação e “Ciências da Vida”, que inclui: biotecnologia, agronegócios, controle de poluição ao meio ambiente e saúde.					
Performa SC1	Fundo de Capital Semente para investir em empresas em estágio inicial em São Paulo e municípios adjacentes situados num raio de 100Km de distância da capital. Nos setores de Biotecnologia, Nanotecnologia, Aplicações Médicas, Tecnologias Sustentáveis (Clean Tech) e Serviços Especializados em Tecnologia da Informação.	26.000.000	12.740.000	Desinvestindo	20/07/2019	
RB Investech II	O FIEE Investech II terá como objeto o investimento em pequenas e médias empresas emergentes de base tecnológica que desenvolvam soluções para Biotecnologia e Bioinformática, Telecomunicações e Tecnologia da Informação. O Fundo terá seu foco voltado, prioritariamente, para as regiões Sudeste e Sul do Brasil.	35.300.000	5.000.000	Desinvestindo	24/11/2017	
RB Nordeste II	A estratégia de investimento do Fundo consiste em investir em empresas emergentes inovadoras localizadas na Região Nordeste. O Fundo possui foco multi-setorial, conferindo destaque, prioritariamente, aos seguintes setores-alvo: (i). tecnologia da informação (TI) e comunicação – segmento de produtos e serviços de TI; (ii). agronegócio – segmentos de fruticultura e floricultura; (iii). turismo e entretenimento; (iv) “adensamento de cadeias produtivas” através da identificação de 3 pólos industriais regionais que desenvolvem produtos e/ou serviços voltados para o apoio à indústria naval, petroquímica, poliéster (tecidos e embalagem), automotiva e de produção de equipamentos destinados à diversificação da matriz energética (geradores); e (v). alimentos e bebidas (indústria de transformação).	131.800.000	15.000.000	Desinvestindo	21/12/2016	
Stratus GC III	Serão alvo de investimento do Fundo Stratus VCIII empresas emergentes que: (i) tenham atividades relacionadas à pelo menos um dos setores a seguir: novos materiais; biodiversidade, biotecnologia e meio ambiente, (ii) se comprometam a seguir preceitos de boa governança corporativa; (iii) observem boas práticas de responsabilidade social e de cumprimento da legislação e regulamentação ambiental, (iv) tenham histórico de viabilidade técnica e comercial, e (v) sejam classificadas como empresas de base tecnológicas (a Stratus utiliza o conceito adotado pela Finep) ou intensivas em conhecimento.	60.000.000	12.000.000	Desinvestindo	18/06/2016	

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
Terra Viva	Fundo de Private Equity em que a estratégia de investimentos é voltada para a realização de investimentos no setor sucroalcooleiro através de greenfields da fronteira agrícola, usinas com potencial de consolidação e empresas de máquinas, equipamentos e serviços ligadas ao setor. O fundo tem foco na região Centro-Sul	296.200.000	20.000.000	Desinvestindo	14/01/2017	
BBI Financial I	A estratégia de investimentos do Fundo é voltada para a realização de investimentos em empresas localizadas no Brasil nas áreas de saúde, biofármacos, equipamentos médicos, diagnósticos, bem-estar, biotecnologia, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis ("Ciências da Vida") e alimentos.	176.400.000	20.000.000	Investindo	12/03/2022	
Capital Tech II	Fundo para investir em empresas médias com alto potencial de inovação tecnológica nos segmentos de Tecnologia da Informação, Biotecnologia e Saúde, e Tecnologias Limpas (um terço em cada setor). Objetivo de investir entre 9 e 11 empresas com faturamento anual de R\$ 5 milhões a R\$ 250 milhões. As empresas estarão preferencialmente nas cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro e distâncias de até 200Km destas duas localidades.	209.000.000	36.000.000	Investindo	18/06/2023	
Cventures Primus	Fundo de capital semente focado em investimentos em empresas inovadoras (100%), que atuem nos seguintes setores: Energia (incluindo energias fósseis e renováveis, geração compartilhada, eficiência de consumo, smart grids, soluções de transmissão), Ciências da Vida (bioengenharia, biomédicos, biotecnologia, dispositivos médicos, aplicativos e dispositivos para telemedicina), Mídias Digitais (novas mídias, mídias interativas, soluções de transmídia, educação e entretenimento, games) e TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação (hardware, software, mecatrônica, computação em nuvem, plataformas móveis, aplicativos e conteúdo web).	83.840.000	35.000.000	Investindo	01/01/2023	
DGF Inova	Fundo de capital semente para investir em empresas inovadoras amplo senso: preferencialmente em Telecom, TI, Tecnologia de Segurança, Energia Renovável, Negócios Online (Internet / Móvel), Saúde e Serviços, com forte potencial de crescimento orgânico. Preferencialmente em empresas localizadas na região Sudeste do Brasil.	50.000.000	35.000.000	Investindo	17/11/2022	
DLM Brasil TI	Fundo para investir em empresas de software ou serviços que, adotem ou queiram adotar o modelo de Software as a Service, com finalidade de distribuição de software proprietário ou prestação de serviço através da adoção intensiva de software. A gestora pretende alocar 10% do seu patrimônio líquido em empresas com faturamento até R\$15 milhões e 90% em empresas com faturamento acima	175.000.000	30.000.000	Investindo	17/12/2019	

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
	de R\$15 milhões. O Fundo investirá nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco, não concentrando seus investimentos em nenhuma região do país.					
FIP Aeroespacial	Apresentado no âmbito da Chamada Pública para seleção de um gestor e/ou administrador para o Fundo de Investimento em Participações - FIP nos setores Aeroespacial, Aeronáutico, Defesa e Segurança, em conjunto com a EMBRAER, BNDESPAR E DESENVOLVE SP. Meta de investir em empresas emergentes inovadoras e de base tecnológica, com faturamento bruto de até R4 3,6 milhões/ano e empresas com faturamento entre R\$ 3,6 milhões/ ano e R\$ 200 milhões/ano.	131.300.000	40.000.000	Investindo	23/09/2022	
FIPAC II	A tese de investimento do fundo é investir em empresas com elevado potencial de crescimento, que sejam líderes ou com potencial de atingir a liderança em seus nichos de atuação, que desejam se beneficiar das perspectivas favoráveis de longo prazo do país e que ofereçam oportunidades de consolidação. - Foco Setorial: Tecnologia da Informação, Serviços, Varejo Eletrônico ou Online, Serviços de Saúde, Serviços de Mídia. - Foco Regional: Nacional. - Faturamento das empresas no ano anterior ao do investimento não pode ser inferior a R\$ 10 milhões.	362.529.000	35.000.000	Investindo	27/01/2024	
Inovação Paulista	Fundo de capital semente multi-setorial, com preferência de investimentos em empresas paulistas inovadoras com alto potencial de crescimento nos setores de Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Agropecuárias, Novos Materiais, Nanotecnologias e Tecnologias em Saúde.	100.000.000	20.000.000	Investindo	16/12/2021	
NascenTI	Fundo de Capital Semente com estratégia de investir em empresas em estágio inicial no Estado do Rio de Janeiro, tendo como principais alvos os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, com foco no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (Internet, Software, Telecomunicações, Mídia).	35.000.000	14.000.000	Investindo	12/01/2018	
Primatec	Apresentado à Chamada Pública MCTIc/Finep/AÇÃO TRANSVERSAL – INOVA EMPRESA – PNI/PARQUES TECNOLÓGICOS 02/2013 – INSTRUMENTO III (“Chamada”) trata-se de um Fundo de venture capital, integrante do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI). O Fundo apresenta preferência de investimentos nos setores econômicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), Energia, Sustentabilidade e Economia Criativa.	40.400.000	40.000.000	Investindo	20/06/2023	

Fundo	Descrição	Patrimônio do Fundo	Comprometido Finep	Status	Data de Término do Fundo	Resultado (TIR)
VOX Impact Investing I	Fundo de Impacto Social. Foco em empresas que atendam à população das classes C, D e E (base da pirâmide): 80% da população brasileira ou 157 milhões de pessoas com poder de consumo de R\$ 658 bilhões/ano.	84.350.000	20.000.000	Investindo	18/12/2023	
Sul Inovação	Fundo de Seed Capital que tem por objetivo investir em empresas brasileiras inovadoras localizadas na região sul do Brasil, que possuam alto potencial de crescimento e atuem no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	39.000.000	30.000.000	Aprovado	01/03/2024	
Brasil Central	Fundo de Seed Capital que tem por objetivo investir em empresas brasileiras inovadoras localizadas na região central do Brasil (Centro-Oeste, Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas Gerais e Sul de Tocantins), que possuam alto potencial de crescimento e atuem nos setores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Tecnologias Agropecuárias, Tecnologias em Saúde Foco regional: Centro-Oeste, Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas Gerais e Sul de Tocantins.	45.000.000	30.000.000	Aprovado	01/04/2024	
Forward Bio Ventures	Trata-se de um Fundo de Venture Capital, com o objetivo de investir em empresas, com faturamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 50 milhões, que atuem em etapas do desenvolvimento de novos produtos biofarmacêuticos e de diagnósticos para o tratamento de doenças humanas.	200.000.000	30.000.000	Aprovado	01/04/2026	

Fonte: Finep - Departamento de Investimento em Fundos e Participações (DFIP)

Anexo III – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2016 POR AÇÃO

**FNDCT 2016 - Relatório de Execução Orçamentária e Financeira**

Posição em: 31/12/2016

Discriminação	Orçamento Aprovado	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento	Pagamento do Ano	Pagamento de Restos	Pagamento Total
<b>Fundos Setoriais</b>	<b>349.686.733</b>	<b>342.828.252</b>	<b>6.858.481</b>	<b>196.208.174</b>	<b>238.582.184</b>	<b>434.790.358</b>
Aeronáutico	12.777.748	12.777.748	-	10.822.506	603.249	11.425.754
Agronegócio	3.750.605	3.750.605	-	2.122.515	7.316.148	9.438.662
Amazônia	407.548	407.548	-	95.324	344.863	440.188
Biotecnologia	2.660.787	2.660.786	1	2.195.048	801.015	2.996.063
Energia Elétrica	4.818.344	4.818.344	-	2.052.677	4.490.625	6.543.302
Espacial	832.382	832.382	-	606.215	323.530	929.745
Informática(CT-INFO)	4.536.818	4.536.817	1	3.678.291	4.263.922	7.942.212
Informática (PADSTI)	15.316	15.316	0	10.940		10.940
Infra-estrutura	214.425.037	213.746.578	678.459	103.523.837	169.115.474	272.639.311
INOVAR-AUTO	15.316	15.316	0	10.940		10.940
Petróleo	4.472.998	4.472.998	-	4.396.326	21.449.650	25.845.975
Recursos Hídricos	2.913.014	2.913.014	-	1.756.613	2.485.254	4.241.866
Saúde	25.518.774	25.518.774	-	18.969.449	9.005.275	27.974.723
Saúde/PESQUISA VIRUS ZIKA	50.000.000	43.819.980	6.180.020	29.761.952		29.761.952
Setor Mineral	290.722	290.722	0	23.385	188.564	211.950
Transportes	15.316	15.316	0	10.940		10.940
Transportes Aquaviários	2.081.199	2.081.199	-	1.466.588	1.788.566	3.255.154
Verde-Amarelo	20.154.809	20.154.809	-	14.704.629	16.406.051	31.110.680
<b>Operações Especiais</b>	<b>309.681.267</b>	<b>309.681.267</b>	<b>0</b>	<b>303.708.961</b>	<b>249.405.852</b>	<b>553.114.814</b>
Equalização	251.043.561	251.043.561	-	251.043.561	120.109.902	371.153.463
Participação no Capital	10.940	10.940	0	10.940	67.344.323	67.355.263
Subvenção	58.626.766	58.626.766	-	52.654.460	61.951.627	114.606.088
			-			
<b>Demais Ações</b>	<b>60.985.793</b>	<b>60.985.793</b>	<b>0</b>	<b>3.809.787</b>	<b>217.911</b>	<b>4.027.698</b>
			-			
<b>Ação Transversal</b>	<b>329.921.617</b>	<b>329.921.616</b>	<b>1</b>	<b>239.769.986</b>	<b>330.100.448</b>	<b>569.870.434</b>
Ação Transversal (Fomento a Pesquisa)	317.090.103	317.090.103	0	233.919.865	329.450.685	563.370.551
Despesas Diversas	9.910	9.909	1	9.909		9.909
Viver sem Limites	12.821.604	12.821.604	-	5.840.212	649.762	6.489.974
<b>Formação RH</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>277.324.952</b>	<b>277.324.952</b>
			-			
<b>P&amp;D Organizações Sociais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.214.505</b>	<b>9.214.505</b>
			-			
<b>RNP</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.019.679</b>	<b>5.019.679</b>

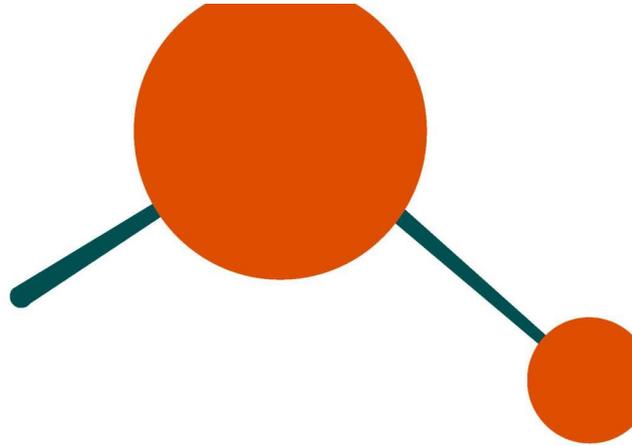
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

Relatório de Gestão 2016

Fonte: Finep - Área de Controladoria (ACOT)

Anexo IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

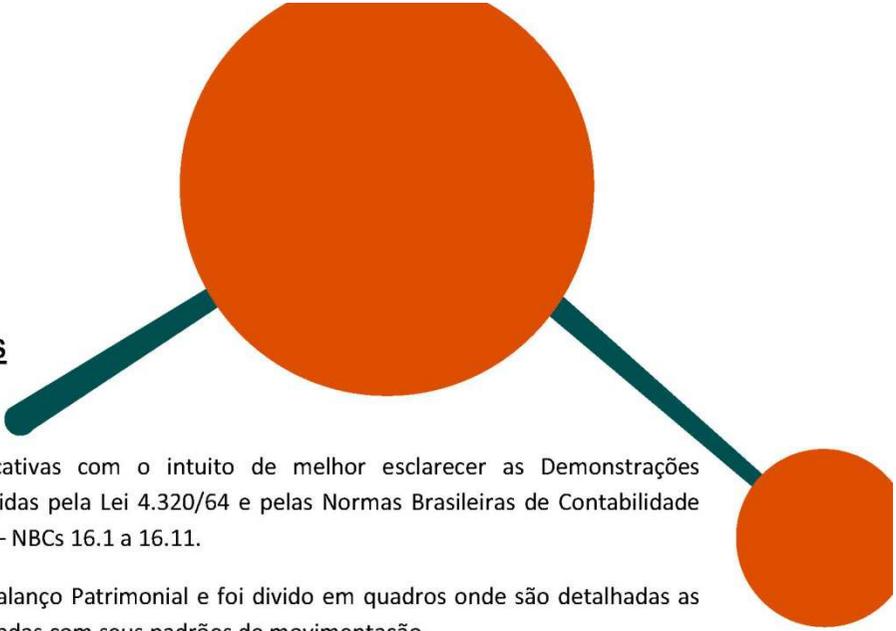




**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DO FNDCT – FINEP**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2016**

**4º Trimestre**



## **NOTAS EXPLICATIVAS**

Trata-se de notas explicativas com o intuito de melhor esclarecer as Demonstrações Financeiras do FNDCT regidas pela Lei 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs 16.1 a 16.11.

O trabalho refere-se ao Balanço Patrimonial e foi dividido em quadros onde são detalhadas as principais contas apresentadas com seus padrões de movimentação.

Consideramos esta a melhor forma de expandir o entendimento dos saldos apurados uma vez que as características de movimentação tem o potencial de explicitar as origens e as finalidades de cada registro contábil.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO - BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO 2016 EMISSÃO: 10/01/2017		PERÍODO DEZ-FECHADO	
SUB-TÍTULO - 240901 – FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO TECNOLÓGICO			PAGINA 1			
ORGÃO SUPERIOR - 24901 - FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTÍFICO TECNOLÓGICO			VALORES EM UNIDADE R\$			
ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.192.484.798,80</b>	<b>3.642.656.883,54</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>311.777.620,41</b>	<b>761.951.102,20</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.146.032,28	343.829.546,74	Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
Créditos a CP – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	292.268.679,71	145.674.416,23	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Adiantamentos de Transferências	3.399.856.443,38	3.060.985.478,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	104.589.844,45	276.517.727,89	
Diversos Responsáveis	90.213.643,43	92.167.422,39	Obrigações de Repartição e Outros Entes			
Invest. e Aplicações Temporárias a CP			Provisões de Curto Prazo			
VPDS Pagas Antecipadamente			Demais Obrigações a Curto Prazo	207.187.775,96	485.433.374,31	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.597.751.713,10</b>	<b>5.787.482.571,12</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Créditos a Longo Prazo			Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.598.419.085,11	5.787.482.571,12	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
(-) Ajustes para Perdas em Crédito de Longo Prazo	-667.372,01		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Investimentos			Obrigações de Repartição e Outros Entes			
Imobilizado			Provisões de Longo Prazo			
Intangível			Demais Obrigações a Longo Prazo			
Softwares			Resultados Diferidos			
(-) Amortização Acum. de softwares						
			<b>TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>311.777.620,41</b>	<b>761.951.102,20</b>	
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

			EXERCÍCIO 2016 EMISSÃO: 10/01/2017	PERÍODO DEZ-FECHADO	
TÍTULO - BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS			PAGINA		
SUB-TÍTULO - 240901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO E TECNOLÓGICO			1		
ORGÃO SUPERIOR - 240901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO			VALORES EM UNIDADE R\$		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.721.982.821,30</b>	<b>1.421.934.982,30</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.687.916.707,49</b>	<b>1.681.256.824,63</b>
Ordinárias	292.087.657,17	164.183.303,50	Ordinárias	10.036.979,50	124.936.172,37
Vinculadas	1.441.226.864,02	1.561.476.401,41	Vinculadas	1.677.879.727,99	1.556.320.652,26
(-) Deduções Receita Orçamentárias	-11.331.699,89	-303.724.722,61			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.432.810.199,44</b>	<b>2.647.940.722,81</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.636.041.775,06</b>	<b>2.130.039.013,02</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.155.129.856,66	1.575.242.372,22	Resultantes da Execução Orçamentária	201.788.762,14	548.243.218,24
Independentes da Execução Orçamentária	1.277.680.342,78	1.072.698.350,59	Independentes da Execução Orçamentária	1.434.253.012,92	1.581.795.794,78
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>234.192.698,90</b>	<b>330.067.383,14</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>998.710.751,55</b>	<b>857.538.591,25</b>
<b>Saldo de Exercício Anterior</b>	<b>343.829.546,74</b>	<b>612.720.887,39</b>	<b>Saldo para Exercício Seguinte</b>	<b>410.146.032,28</b>	<b>343.829.546,74</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.732.815.266,38</b>	<b>5.012.663.975,64</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.732.815.266,38</b>	<b>5.012.663.975,64</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCÍCIO 2016 EMISSÃO: 10/01/2017	PERÍODO <b>DEZ - FECHADO</b>	
<b>TÍTULO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS</b>				
SUB-TÍTULO - 240901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO			PAGINA 1	
ORGÃO SUPERIOR - 24901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO			VALORES EM R\$	
<b>RECEITAS</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREV.INICIAL	PREV.ATUALIZDA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.791.734.471,00</b>	<b>3.791.734.471,00</b>	<b>1.575.031.874,30</b>	<b>-2.216.702.596,70</b>
Receitas Tributárias				
Receitas de Contribuições	3.288.213.891,00	3.288.213.891,00	931.636.273,78	-2.356.577.617,22
Receita Patrimonial	125.017.555,00	125.017.555,00	189.729.283,23	64.711.728,23
Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receitas de Serviços	340.901.232,00	340.901.232,00	359.900.006,69	18.998.774,69
Transferências Correntes	37.601.793,00	37.601.793,00		-37.601.793,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	93.766.310,60	93.766.310,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>145.062.658,00</b>	<b>145.062.658,00</b>	<b>146.950.947,00</b>	<b>1.888.289,00</b>
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos	145.062.658,00	145.062.658,00	146.950.947,00	1.888.289,00
Transferências de Capital				
Outras receitas de Capital				
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>1.721.982.821,30</b>	<b>-2.214.814.307,70</b>
<b>REFINANCIAMENTOS</b>				
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTOS</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>1.721.982.821,30</b>	<b>-2.214.814.307,70</b>
<b>DÉFICIT</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>3.936.797.129,00</b>	<b>1.721.982.821,30</b>	<b>-2.214.814.307,70</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				

DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOT.INICIAL	DOT.ATUALIZADA	DESP.EMPEN.	DESP.LIQUID.	DESP.PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	709.434.690,00	758.328.436,00	517.167.073,37	478.011.363,38	402.459.580,92	241.161.362,63
DESPESAS DE CAPITAL	1.200.676.720,00	1.201.782.794,00	1.170.749.634,12	1.074.017.954,88	1.054.158.985,18	31.033.339,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.663.570.178,00	1.613.570.178,00				1.613.570.178,00
RESERVA DE RPPS						
<b>SUBTOTAL DE DESPESAS</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>1.687.916.707,49</b>	<b>1.552.029.318,26</b>	<b>1.456.618.566,10</b>	<b>1.885.764.880,51</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>1.687.916.707,49</b>	<b>1.552.029.318,26</b>	<b>1.456.618.566,10</b>	<b>1.885.764.880,51</b>
<b>SUPERAVIT</b>			<b>34.066.113,81</b>			<b>-34.066.113,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>3.573.681.588,00</b>	<b>1.721.982.821,30</b>	<b>1.552.029.318,26</b>	<b>1.456.618.566,10</b>	<b>1.851.698.766,70</b>

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>190.859.617,33</b>	<b>77.101.310,07</b>	<b>85.413.015,51</b>	<b>77.831.763,53</b>	<b>27.293.035,65</b>	<b>162.836.128,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	190.859.617,33	77.101.310,07	85.413.015,51	77.831.763,53	27.293.035,65	162.836.128,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>214.269.295,30</b>	<b>48.869.264,97</b>	<b>32.258.791,72</b>	<b>26.418.811,25</b>	<b>3.602.150,47</b>	<b>233.117.598,55</b>
Investimentos	94.391.243,30	1.369.264,97	32.258.791,72	26.418.811,25	3.602.150,47	65.739.546,55
Inversões Financeiras	119.878.052,00	47.500.000,00	-	-	-	167.378.052,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>405.128.912,63</b>	<b>125.970.575,04</b>	<b>117.671.807,23</b>	<b>104.250.574,78</b>	<b>30.895.186,12</b>	<b>395.953.726,77</b>

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROC. LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>157.449.062,77</b>	<b>184.335.495,28</b>	<b>268.594.026,99</b>	<b>22.098.313,00</b>	<b>51.092.218,06</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	157.449.062,77	184.335.495,28	268.594.026,99	22.098.313,00	51.092.218,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>262.546.464,18</b>	<b>157.602.539,22</b>	<b>253.783.873,82</b>	<b>18.128.457,25</b>	<b>148.236.672,33</b>
Investimentos	126.681.207,83	157.602.539,22	187.939.550,67	18.128.457,25	78.215.739,13
Inversões Financeiras	135.865.256,35	-	65.844.323,15	-	70.020.933,20
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>419.995.526,95</b>	<b>341.938.034,50</b>	<b>104.250.574,78</b>	<b>40.226.770,25</b>	<b>199.328.890,39</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

	EXERCÍCIO 2016 EMISSÃO: 10/01/2017	PERÍODO DEZ (FECHADO)
<b>TÍTULO - DEMONSTRAÇÕES VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS</b>		
SUB-TÍTULO - 240901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO		PÁGINA
ORGÃO SUPERIOR - 24901 - FUNDO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO		1
		VALORES EM R\$
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.266.098.982,30</b>	<b>4.719.837.695,95</b>
Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria.		
Contribuições	746.903.143,13	797.528.415,49
Exploração e Venda de bens, Serviços e Direitos		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	575.162.546,49	303.571.789,57
Transferências e Delegações Recebidas	2.816.795.224,47	2.673.550.687,31
Variações e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	34.645.845,07	945.186.803,58
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	92.592.223,14	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.455.828.443,27</b>	<b>4.237.866.331,13</b>
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	36.255.539,72	66.810.724,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.507,55	58,54
Transferências e Delegações Concedidas	2.132.911.909,21	3.918.123.389,87
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos	667.372,01	6.706.791,33
Tributárias		
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	285.983.114,78	246.225.366,87
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>1.810.270.539,03</b>	<b>481.971.364,82</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL****ATIVO**

**ATIVO TOTAL – 10.790.236.511,90 (Dez bilhões, setecentos e noventa milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e onze Reais e noventa centavos).**

Contas Contábeis movimentadas: 1.1.1.1.2.20.01.

Descrição: Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Saldo Final em 31/12/2016: R\$ 410.146.032,28 (4% do Ativo Total)

**Padrão de movimentação:**

A maioria do movimento se refere a valor liberado pelo órgão setorial de programação financeira, no caso do FNDCT, o MCTIC, para atender despesas com vinculação de pagamento. Com o atual quadro de contingenciamento financeiro imposto pelo Tesouro Nacional, o fluxo de pagamento do FNDCT tem consumido a totalidade dos recursos disponíveis, tendo em vista a maior quantidade de compromissos a serem pagos do que a disponibilidade de recursos. O saldo final apresentado é fruto de características das fontes onde estão inscritas os recursos e não necessariamente a sobra em disponibilidade.

Conta Contábil	Vinculação Pagamento	Grupo Fontes	Fonte Recursos Detalhada	Saldo Atual - R\$		
111122001 = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGTO.	350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS	RECURSOS DO TESOIRO - EXERCICIO CORRENTE	0172024311	CONTRIBUICOES CT-SAUDE-FNDCT	283.020,93	
			0134024198	INDENIZ.ITAIPU±FNDCT-CT-HIDRO	34.251,75	
			0142024287	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,I-FNDCT-CT-PETRO	5.443.360,00	
			0142024289	ROYALT.-LEI 9478/97-ART.49,II-FNDCT-CT-PETRO	19.965.748,25	
			0172024304	CONTRIBUICOES CT-ENERGIA-FNDCT	201.887,49	
	400 CUSTEIO/INVESTIMENTO		RECURSOS DO TESOIRO - EXERCICIO CORRENTE	0172024307	CONT.P/LIC.USO TECNOL.CT-VERDE AMARELO-FNDCT	9.575.255,80
				0172249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001	1.516.282,25
				0178249010	FNDCT-FUNDO DE FISCALIZ.DAS TELECOMUNICACOES	25.299,96
				0180365009	FNDCT/RETORNO	44.540.161,23

111122001	= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	555	RECURSOS A LIBERAR	RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIOS CORRENTES	0250249010	RECEITAS DE ARRENDAMENTOS- FNDCT	14.589.000,00
					0250249013	CT-INFRA ESTRUTURA FNDCT-LEI 10.197/2001	5.565.000,00
<b>Total</b>							<b>410.146.032,28</b>

As fontes 0134, 0142, 0172, 0178 e seus detalhamentos apresentam saldos ao final do exercício em função da disponibilização de recursos ao final do mês e alguns pagamentos que ainda ficaram retidos em tesouraria por dificuldades documentais que não foram solucionadas até o fim do exercício. Tudo se deu após longa negociação entre FINEP, MCTIC e Ministério da Fazenda. Nas duas últimas semanas do ano, foram recebidos R\$ 675,8 milhões e pagos R\$ 638,7 milhões, correspondendo a 34% de todos os pagamentos do FNDCT realizados no ano. Também foram quitadas as pendências de equalização de juros, ressarcimentos de despesas e pagamentos de taxas de administração que o Fundo tinha com a própria FINEP.

As fontes 0250249010 e 0250249013 são referentes à arrecadação realizada diretamente na UG 240901 (FNDCT), sendo a última referente ao percentual devido ao CT-Infra. A previsão orçamentária de utilização desta fonte é inscrita nas fontes 0150, portanto, os saldos quando existentes nas fontes 0150249010 e 0150249013 são apenas referentes a transferências realizadas pela Tesouraria no intuito de realizar pagamentos.

A existência de saldo na fonte 0250222020 trata-se de erro de envio de recursos pela Embrapa. O erro somente foi percebido após o encerramento da movimentação de tesouraria em 30/12. Em janeiro de 2017 a situação será regularizada.

A fonte 0180365009 é de arrecadação direta e sua origem é o retorno de juros e principal dos empréstimos feitos pelo FNDCT à FINEP. A existência de saldo em duas vinculações diferentes se deve ao fato que a vinculação 555 está bloqueada. Este bloqueio foi proveniente a um acordo entre o MCTIC e Tesouro Nacional no intuito de que este saldo existente não influenciasse nos limites financeiros do Ministério. Os recursos existentes na vinculação 400 são aqueles retornados após o bloqueio citado acima.

A fonte 0182000000 foi também oriunda de arrecadação direta e sua origem são de devoluções de convênios e congêneres. Porém, a partir de 2012 existiu a mudança na forma de operacionalizar estas devoluções. O procedimento de retorno dos recursos é feito agora diretamente na fonte original do instrumento. Dessa forma, o saldo na fonte 0182 necessita de um trabalho específico de previsão orçamentária para o seu aproveitamento pelo FNDCT.

**Contas Contábeis movimentadas:** 1.1.2.4.1.02.01 - 1.2.1.1.1.03.02 - 1.2.1.1.1.03.08.

121110302	= EMPRESTIMOS EM COBRANCA JUDICIAL A RECEBER	68481282000120	A N I ASSOCIACAO NACIONAL DOS INVENTORES	193.315,55
121110308	= FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC – EXCETO FAT	365001	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	6.597.565.612,16
		26269977000100	FUNDACAO BIOMINAS	186.100,94
		27282748000180	FUNDACAO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA SOLDAGEM	269.156,15
		403101	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	34.320,00
		86846706000194	SOCIEDADE NUCLEO DE APOIO PR.E EXP.DE SOFTWARE DO RJ	170.580,31
121119904	*AJUSTE DE PERDAS EMPREST/FINANC CONCEDIDOS	-9	NÃO SE APLICA	(667.372,01)
<b>Total</b>				<b>6.785.838.364,37</b>

\* Conta Redutora

Foram realizados **ajustes para perdas** devido ausência de previsão administrativa de recebimento, até então não reconhecidos. Trata-se de contratos de retorno variável com mais de dez anos de finalização dos seguintes devedores: A N I ASSOCIACAO NACIONAL DOS INVENTORES, FUNDACAO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA SOLDAGEM, INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL e SOCIEDADE NUCLEO DE APOIO PR. E EXP. DE SOFTWARE DO RJ.

Detalhamento dos financiamentos à FINEP referentes aos quinze contratos em vigor:

Contrato	Valor do Contrato	Principal Disponibilizado	Principal Devido Após Amortizações
Empréstimo 1 (20.07.0003.00)	38.904.000,00	38.904.000,00	18.997.083,09
Empréstimo 2 (20.07.0066.00)	38.000.000,00	38.000.000,00	22.205.655,50
Empréstimo 3 (20.08.0139.00)	225.000.000,00	225.000.000,00	142.096.180,60
Empréstimo 4 (20.09.0019.00)	269.200.686,00	269.200.686,00	195.854.146,86
Empréstimo 5 (20.10.0009.00)	350.000.000,00	350.000.000,00	298.846.569,04
Empréstimo 6 (20.10.0052.00)	350.000.000,00	350.000.000,00	310.340.667,85
Empréstimo 7 (20.10.0018.00)	56.500.000,00	56.500.000,00	51.953.326,62
Empréstimo 8 (20.11.0028.00)	500.000.000,00	500.000.000,00	476.184.093,53

**Contas Contábeis movimentadas:** 1.1.3.1.1.04.00 e 1.1.3.1.1.07.00

**Descrição:** Adiantamentos - Transferências Voluntárias.

**Saldo Final em 31/12/2016:** R\$ 3.399.856.443,38 (32% do Ativo Total)

**Padrão de movimentação:**

Registro de adiantamento das transferências por convênio ou contrato (subvenção) das operações com controle pelo SIAFI.

Este registro se deve a mudança de critério contábil a partir da implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP em 2015, onde as citadas operações não mais registraram despesa quando da liberação de financeiro e sim apropriação de saldo na conta ora descrita. O saldo apresentado por instrumento firmado teve como base os saldos das contas de controle de convênios/contratos nas situações A COMPROVAR/ A APROVAR/ INADIMPLENCIA EFETIVA E SUSPENSA acrescido do saldo registrado no passivo a pagar.

Conta Contábil		Saldo Atual - R\$
113110400	= ADIANTAMENTOS DE TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	3.378.474.572,45
113110700	= ADIANTAMENTOS DE TRANSFERENCIA LEGAL	21.381.870,93
<b>TOTAL</b>		<b>3.399.856.443,38</b>

A diferença entre as duas contas de adiantamento se referem ao tipo de controle. Somente a partir de 2012 os registros de Subvenção Econômica passaram a receber o mesmo tratamento de controle dos Convênios dentro do SIAFI. Dessa forma, as liberações de Subvenções anteriores a 2012 são incorporadas a conta de "Adiantamentos de Transferência Legal".

Nesta condição foram apurados mais de 3 bilhões de Reais em convênios/contratos em "estado de prestação de contas" no FNDCT.

**Contas Contábeis movimentadas:** 1.1.3.4.1.02.08.

**Descrição:** Diversos Responsáveis – Créditos a Receber Decorrente de Falta / Irreg. Comprovação - TCE.

**Saldo Final em 31/12/2016:** R\$ 90.213.643,43 (1% do Ativo Total)

**Padrão de movimentação:**

Registro de responsáveis por prestações de contas não aprovadas e enviadas para Tomada de Contas Especiais - TCE.

Conta Contábil	Ano Registro	Entidade	Saldo Atual - R\$
		29678803100 ANA MARIA MATIAS DE PAULA LIMA	957.234,44

113410208	= CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO- TCE		05395118000180	ZKITTA FABRICA DE SOFTWARE LTDA - ME	981.332,85	
			2015	02308577000190	ACME-EQUIPAMENTOS MEDICO-ODONTOLOGICOS LTDA - EPP	446.056,55
				08667750000123	FUNDACAO JOSE AMERICO	1.132.598,19
				00619461000147	FUNDACAO RIO MADEIRA	1.618.111,80
				46644806791	MARCO ANTONIO FRANCA FARIA	154.026,86
				80849003000133	RT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	384.901,37
				11565930851	CARLOS EDUARDO PITTA	4.505.420,67
			2014	52963675000130	DIGMOTOR EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICOS DIGITAIS LTDA	1.127.712,24
				01148788891	EUGENIO EMILIO STAUB	12.228.167,53
				03308866000152	FUNDACAO JOSE PELUCIO FERREIRA	1.061.327,39
				95109668949	GUSTAVO GAZZOLLA	276.003,30
				46644806791	MARCO ANTONIO FRANCA FARIA	4.088.571,29
				03440737853	MORIS ARDITTI	12.228.167,53
				05935900000144	MULTITRONICS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	1.620.129,81
				05364046000103	TECBIO - TECNOLOGIAS BIOENERGETICAS LTDA - EPP	99.598,04
			2013	06687725220	RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS	1.878.783,98
			2012	46644806791	MARCO ANTONIO FRANCA FARIA	3.903.334,52
			2011	11565930851	CARLOS EDUARDO PITTA	5.893.302,36
				46644806791	MARCO ANTONIO FRANCA FARIA	1.899.661,23
				03440737853	MORIS ARDITTI	4.063.481,52
				22376062349	ZOELIA MARIA LOIOLA PAIVA	234.790,05
			2010	25990284772	PEDRO MAGALHAES GUIMARAES FERREIRA	156.070,71
			2009	58696954904	CHARLES SCHWANKE	452.708,69
60326263772	LAERCIO DIAS DE MOURA	16.248.302,58				
2003	16320476834	MANOEL JUAREZ DE OLIVEIRA	1.346.754,23			
	01045558826	ROBERTO CAMANHO	37.676,30			
<b>Total</b>					<b>90.213.643,43</b>	

Encontra-se na conta corrente tanto o registro de responsáveis pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas. No entanto, o valor total inscrito por conta corrente não ultrapassa o montante total em apuração. Dessa forma, não ocorre o registro em ativo de direito acima da expectativa máxima de recebimento. Quando da solidariedade de diversos responsáveis pelo mesmo saldo devedor, registra-se o débito no CNPJ da pessoa jurídica devedora ou na ausência desta, no CPF do responsável principal.

**PASSIVO**

**PASSIVO – 10.790.236.511,90 (Dez bilhões, setecentos e noventa milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e onze Reais e noventa centavos).**

**Contas Contábeis movimentadas:** 2.1.3.1.1.04.00, 2.1.8.9.1.01.00, 2.1.8.9.1.25.02, 2.1.8.9.1.37.00.

**Descrição:** Obrigações a Pagar.

**Saldo Final em 31/12/2016:** R\$ 132.139.995,48 (1% do Passivo Total)

**Padrão de Movimentação:**

Contas que abrigam o registro a pagar das operações de liberações e demais obrigações já atestadas do FNDCT.

Especificamente, no “contas a pagar credores nacionais” e “indenizações, restituições e compensações” constam apenas os valores devidos para os relacionamentos entre FNDCT e FINEP.

Conta Contábil	Credor	Objeto	Saldo Atual - R\$	
213110400	= CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS	49.344.870,98
			GARANTIA DE LIQUIDEZ NA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	6.860.000,00
			TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	28.130.668,37
			EQUALIZAÇÃO	20.254.305,10
218910100	= INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	RESSARCIMENTO DE DESPESAS OPERACIONAIS	22.507.659,02
<b>Total</b>				<b>127.097.503,47</b>

Os saldos de “transferências legais” constam os valores devidos a partir de janeiro de 2015 de contratos de subvenção sem número de registro de controle no SIAFI.

“Subvenções a pagar” abrigam saldos, anteriores a 2014, relacionados aos instrumentos contratuais citados em sua denominação sem número de registro de controle no SIAFI.

Conta Contábil	Entidade	Saldo Atual - R\$	
218912502	02688100000188	AKIYAMA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICO	292.525,00
	66715459000260	ANIDRO DO BRASIL EXTRACOES S.A.	322.206,60
	89547269000104	DIGITEL S A INDUSTRIA ELETRONICA	140.956,55
	01437707000122	SCI-TECH PRODUTOS MEDICOS LTDA	297.936,00

218913700	= SUBVENCOES A PAGAR	03444931000177	SQUITTER EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS DO BRASIL LTDA	482.638,00
		06075574000105	TRYMED/BIOCANCER CENTRO DE PESQUISA CLINICA S.A.	274.074,00
		43031574000130	VICUNHA S/A	1.000,00
<b>Total</b>				<b>5.105.784,83</b>

**Descrição:** Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar

**Contas Contábeis movimentadas:** 2.1.8.9.1.05.00.

**Saldo Final em 31/12/2016:** R\$ 179.637.624,93 (2% do Passivo Total)

**Padrão de Movimentação:**

A partir de agosto de 2014, quando foi alterado o roteiro contábil para registro de passivo, estão aglutinados na conta "Convênios e instrumentos congêneres a pagar" todos os tipos de liberações realizadas (convênios e contratos de subvenção), independente do instrumento contratual.

Conta Contábil		Transferência - Processo	Transferência - Conveniente	Saldo Atual - R\$	
218910500	= CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	CONVÊNIO	42429480000150	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSE BONIFÁCIO	1.303.626,44
		CONVÊNIO	07296722000184	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SA	2.260.832,55
		CONVÊNIO	07821703000120	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	569.455,32
		CONVÊNIO	41134719000100	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA - FAP	2.065.746,00
		CONVÊNIO	06091808000108	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO	1.557.542,00
		CONVÊNIO	05652279000101	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1.388.938,00
		CONVÊNIO	04921881000134	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	604.769,00
		CONVÊNIO	05492911000105	INSTITUTO INOVA	402.297,28
		CONVÊNIO	08961997000158	FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	839.955,43
		CONVÊNIO	83476911000117	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	506.235,83
		CONVÊNIO	47035662000160	FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAM	71.203,00
		CONVÊNIO	01786029000103	ESTADO DO TOCANTINS	431.205,00
CONVÊNIO	08846230000188	ASSOCIAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA ERNESTO LUIS DE O JUNIOR	1.000.000,00		

218910500	= CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	CONVÊNIO	-7	CODIGO INVALIDO	1.312.405,86
		CONVÊNIO	21238738000161	FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO	2.558.104,11
		CONVÊNIO	01523915000144	FUNDACAO SIMON BOLIVAR	62.628,00
		CONVÊNIO	04747735000134	ASSOCIACAO INSTITUTO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA E GERENC	494.233,59
		CONVÊNIO	03438169000116	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECU	6.642,99
		CONVÊNIO	51619104000110	FUNDACAO DE CIENCIA APLICACOES E TECNOLOGIA ESPACIAIS	8.256.499,30
		CONVÊNIO	09185398000152	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	3.347.523,30
		CONVÊNIO	60633674000155	INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS DO ESTADO DE SAO PA	507.011,00
		CONVÊNIO	11735586000159	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FE	135.952,35
		CONVÊNIO	01440615000100	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO SUPERIOR	630.433,00
		CONVÊNIO	02475386000113	FUNDACAO EMPRESA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE F	43.000,00
		CONVÊNIO	05572870000159	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	188.654,38
		CONVÊNIO	42429480000150	FUNDACAO UNIVERSITARIA JOSE BONIFACIO	213.909,00
		CONVÊNIO	07925477000127	FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO, EXTENSAO E PESQUISA DE ALA	242.300,00
		CONVÊNIO	01158755000181	INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLOGICA TECVITORIA	182.300,00
		CONVÊNIO	03775069000185	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL-SENAI	113.968,00
		CONVÊNIO	84684182000157	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	350.243,54
		CONVÊNIO	57722118000140	FUND DE APOIO AO ENSINO PESQ E ASSISTENCIA HCFMRPUSP	162.027,60
		CONVÊNIO	15513690000150	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA	723.792,76
		CONVÊNIO	15513690000150	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA	340.447,50
		CONVÊNIO	21238738000161	FUNDACAO DE APOIO UNIVERSITARIO	2.063.234,00
		CONVÊNIO	05330436000162	FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	49.200,00
		CONVÊNIO	08918421000108	FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO	50.000,00
		CONVÊNIO	47035662000160	FUNDACAO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEICOAM	229.662,65
		CONVÊNIO	07060718000112	FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO	313.675,00

218910500	= CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	CONVÊNIO	00977419000106	INSTITUTO DE ESTUDOS PESQUISAS E PROJETOS DA UECE IEPRO	702.716,24
		CONVÊNIO	14485841000140	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	1.153.135,00
		CONVÊNIO	14645162000191	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	3.872.430,18
		CONVÊNIO	78680337000184	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	3.837.620,48
		CONVÊNIO	09185398000152	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	2.090.000,00
		CONVÊNIO	03438169000116	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECU	208.500,00
		CONVÊNIO	09185398000152	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	790.948,00
		CONVÊNIO	09185398000152	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO	3.718.883,00
		CONVÊNIO	00799205000189	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA	2.691.944,00
		CONVÊNIO	95438412000114	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	1.358.149,08
		CONVÊNIO	64037492000172	FUNDACAO CASIMIRO MONTENEGRO FILHO	176.693,32
		CONVÊNIO	03795071000116	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	5.443.360,00
		CONVÊNIO	74704008000175	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	0,49
		CONVÊNIO	80257355000108	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	627.231,41
		CONVÊNIO	07905127000107	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E CULTURAL	1.357.552,00
		CONVÊNIO	77902914000172	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	5.343.100,00
		CONVÊNIO	74704008000175	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	717.106,04
		CONVÊNIO	71558068000139	FUNDACAO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIAO DE IPERO E	0,01
		CONVÊNIO	79151312000156	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	1.000.000,00
		CONVÊNIO	57394652000175	FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP - FUNDUNESP	900.000,00
		CONVÊNIO	01754243000188	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA DE M	742.364,38
		CONVÊNIO	60191244000120	FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	525.084,15
		CONVÊNIO	00662065000100	FUNDACAO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO DE ITA	246.858,87
		CONVÊNIO	08510158000113	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DO RIO G DO NORTE S/A	1.434.934,00
		CONVÊNIO	09295684000170	EMPRESA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA DA PARAIBA S	661.012,20
		CONVÊNIO	05570270000150	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA	4.000.000,00

218910500	= CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR	CONVÊNIO	03438229000109	FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A UFF	3.045.573,00
		CONVÊNIO	88630413000109	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	5.233.056,97
		CONVÊNIO	03483912000150	FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE	1.178.560,04
		CONVÊNIO	20320503000151	FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES	678.114,12
		CONVÊNIO	71558068000139	FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIAO DE IPERO E	40.650.000,00
		CONVÊNIO	18720938000141	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	163.900,00
		CONVÊNIO	00731979000178	MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO - MBC	1.400.000,00
		CONVÊNIO	02806229000143	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	156.440,08
		CONVÊNIO	14045546000173	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	648.767,00
		CONVÊNIO	20320503000151	FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES	1.838.958,44
		CONVÊNIO	05330436000162	FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	2.323.521,00
		CONVÊNIO	03831134000142	INSTITUTO EUVALDO LODI-NUCLEO REGIONAL DO ESTADO DO TOC	2.408.189,55
		CONVÊNIO	03018444000142	ASSOCIAÇÃO DO LABORATORIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNO	762,10
		SUBVENÇÃO	01838723000127	BRF S.A.	250.000,00
		SUBVENÇÃO	02469319000196	TECNO LOGYS - TECNOLOGIA E PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO LTD	483.282,15
		SUBVENÇÃO	06996668000117	BIOXEN P&D EM MEDICINA VETERINARIA LTDA - EPP	131.471,67
		SUBVENÇÃO	19223387000173	PRECON ENGENHARIA S.A.	607.800,00
		SUBVENÇÃO	07689002000189	EMBRAER S.A.	268.702,00
		SUBVENÇÃO	02447516000104	NOVAER CRAFT EMPREENDIMENTOS AERONÁUTICOS LTDA.	1.618.622,40
		SUBVENÇÃO	60181468000151	AVIBRAS INDUSTRIA AEROSPACIAL S A	2.076.098,12
		SUBVENÇÃO	60181468000151	AVIBRAS INDUSTRIA AEROSPACIAL S A	1.200.385,78
		SUBVENÇÃO	58526047000173	BIOMECANICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICO	1.250.000,00
		SUBVENÇÃO	13688755000172	ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.	641.712,82
		SUBVENÇÃO	13688755000172	ODEBRECHT DEFESA E TECNOLOGIA S.A.	621.505,40

**Patrimônio Líquido**

**Patrimônio Líquido Total - R\$ 10.478.458.891,49 (Dez bilhões, quatrocentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e um Reais e quarenta e nove centavos).**

**Contas Contábeis movimentadas:** 2.3.7.1.1.01.00, 2.3.7.1.1.02.01.

**Descrição:** Patrimônio Líquido.

**Saldo Final em 31/12/2016:** R\$ 10.478.458.781,49 (97% do Passivo Total)

**Padrão de movimentação:**

O Patrimônio Líquido do Fundo é composto pelo resultado do exercício anterior acrescido do resultado patrimonial do ano corrente.

O resultado patrimonial do ano corrente é obtido pela diferença entre o resultado das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA descontas das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

Do total de VPA's e VPD's que transitam pela Unidade Gestora (UG) 240901, é importante destacar que nem todas geram efeito patrimonial, ou seja, contribuem com o resultado patrimonial da UG.

Existe um grupo destas variações cujo efeito patrimonial na UG é "anulado" tendo em vista se tratar de fontes de arrecadação do Tesouro. O efeito patrimonial nestes casos é registrado na UG Tesouro 170500. A classificação da VPA é realizada na UG 240901, porém, sua arrecadação é feita no Tesouro.

Portanto, os registros de arrecadação direta na UG de recursos do CT- Energia e outras Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico –CIDE, inclusive quando referentes a devoluções, arrecadadas pelo FNDCT, são compensadas em seus créditos pelo registro da VPD 35.122.03.00 Movimentações de Saldos Patrimoniais de saldo devedor, produzindo dessa forma o efeito de anulação supracitado.

O resultado patrimonial do exercício é consolidado da seguinte forma:

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>10.478.458.891.49</b>
Total Variação Patrimonial Aumentativa do Exercício <sup>1</sup>	<b>4.266.098.982.30</b>

Torna-se então relevante analisar o que produziu o resultado patrimonial na UG 240901 de R\$ 1.810.270.539,03.

Este resultado pode ser apresentado a título de elucidação apenas com as VPD's e VPA's que geraram este resultado patrimonial. Dessa forma, temos:

Geração de Resultado Patrimonial relativo às operações com Convênios e Subvenções		
445210100	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	15.403.209,47
452310100	TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS	3.408.354,70
453110100	TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	380.576.670,33
464010100	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	34.628.304,32
352310100	TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS	-1.655.460,29
353110100	TRANSF. A INST. PRIV. SEM FINS LUCRAT.-CONTR	-423.179.311,82
353110200	TRANSF. A INST. PRIV. SEM FINS LUCRAT.- SUBVENÇÃO	-72.035.362,04
361710400	AJ.P/PERDAS EM EMPREST.E FINANC.CONCEDIDOS	-667.372,01
	Saldo	-63.520.967,34

Movimentação que afetam Disponibilidades		
441110100	JUROS E ENCARG DE EMPREST INTERNOS CONCEDIDOS	466.862.334,26
443910100	OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	88.078.915,10
451120200	REPASSE RECEBIDO	1.155.129.856,66
451220100	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	1.273.018.906,20
451220200	DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	936.631,21
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	3.352.895,31
351120200	REPASSE CONCEDIDO	-201.771.221,39
351220100	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	-589.604.634,23
332310500	SERVICOS ADMINISTRATIVOS – PJ	-36.255.539,72
395010100	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (Equalização)	-246.362.496,62
399610100	INDENIZAÇÕES	-39.594.140,41
	Saldo	1.873.791.506,37

	Geração de Resultado Patrimonial relativo às operações com Convênios e Subvenções	-63.520.967,34
	Movimentações que afetam Disponibilidades	1.873.791.506,37
	Saldo	1.810.270.539,03

**Controle de Prestação de Contas**

Resultado apurado nos lançamentos de movimentação de controle de prestação de contas através do seguinte plano de contas:

- 81221.01.00 EXECUCAO DE CONVENIOS E OUTROS INSTR. CONGEN.
- 81221.01.01 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES A LIBERAR
- 81221.01.02 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES A COMPROVAR
- 81221.01.03 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES A APROVAR
- 81221.01.04 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES APROVADO
- 81221.01.05 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES IMPUGNADOS
- 81221.01.06 = CONVENIO E INSTR CONGENER EM INADIMP EFETIVA
- 81221.01.07 = CONVENIO E INSTR CONGEN EM INADIMP SUSPENSA
- 81221.01.08 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES CANCELADOS
- 81221.01.09 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENER NAO LIBERADOS
- 81221.01.10 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES ARQUIVADOS
- 81221.01.11 = CONVENIOS E INSTRUM CONGENERES CONCLUIDOS

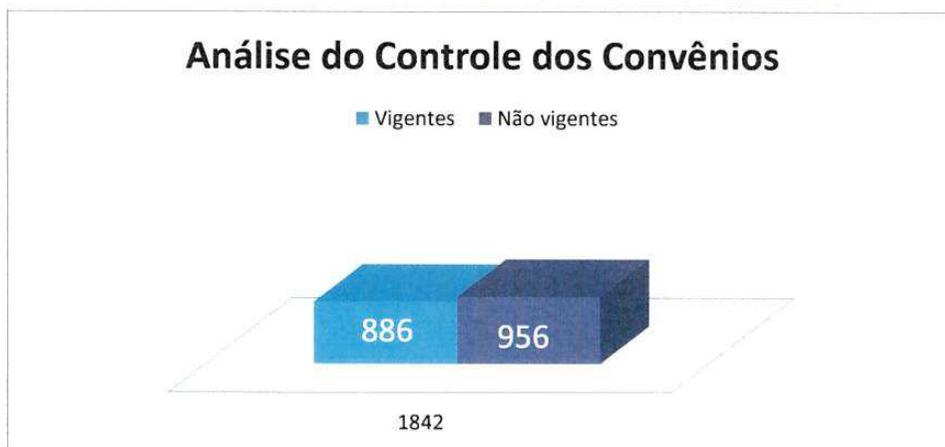
Em termos de valores a carteira ativa movimentada apresentou as seguintes características:

Faixa de Valores de Convênios/Contratos	Quantidade
Até R\$ 500.000,00	378
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	363
De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 5.000.000,00	971
Acima de R\$ 5.000.000,00	357
Total	2069



Situação Final de Convênios/Contratos	Quantidade	Em Valor
Concluídos	222	R\$ 373.474.238,16
Inadimplentes	192	R\$ 234.943.777,45
Cancelados	5	R\$ 16.371.376,32
Adimplentes	1650	R\$ 5.533.414.733,84
Total	2069	R\$ 6.158.204.125,77





Análise do Controle de Convênios	Quantidade	Percentual	Valor	Percentual
Anteriores 2000	16	2%	3.079.936,70	0,1%
2001 a 2005	132	14%	70.907.862,88	3,4%
2006 a 2010	271	28%	258.026.509,08	12,4%
2011 a 2015	333	35%	1.031.109.263,27	49,6%
2016	204	21%	715.821.288,82	34,4%
<b>Total</b>	<b>956</b>		<b>2.078.944.860,75</b>	



## **Anexo V – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UPC)</b>		<b>Código da UG</b>	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		240901	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Rio de Janeiro	<b>Data</b>	24/02/2017
<b>Contador Responsável</b>	 Rodrigo Molinari Mello	<b>CRC n.º</b>	RJ-079218/O-4